

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Gustavo Lopes de Oliveira

**ACERVO DE ESCRITORES MINEIROS:  
GÊNESE E CONSTITUIÇÃO**

Belo Horizonte  
2014

**Gustavo Lopes de Oliveira**

**ACERVO DE ESCRITORES MINEIROS:  
GÊNESE E CONSTITUIÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

**Área de concentração:** Produção, Organização e Utilização da Informação.

**Orientadora:** Professora Doutora Maria da Conceição Carvalho.

Belo Horizonte  
2014

Oliveira, Gustavo Lopes de.

O48a Acervo de escritores mineiros [manuscrito] : gênese e constituição / Gustavo Lopes de Oliveira. – 2014.  
122 f., enc.

Orientadora: Maria da Conceição Carvalho.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,  
Escola de Ciência da Informação.  
Referências: f. 96-105.  
Apêndices: f. 106-122.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Arquivos e arquivamento (Documentos) – Teses. 3. Escritores brasileiros – Arquivos – Teses. 4. Arquivos privados – Teses. I. Título. II. Carvalho, Maria da Conceição. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 651.5



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais  
Escola de Ciência da Informação  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

"ACERVO DE ESCRITORES MINEIROS: GÊNESE E CONSTITUIÇÃO"

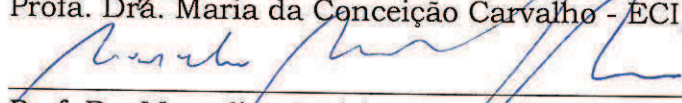
Gustavo Lopes de Oliveira

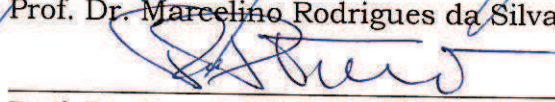
Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "**Mestre em Ciência da Informação**", Linha de Pesquisa: "**Informação, Cultura e Sociedade**".


Dissertação aprovada em: 10 de fevereiro de 2014.

Por:

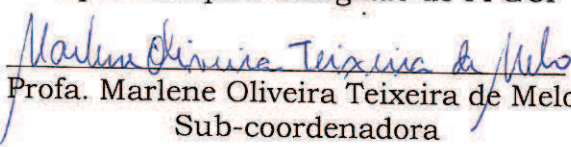
  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Maria da Conceição Carvalho - ECI/UFMG (Orientadora)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Marcelino Rodrigues da Silva - FALE/UFMG

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio - ECI/UFMG

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Adalson de Oliveira Nascimento - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Marlene Oliveira Teixeira de Melo  
Sub-coordenadora

Versão final Aprovada por

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Maria da Conceição Carvalho  
Orientadora



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais  
Escola de Ciência da Informação  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **GUSTAVO LOPES DE OLIVEIRA**,  
matrícula: 2011710485

As 14:00 horas do dia 10 de fevereiro de 2014, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 06/12/2013, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado **Acervo de Escritores Mineiros: gênese e constituição**, requisito final para obtenção do Grau de MESTRE em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Maria da Conceição Carvalho, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Profa. Dra. Maria da Conceição Carvalho - Orientadora	APROVADO
Prof. Dr. Marcelino Rodrigues da Silva	APROVADO
Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio	APROVADO
Prof. Dr. Adalson de Oliveira Nascimento	APROVADO


Pelas indicações, o candidato foi considerado APROVADO, tendo sido sugeridas algumas alterações pontuais na preparação dos exemplares definitivos.


O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.


Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2014

  
Profa. Dra. Maria da Conceição Carvalho  
ECI/UFMG

  
Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio  
ECI/UFMG

  
Prof. Dr. Marcelino Rodrigues da Silva  
FALE/UFMG

  
Prof. Dr. Adalson de Oliveira Nascimento  
ECI/UFMG

  
Profa. Marlene Oliveira Teixeira de Melo  
Sub-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação  
em Ciência da Informação

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.

Dedico este trabalho ao meu avô Nelson e ao meu primo Thiago

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço imensamente à minha orientadora Professora Maria da Conceição Carvalho a sapiência e a paciência.

Agradeço de coração à minha companheira Lenise, se não fosse ela esse trabalho não sairia. À minha mãe a força de sempre. À minha avó o carinho da presença.

Agradeço aos amigos da Pós os cafés e a ajuda: valeu Pâmela, Marcus, Flávia, Fabrício, Janice, Ranito, Gabrielle.

Agradeço aos meus entrevistados pelo tempo e ajuda: Professor Marcus Vinícius de Freitas, Professor Reinaldo Martiniano Marques, Professora Eneida Maria de Souza, Frei Betto e o Márcio.

À equipe do AEM nas pessoas de Márcio, Antônio, Flávia e Professor Marcelino.

Aos professores que compuseram minhas Bancas de Qualificação e Defesa, pela generosidade e ajuda, professores Marcelino Rodrigues da Silva, Renato Pinto Venâncio e Adalson de Oliveira Nascimento.

## RESUMO

A preocupação com a preservação da memória e construção histórica de qualquer nação passa pelas relações de poder e pelas escolhas efetuadas sobre o que se quer lembrar. Assim, a noção do arquivo como patrimônio e memória surge com a ideia de bens públicos nacionais, o que remete à Revolução Francesa. A partir disso, essa preocupação se torna também a de pensar os modos e os lugares para se preservar uma memória nacional, e que função desempenham os espaços que lidam com arquivos públicos, mas também com arquivos privados, dentre eles os pessoais. Com o objetivo de traçar um percurso histórico-genealógico do Acervo de Escritores Mineiros da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, realizou-se uma análise documental dos conceitos de arquivo público e privado/pessoal a partir de uma perspectiva de memória coletiva. Por esse processo, pôde-se notar que a ideia de preservação no Brasil foi se desenvolvendo também a partir de uma noção de que os arquivos pessoais de escritores, políticos, e pessoas públicas em geral podiam, de algum modo, contar a história da nação. Isso tem a ver com a mudança epistemológica pela qual passaram os diversos campos do conhecimento como os estudos literários, as ciências sociais, a ciência da informação, e por cuja ampliação da noção de memória nacional o sujeito toma seu lugar na história. Essa visão norteia o contexto de criação de espaços como aquele que é objeto desse trabalho. A metodologia da etnografia de arquivos aqui empregada possibilitou, ainda, aproximar a arquivística clássica de uma arquivística mais social, através do que se pretendeu pensar o Acervo de Escritores Mineiros como um arquivo e vivenciá-lo a fim de compreender a sua institucionalização.

**Palavras-chave:** Acervo de Escritores Mineiros (AEM). Arquivo pessoal. Arquivo. Memória Nacional. Memória.



## ABSTRACT

The concern about the preservation of memory and historical construction of any nation involve power relations and the choices made about what to remember. Thus, the archive notion as heritage and memory comes up with the idea of national public property, which refers to the French Revolution. From this, this concern becomes also the thinking about ways and places to preserve national memory, and the function of the spaces that work with public archives, but also with private archives, including personal. Aiming to describe a historical-genealogical path of the Acervo de Escritores Mineiros of the Faculdade de Letras of the Universidade Federal de Minas Gerais, there was a documentary analysis of the concepts of public archive and private archive and personal archive from a collective memory perspective. Through this process, it is noted that the idea of preservation in Brazil has been developed also from a notion that the personal archives of writers, politicians, and public people in general could, somehow, describe the nation's history. This relates to the epistemological change that passed the various knowledge areas as literary studies, social sciences, information science, and in an increase of the national memory notion by which the subject takes its place in history. This vision guides the context of creating spaces as the one who is the object of this research. The ethnographic method used here also resulted in the association of classical archival science with a social archival science, through what was intended think the Acervo de Escritores Mineiros as a archive and experience it in order to understand its institutionalization.

**Keywords:** Acervo de Escritores Mineiros (AEM). Personal archive. Archive. National memory. Memory.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Acervos que compõem o Acervo de Escritores Mineiros em ordem alfabética .....	69
QUADRO 2 – Coleções Especiais que compõem o Acervo de Escritores Mineiros em ordem alfabética .....	72

## LISTA DE ABREVIATURAS

AABL	Arquivo da Academia Brasileira de Letras
ABL	Academia Brasileira de Letras
ABRALIC	Associação Brasileira de Literatura Comparada
AEM	Acervo de Escritores Mineiros
AES	Acervo de Escritores Sulinos
AMLB	Arquivo-Museu de Literatura Brasileira
AN	Arquivo Nacional
BN	Biblioteca Nacional
CEL	Centro de Estudos Literários
CELC	Centro de Estudos Literários e Culturais
CEMM	Centro de Estudos Murilo Mendes
CESP	Centro de Estudos Portugueses
CI	Ciência da Informação
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
FAE	Faculdade de Educação
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FALE	Faculdade de Letras
FCJA	Fundação Casa de Jorge Amado
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMC	Fundação Mário Covas
FUNDAR	Fundação Darcy Ribeiro
IEB	Instituto de Estudos Brasileiros
iFHC	Instituto Fernando Henrique Cardoso
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
MAMM	Museu de Arte Murilo Mendes
MES	Ministério da Educação e Saúde
NAPq	Núcleo de Assessoramento à Pesquisa
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos
Sphan	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

# SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO .....	12
2.	ARQUIVOS: NOVAS PERSPECTIVAS .....	19
2.1	Patrimônio e memória .....	19
2.1.1	Arquivos privados: pequeno esboço da legislação .....	24
2.2	Novas configurações dos arquivos: perspectivas contemporâneas .....	27
3.	ACERVOS PESSOAIS .....	31
3.1	O arquivamento do eu .....	31
3.2	Os arquivos pessoais .....	38
3.3	Os arquivos pessoais nos lugares e os lugares dos arquivos pessoais .....	45
3.3.1	Os arquivos nos lugares: a criação dos espaços institucionalizados.....	50
4.	ACERVO DE ESCRITORES MINEIROS: O LUGAR, SUA GÊNESE, CONSTITUIÇÃO E ALGO MAIS .....	56
4.1	O lugar: antecedentes .....	56
4.2	Origens e Constituição .....	60
4.2.1	<i>A Semana Henriqueta Lisboa</i> .....	60
4.2.2	O Centro de Estudos Literários .....	63
4.2.3	O Centro de Estudos Literários e Culturais .....	74
4.2.4	A imagem dos escritores no Acervo de Escritores Mineiros: a construção do escritor através do seu arquivo pessoal .....	79
4.3	O Acervo de Escritores Mineiros como arquivo .....	82
4.4	O algo mais .....	89
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	93
	REFERÊNCIAS .....	96
	REFERÊNCIAS DE SÍTIOS ELETRÔNICOS .....	104
	APÊNDICES .....	106

# 1. INTRODUÇÃO

A luta do homem contra o poder é a luta da memória contra o esquecimento.  
Milan Kundera, *O livro do riso e do esquecimento*, 2008.

A reflexão do personagem Mirek, na obra de Milan Kundera, vivendo o tempo sombrio da invasão de seu país pelos soviéticos espelha, de certa forma, a recorrente preocupação que tem qualquer nação mediante o pensamento sobre a imposição da memória (as relações de poder e as escolhas efetuadas) e a necessidade de construir sua própria história. O historiador Jacques Le Goff assim compreende a memória quando diz que o que de fato sobrevive

não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (LE GOFF, 2008, p. 525).

Numa perspectiva atual, Ulpiano T. Bezerra de Meneses retoma a questão já pensada por outros teóricos sobre a “crise da memória”. A ideia de crise defendida pelo autor é bastante pertinente e não deve ser tomada sob um ponto de vista negativo, pois “o núcleo da palavra crise, assim como de palavras que lhe são aparentadas (crítica, critério, crivo, discernimento, discriminação etc.), expressa necessidade de distinguir, separar, selecionar, em suma, escolher” (MENESES, 1999, p. 27). A “crise” é vista por Meneses como uma oportunidade para a diminuição das influências positivistas de estudos sobre a memória e os assuntos a ela relacionados. Nos dias atuais já não se pode falar em memória sem que se pense nessas escolhas. A historiografia bem como os campos de estudo que trabalham esse tema não são mais ingênuos em pensar que a memória seja uma representação idêntica aos fatos a que se refere.

Assim, surgem as seguintes questões: qual é o papel dos arquivos, dos arquivos pessoais e do Acervo de Escritores Mineiros (AEM) nessas configurações da memória? O AEM pode ser entendido como um arquivo? Essas indagações motivaram o trabalho aqui empreendido, no qual o espaço institucional do Acervo de Escritores Mineiros é o objeto de análise, a partir de sua genealogia, sob a perspectiva do arquivo.

A noção do arquivo como patrimônio e memória surge com os arquivos públicos nacionais, nos quais os documentos são basicamente aqueles produzidos pelo Estado, com grande vantagem para os documentos relativos à administração pública. A relação entre os

arquivos e a noção de uma “construção nacional” é bem recente em termos históricos, e remete à ideia de uma memória nacional – assim como seu acesso público – a partir da Revolução Francesa. Dessa noção moderna, resultam três importantes realizações para o campo arquivístico:

1. Criação de uma administração nacional e independente dos arquivos.
2. Proclamação do princípio de *acesso do público* aos arquivos.
3. Reconhecimento da responsabilidade do Estado pela conservação dos documentos de valor, do passado (SCHELLENBERG, 2006, p. 27, grifo nosso).

Essas realizações são determinantes para a noção também nascente de bens públicos incluindo os arquivos, bibliotecas e museus. É a partir da Modernidade, então, que começam a afirmar-se os atributos e princípios básicos dos arquivos bem como da disciplina arquivística, dentre os quais se sobressaem o princípio da proveniência – que Maria Odila Fonseca (2005) considera, ainda que com algumas releituras, o paradigma da disciplina arquivística –; o caráter de prova; e a Teoria das Três Idades dos documentos. Esses dois últimos ligados diretamente ao primeiro.

A produção dos documentos e a garantia de prova, então, são as características mais significativas no conceito de arquivos, sobretudo no que tange à sua gestão, em que a organicidade é preponderante, seja em organização privada ou pública.

A última fase de avaliação dos documentos, ou fase permanente, é a que define o descarte ou recolha dos mesmos para guarda definitiva. Tal fase é determinante para os trabalhos com os arquivos históricos, uma vez que a recolha e o acesso a esses documentos por uma instituição é que fornece aos pesquisadores o material necessário para subsidiar seus estudos.

O distanciamento do pensamento estritamente positivista da memória é importante para o trabalho com arquivos, pois abre caminho a outras perspectivas que não somente do arquivo visto como prova, e o alarga para uma noção do arquivo como percurso de construções de discursos do passado. Nessa perspectiva, Heymann (2012) acredita que o arquivo, na visão positivista, é um espaço em que a informação guardada tem como uma de suas funções mostrar a verdade, ao contrário de uma visão mais abrangente em que o arquivo é "agente na construção de ‘fatos’ e ‘verdades’, como *locus* de produção – e não simplesmente guarda – de conhecimento, como dispositivo do exercício de poder” (HEYMANN, 2012, p. 23, grifo da autora).

A partir disso, pode-se dizer que tratar o arquivo pessoal é um grande desafio para a arquivística, pois a mesma tem sua teoria fundamentada, quase sempre, em arquivos do tipo

tradicional. Esse desafio tem sido encarado por pesquisadores que acreditam no “abandono do mito de Jenkinson da objetividade e da imparcialidade” (BELLOTTO, 1998, p. 204) em que os documentos de arquivo deixam de ser somente prova e passam a ser analisados do ponto de vista da sua subjetividade, além de pesquisadores de outros campos do conhecimento como a história, a sociologia e dos estudos literários. As mudanças relativas a essa maior abrangência são consequência de mudanças nas ciências humanas em geral. No caso da abordagem desse trabalho, as mudanças relativas aos arquivos são pensadas sob a perspectiva dos estudos de Foucault, Derrida e Terry Cook, entre outros.

A institucionalização dos arquivos pessoais é fruto de lutas travadas por pessoas envolvidas e engajadas com a criação de espaços que abriguem tais arquivos, desde a recolha e guarda dos acervos até a sua manutenção e difusão como lugar de pesquisa. A carência na implementação das políticas públicas relativas à custódia dos acervos documentais pessoais pode ser um dos indicativos para que a criação desses lugares de guarda não esteja sempre ligada diretamente ao Estado. É também importante considerar que o arquivamento do eu, ou seja, a acumulação de documentos, manuscritos, fotos e outros objetos por parte de indivíduos é o principal fator para o surgimento dos arquivos pessoais, cuja existência determina a necessidade de se pensar a sua manutenção.

Quando se fala de um arquivo pessoal institucionalizado é preciso lembrar que a constituição de tais arquivos é erigida, em sua maioria, por atores específicos como universidades, centros de memória, partidos políticos, associações de trabalhadores e/ou de classe entre outros, e dependerá diretamente do esforço dessas instituições. Esse entendimento é relevante já que o arquivo aqui estudado, o AEM, foi “construído” dentro da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e as políticas de criação e manutenção passam pelo crivo de tal instituição.

O arquivo pessoal, tanto o lugar institucional quanto a documentação pessoal, pode ser entendido na relação que se estabelece entre a memória individual e a coletiva, na medida em que os documentos ali depositados podem contar, através da trajetória individual do sujeito, os discursos produzidos em determinado contexto histórico. Esse alargamento ou maior abrangência da memória individual em direção à memória nacional, especificamente no que tange à documentação pessoal, justifica a criação de espaços institucionalizados de guarda dessa documentação e sua aproximação aos espaços de memória já aceitos pelo senso comum como lugares de representação da memória nacional, como os museus, as bibliotecas, os monumentos. É neste ponto que visualiza-se o interesse dessa pesquisa, que pretende analisar



e descrever a criação e desenvolvimento do Acervo de Escritores Mineiros e suas potencialidades sociais e mnemônicas.

O objetivo desse trabalho, então, é descrever a constituição do AEM desde sua criação até os dias atuais, tentando entender as nuances de sua institucionalização e a sua relação com os arquivos pessoais. O AEM, misto de arquivo, biblioteca e museu, é pensado por esse trabalho, no entanto, como um grande arquivo, no qual estão alocados arquivos pessoais de escritores. Suas outras interfaces, também muito importantes do ponto de vista mnemônico, não são negadas, mas não encabeçam a pesquisa. Ou seja, o conjunto de livros e objetos que também compõem o AEM, além dos documentos arquivísticos, não são considerados a partir de seus formatos específicos, concebidos e discutidos dentro de campos disciplinares próprios, mas como integrantes de um mesmo *corpus* documental, testemunho da trajetória pessoal e profissional de escritores mineiros. A abordagem pela perspectiva do arquivo também não nega as discussões trazidas pelo termo acervo, que denomina a instituição estudada e que traz consigo a ideia de um conjunto de coleções, assim como não nega aquelas discussões relativas à noção de arquivos literários.

Tal investigação se dá a partir da análise dos documentos relativos à sua criação como atas, inventários, documentos de doação, além da consulta (entrevista) a alguns dos atores envolvidos no processo de sua constituição. Por esses processos, a pesquisa pretende examinar a importância da institucionalização do AEM como instrumento para a criação de um espaço de preservação da memória coletiva – *lugar de memória* –, além de pensar o papel que o AEM ocupa na produção, preservação e disseminação de informações relevantes sobre os escritores ali representados.

O percurso estrutural desse trabalho inicia-se com uma revisão bibliográfica sobre arquivos públicos e privados como *lugar de memória* e seus usos tradicionais e sociais, não tratando diretamente, no primeiro momento, o AEM. O enfoque nesse primeiro capítulo parte das noções “tradicionais” e perpassa as mudanças teóricas que afetaram e afetam, de certa forma, todos esses espaços bem como a arquivística. No segundo capítulo, analisam-se os termos e conceitos sobre arquivos pessoais, e temas a eles relacionados. Por fim, o terceiro capítulo inclui a análise dos dados e a conclusão do trabalho, discorrendo sobre o AEM, propriamente.

A presente pesquisa, de caráter qualitativo, adota como método de trabalho a etnografia de arquivos, sobre a qual diz Roberto Cardoso de Oliveira, citado por Maria Cristina Castilho Costa,

tratar-se de um método científico de pesquisa empírica, segundo o qual partimos dos ritos para chegar aos *sentidos* desses ritos, expressos por aqueles que deles participam para, enfim, construirmos o *significado*, ou seja, aquilo que resulta da interpretação etnográfica do pesquisador (OLIVEIRA *apud* COSTA, 2010, p.183, grifo da autora).

Dessa maneira, a pesquisa utiliza métodos interpretativos de análise e observação dos dados sociais e históricos coletados na referida instituição e na consulta aos atores já mencionados, caros a este modelo metodológico. Como o principal objetivo desse trabalho é descrever o projeto histórico/institucional do AEM, a etnografia de arquivos parece ser “o método adequado para ultrapassar e compreender as relações de poder estabelecidas quer pelas instituições, quer pela ideologia do cientista, quer pelos processos de classificação científicos” (COSTA, 2010, p. 183).

A metodologia de etnografia do arquivo ainda é pouco explorada no Brasil (HEYMANN, 2012), embora trate-se de um rico campo a ser utilizado, pois

investir no papel dos arquivistas na conformação da fonte histórica é uma das vertentes da abordagem etnográfica que alguns estudiosos têm sugerido como caminho para “desnaturalizar” os arquivos e entendê-los como produto social em cuja “fabricação” se nota a interferência de vários agentes, movidos por objetivos distintos e portadores de diferentes visões de mundo. Pensar os arquivos e sua produção implica, portanto, pensar em *representações e práticas* (HEYMANN, 2012, p.36, grifos da autora).

Assim, se o arquivo deixa de ser interpretado como o lugar que apenas guarda a informação e o arquivista é mais valorizado no seu papel de agente, amplia-se a concepção do arquivo como construção social. Por esse processo, essa pesquisa enfatiza os aspectos sociológicos inerentes aos arquivos pessoais, mas não ignora os princípios da arquivística tradicional, considerando-os também participantes da constituição do AEM como um grande arquivo.

Além disso, tal metodologia pode também ampliar as possibilidades dos estudos arquivísticos no campo da Ciência da Informação em que se insere essa pesquisa. Embora comumente esse método seja utilizado para analisar a intencionalidade na constituição de um único fundo documental, como é o caso da análise que Luciana Heymann (2012) faz do acervo de Darcy Ribeiro, aqui se procura abarcar, por esse meio, a institucionalização do Acervo de Escritores Mineiros, e não cada um dos acervos que o compõem. Trata-se de examinar o projeto institucional de criação de memória desse espaço como um todo, ou seja, como o AEM responde a um anseio de memória coletiva.

A pesquisa desenvolveu-se sob o seguinte procedimento teórico-metodológico: inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre os conceitos básicos de memória e

arquivos (públicos, privados e pessoais) que permitiu também a definição de uma base teórica-conceitual, amparada em Nora (1993), Le Goff (2008), Bellotto (2005/2006; 2010), Schellenberg (2006), M. O. K. Fonseca (2005), Foucault (2007), Artières (1998) e Heymann (2005; 2010; 2011; 2012), dentre outros pensadores.

Após a revisão bibliográfica passou-se às abordagens dos dados da pesquisa, que são duas: uma de coleta e outra de análise. A abordagem analítica foi realizada em três etapas básicas sugeridas por Bardin (BARDIN *apud* TRIVIÑOS, 1987) e permeou toda a pesquisa: pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial. Cada uma das abordagens compôs-se de duas fases, realizadas alternadamente, como será possível visualizar no esquema-resumo no fim dessa introdução.

A primeira fase da coleta de dados corresponde ao arrolamento dos documentos de doação do espólio dos escritores por parte de suas famílias, das atas de reuniões para a criação do Acervo, dos documentos relativos às políticas do AEM, e todos os documentos de relevância para a constituição do Acervo, incluindo as próprias coleções dos escritores ali representados.

A segunda fase constitui-se da análise dos documentos coletados na primeira fase (descrição analítica). Aqui, distinguem-se as fontes primárias das bibliográficas (secundárias). As fontes primárias são comumente entendidas como documentos no seu formato original, que registram informações que estão sendo lançadas (MUELLER, 2000), que ainda não receberam tratamento analítico, que ensejarão a construção de outros repertórios de conhecimento de caráter secundário e terciário. São fontes mais próximas à origem da informação, isto é, sem mediação. Assim, além dos documentos relativos à formação do AEM, destacam-se os objetos das coleções dos escritores. Ainda que alguns deles possam não ser vistos, num primeiro momento, como fontes primárias, alguns elementos tornam esses objetos únicos, como principalmente o fato de eles participarem do conjunto orgânico pertencente àquele espaço.

Essa leitura crítica foi importante para o planejamento das terceira e quarta fases, pela delimitação de categorias relativas aos objetivos do trabalho, tanto de coleta quanto de análise de dados. A terceira fase, segundo momento da coleta de dados, corresponde à realização de entrevistas semiestruturadas com diferentes atores envolvidos na criação e desenvolvimento do AEM como professores/pesquisadores e funcionários do arquivo. Os entrevistados foram divididos em quatro categorias: a) fundadores/pesquisadores do AEM; b) pesquisadores/administradores (diretores do AEM em diferentes períodos); c) servidores do Acervo; d) e, por fim, os arquivados (escritores). A análise dessas entrevistas foi importante

para entender os “pormenores subjetivos” que fazem parte da história do AEM e que não podem ser entendidas ou capturadas apenas através da análise documental da segunda fase.

Os dados organizados e sistematizados permitiram, então, a realização da quarta fase que é de análise do conteúdo dos dados e interpretações colhidos nas fases anteriores (interpretação inferencial). Ou seja, foi nessa fase que se pretendeu observar mais detalhadamente como se deu a criação do AEM e porque, e as possíveis intenções em seu projeto institucional. Essa fase se orientou por algumas categorias: a doação do primeiro acervo (*Semana Henriqueta Lisboa*) e a criação do CEL (Centro de Estudos Literários da UFMG) e do AEM; a aquisição dos arquivos (fundos) dos escritores; a modificação para o CELC (Centro de Estudos Literários e Culturais); a institucionalização (gênese e história do AEM); o AEM como arquivo.

Dessa forma, pode-se resumir o processo metodológico da seguinte maneira:

1. Revisão bibliográfica
2. Coleta de dados
  - 2.1 Arrolamento de fontes documentais (1ª fase);
  - 2.2 Realização de entrevistas semiestruturadas (3ª fase).
3. Análise de dados
  - 3.1 Análise documental e instituição de categorias de coleta e análise (2ª fase);
  - 3.2 Interpretação inferencial e conclusões (4ª fase).

## 2. ARQUIVOS: NOVAS PERSPECTIVAS

### 2.1 Patrimônio e memória

A noção de memória atribuída aos arquivos está ligada, muitas vezes, ao arquivo público e à produção de documentos por órgãos públicos no universo da administração. Ou seja, a recolha e/ou a guarda de documentos produzidos no âmbito administrativo é normalmente aceita como patente ao próprio arquivo e às responsabilidades do Estado. Isso pode ser percebido nas palavras de Belloto:

sendo a função primordial dos arquivos permanentes ou históricos recolher e tratar documentos públicos, após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados, são os referidos arquivos os responsáveis pela passagem desses documentos da condição de “arsenal da administração” para a de “celeiro da história” (BELLOTO, 2006, p.23, grifos da autora).

Numa digressão, constata-se que a construção de uma ideia de patrimônio nacional – bem como a criação dos arquivos, bibliotecas e museus como lugares de representação nacional – se constitui, juntamente com a ideia de nação, no final do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa (FONSECA, M. C. L., 2005).

Para Maria Cecília Fonseca (2005), essa noção de proteção do patrimônio vinha cumprir algumas funções simbólicas de uma construção de identidade nacional, sendo elas:

1. reforçar a noção de cidadania na medida em que são identificados, no espaço público, bens [...] a serem utilizados em nome do interesse público. Nesse caso, o Estado atua como guardião e gestor desses bens;
2. ao partir da identificação, nos limites do Estado Nacional, de bens representativos da nação [...] a noção de patrimônio contribui para objetivar, tornar visível e real, essa entidade ideal que é a nação [...]. A necessidade de proteger esse patrimônio comum reforça a coesão nacional;
3. os bens patrimoniais [...] funcionam como documento das versões oficiais da história nacional, que constrói o mito de origem da nação e uma versão da ocupação do território, visando a legitimar o poder atual;
4. a conservação desses bens – onerosa, complexa e frequentemente contrária a outros interesses públicos e privados – é justificada por seu alcance pedagógico, a serviço da instrução dos cidadãos (FONSECA, M. C. L., 2005, p.59-60).

A construção da noção dos patrimônios, nesse primeiro momento, está ligada ao ideal iluminista de acumulação e difusão como forma de estruturação social de uma identidade coletiva e, a partir dela, à afirmação do Estado Nação. O patrimônio histórico contemplado nesse momento nasce fortemente alicerçado nos bens de natureza física, sendo

eles obras de arte, monumentos e edificações, e traz consigo um “modo de reprodução das mentalidades coletivas” (JEUDY, 1990, p. 5). É a partir disso, então, que o Estado tenta reforçar a coesão “voluntária”<sup>1</sup> das memórias coletivas<sup>2</sup>, pois “a exclusão ou o abandono de objetos considerados ‘menores’ reforçam sua aparente coesão” (JEUDY, 1990, p. 5, grifo do autor).

Já no que diz respeito à ideia de patrimônio arquivístico no Brasil, Medeiros (2011) afirma que sua sistematização nasce no início do século XIX ligado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e refere-se também “a ideia de uma escrita de história para o país [...]” (MEDEIROS, 2011, p. 36). Ainda segundo Medeiros, foi sob os auspícios do IHGB que “foram dados os primeiros passos para se identificar e dar importância aos documentos que seriam fontes para escrever a história da nação” (MEDEIROS, 2011, p.36).

Em termos jurídicos a ideia de preservação do patrimônio brasileiro, bastante genérica como se pode perceber, aparece pela primeira vez na Constituição de 1934:

Art. 10 – Compete concorrentemente à União e aos Estados:

.....  
 III. proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte (BRASIL *apud* FONSECA, M. C. L., 2005, p. 37).

Ainda que não seja contemplado o patrimônio documental bem como a preservação dos arquivos públicos e históricos, começa aí um movimento do ponto de vista legal para a preservação do patrimônio brasileiro, seja ele de natureza cultural ou artística ou das belezas naturais. E, embora ainda não estivesse clara para os legisladores uma forma diferenciada de tratar os bens culturais e bens naturais, a proibição da evasão desses bens já é um grande avanço para a manutenção dos “tesouros nacionais” em terras brasileiras.

Em 1936 é que de fato foi dado o “grande passo” para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, graças à criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), sob o signo do Modernismo. É nesse momento que começa a desenhar-se um modelo de patrimonialização para o país. Mário de Andrade é convidado pelo então

<sup>1</sup> Jeudy (1990) acredita que a construção da memória reflete uma identidade das elites dominantes. Em conformidade ao seu pensamento, Le Goff acredita que “a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção” (LE GOFF, 2003, p. 469).

<sup>2</sup> O conceito de memória coletiva foi proposto por Maurice Halbwachs (1877-1945), no livro *A memória coletiva* (1990). Em sua obra, o pensador francês propõe que a memória individual existe a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo.

Ministro da Educação e Saúde (MES), Gustavo Capanema, do governo de Getúlio Vargas a escrever o que se convencionou chamar de um “anteprojeto” sobre a preservação do patrimônio brasileiro, considerado muito avançado para a época, como afirmou Maria Cecília Fonseca (2005). Porém, foi o Decreto Lei nº 25 de 30.11.1937, “formulado de forma definitiva [...] de autoria basicamente de Rodrigo Melo Franco de Andrade” (FONSECA, M. C. L., 2005, p. 97), que entrou em vigor nesse primeiro momento.

O modelo influenciado por Rodrigo M. F. Andrade, diretor do Sphan de 1936(37) a 1967, ainda que com algumas “peculiaridades nacionais”, seguiu os moldes europeus de tombamento de monumentos arquitetônicos. Tal modelo pode ser comparado ao que Françoise Choay em sua obra *A alegoria do patrimônio* acredita ser a categoria exemplar de patrimônio histórico, isto é, aquela que dá primazia aos bens edificados (CHOAY, 2001).

Essa noção de patrimônio e a sua tentativa de transformação em “memória nacional” nada tem de ingênua, e diz respeito a uma relação de poder na qual atores específicos escolhem o que será lembrado e o que vai ser relegado ao esquecimento.

A discussão sobre a intencionalidade de determinados grupos sobre o que se lembrar e/ou se esquecer é significativa para os propósitos do presente trabalho, sobretudo se se pensar que

sociedades modernas, complexas e heterogêneas como a brasileira, caracterizam-se pela coexistência, mais ou menos harmoniosa ou conflituosa, no interior das mesmas, de diferentes identidades sociais, tradições culturais e visões de mundo (CASTRO, 2008, p. 14).

É possível perceber que o modelo de patrimônio adotado pelo Sphan a partir da década de 1930 não apresentava uma grande diferenciação do que aconteceu na França pós-revolucionária, pelo menos no que diz respeito ao patrimônio edificado.

Porém, esse modelo já não comporta mais as aspirações das sociedades pós-modernas, pois “a ideia unitária de nação, até então fundada na concepção do patrimônio nacional, baseada na identidade de uma só língua, cultura, e de um só território, passou a ser criticada de diversos modos no cotidiano das lutas sociais” (CASTRO, 2008, p. 14). Ainda segundo Castro (2008), o marco fundamental para que as lutas para um patrimônio mais plural fossem vitoriosas foi a convenção referente ao patrimônio mundial, cultural e natural da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1972, pois foi a partir do reconhecimento da importância da diversidade cultural humana que começaram a ser respeitadas as diferenças globais e também as locais,

levando em consideração as novas configurações das sociedades pós-modernas e sua noção de alargamento da própria noção de Estado.

Pode-se notar isso, inclusive, na mudança dos discursos identitários dos sujeitos de uma dada sociedade, que se dá, conforme lembra Fabrício Silveira (2010), pois,

neste novo momento histórico, possuir uma identidade não mais significa inserir-se primordialmente em um núcleo imutável e atemporal que liga o passado ao presente, e este ao futuro, em uma linha ininterrupta forjada pelo apego à tradição ou por uma suposta fidelidade às origens. É, antes, a consciência e a possibilidade de se abarcar, o mais amplamente possível, o jogo de semelhanças e diferenças presentes nas culturas do mundo inteiro (SILVEIRA, 2010, p. 68).

Esse novo “modo” de pensar as relações humanas do ponto de vista de uma identidade pós-moderna não foge à lógica de uma construção “que tem como elemento de sustentação discursos, objetos, práticas simbólicas que nos posicionam no mundo, que dizem nosso lugar em relação ao outro” (SILVEIRA, 2010, p. 68).

De fato, reiterando o já dito, o modelo de patrimônio brasileiro da década de 30 já não atende ou pelo menos não é suficiente para abarcar a pluralidade dos discursos sobre a noção de memória. Esse mesmo modelo de patrimônio também não satisfaz a ideia pós-moderna dos arquivos, bibliotecas e museus que tem uma parcela significativa a contribuir para a memória e identidade nacionais.

No caso dos arquivos, notadamente dos arquivos públicos, isso acontece porque esses lugares são vistos atualmente como parte da construção das memórias e não apenas como “depósitos” amorfos da memória. Nas palavras de Antonella Salomoni “os arquivos não são amontoados informes de escritas, assim como eles não recebem tudo o que é produzido ou proposto para ser registrado. Eles são efeitos de uma seleção e de uma ordenação” (SALOMONI, 2011, p.46).

O arquivo público tem sua estruturação ligada ao Estado e é o resultado da recolha dos documentos da administração pública no fim das atividades administrativas, ao que se convencionou chamar arquivos permanentes ou de terceira idade.

A noção de arquivo permanente ainda traz em seu bojo a perspectiva que expressa um tipo de memória materializada bem parecida com o que acontece com o patrimônio histórico, como visto anteriormente. Como tal, essa memória confunde-se com o próprio arquivo a ser preservado. Essa noção dos arquivos permanentes e a sua aproximação dos documentos administrativos do Estado ainda imperam nos meios de pesquisa acadêmica e histórica. No entanto, os trabalhos de pesquisadores, sobretudo na área da sociologia, começam agora a lidar com a desnaturalização dos arquivos. Segundo Heymann, os arquivos



resultam das funções desempenhadas e das atividades desenvolvidas pelas entidades produtoras dos conjuntos documentais, de acordo com a Arquivologia. Em uma perspectiva sociológica, porém, é possível pensá-los, também, como artefatos que estão na origem de diversos processos sociais – justificam projetos de natureza memorial, legitimam empreendimentos institucionais, são objeto de políticas que visam à preservação e à valorização da “memória” e seus agentes. (HEYMANN, 2010, p. 113, grifo da autora).

O estatuto contemporâneo dos arquivos não os afasta dos conjuntos documentais orgânicos, mas sim alarga o entendimento sobre o mesmo, pelo qual eles “deveriam ser vistos como parte do processo de construção dos discursos sobre o passado” (HEYMANN, 2010, p. 114).

Outros pesquisadores, como o canadense Terry Cook, aproximam, inclusive, esse pensamento do processo mais amplo de construção dos discursos, aproximando essas “narrativas” dos documentos pessoais. Para Cook, “ambos são artefatos de registro derivados de uma atividade; os arquivos são evidências das transações da vida humana, seja ela organizacional, e por conseguinte oficial, seja individual, e portanto *pessoal*” (COOK, 1998, p.131, grifo nosso). Ainda segundo o pesquisador Terry Cook, citado por Natália Bolfarini Tognoli e José Augusto Chaves Guimarães,

ao invés de abandonar o pensamento arquivístico os arquivistas canadenses começaram a descobrir (ou redescobrir) a excitação intelectual da informação contextualizada, que era o próprio legado da profissão. Uma grande gama de estudos logo apareceu no Canadá para explorar a informação da proveniência sobre os criadores de documentos, a administração de documentos, e as formas, funções, e características físicas de vários documentos arquivísticos em todos os meios (COOK *apud* TOGNOLI; GUIMARÃES, 2011, p. 26).

Terry Cook parece conhecer a diferença entre a realidade brasileira e a canadense, inclusive as legais, e, por isso mesmo, chama a atenção para o fato de que o conceito canadense de “arquivos totais” pode ser usado no Brasil, “pois integra, em quase todos os tipos de arquivo por todo o país, o papel oficial dos arquivos, como guardiães da contínua demanda corporativa de seus patrocinadores pela evidência documentada de suas transações” (COOK, 1998, p.142). Esse conceito pode trazer, com isso, um equilíbrio entre os arquivos oficiais e pessoais em todas as formas de mídia, já que o que importa na teoria dos “arquivos totais”, como é chamada essa nova perspectiva, é a informação, independente do suporte em que ela é veiculada.

### 2.1.1 Arquivos privados: pequeno esboço da legislação

Quando o entendimento sobre os arquivos passa a ter uma visão mais sociológica e global sobre os fatos – que envolve sujeitos até então alijados da representação da memória, como no caso da documentação pessoal e/ou os arquivos privados –, eles não funcionam mais apenas como lugares estáticos em que a coletividade não se vê contemplada. Assim, os arquivos vistos como *lugares de memória*<sup>3</sup>, para além dos patrimônios edificadas e datas comemorativas, caminham para um verdadeiro entendimento de memória coletiva, pois através desses lugares as pessoas podem acessar e produzir informação, tornando-se assim atores, e vão com isso tomando seu lugar na história. Dessa forma, a leitura atual dos *lugares de memória* vem preencher as lacunas entre a materialidade e a subjetividade da memória, como proposto por Nora (1993), que atribui um caráter mais diverso ao entendimento coletivo de memória, não vinculado somente a esses patrimônios e datas comemorativas.

Tomam forma a partir dessas discussões os arquivos privados de interesse público, com ênfase, aqui nesse trabalho, nos arquivos pessoais. Os documentos pessoais começam a ser vistos como material importante na constituição da memória nacional ou dos arquivos pessoais como fonte de memória.

Deve-se se considerar que a passagem desses documentos pessoais para o espaço público não se dá de maneira natural como no caso dos arquivos públicos (HEYMANN, 2010), e depende, muitas vezes, de certa negociação por parte dos envolvidos, sejam eles os familiares detentores dos direitos do arquivo pessoal, o próprio arquivado ou até mesmo as instituições que têm interesse na cooptação desses documentos. O fato é que

os arquivos pessoais de homens públicos ocupam lugar de destaque em projetos institucionais voltados para a preservação da “memória nacional”; projetos que, ao mesmo tempo em que valorizam o “patrimônio” do qual são depositários, os instituem como meio de acesso “autênticos” e “fidedignos” ao *legado* que pretendem preservar (HEYMANN, 2011, p.79, grifos da autora).

É justamente porque a passagem dos documentos pessoais do espaço privado para o público não se dá de maneira natural que faz-se necessária, nesse ponto do trabalho e

---

<sup>3</sup> A noção de memória, bem como o conceito de *lugar de memória* proposto pelo pesquisador francês Pierre Nora, serão mais bem explicados no segundo capítulo desse trabalho.

pensando na institucionalização dos arquivos pessoais, uma revisão na lei que regulamenta os arquivos públicos e privados bem como a sua diferenciação legal<sup>4</sup>.

A lei que regulamenta e confere atribuições aos arquivos, também conhecida como “Lei de Arquivos”, é a Lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991 que “dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências” (BRASIL, 1991), como a criação, em seu artigo 26, do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) como órgão central do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). Em seu capítulo II, trata dos arquivos públicos:

Art. 7º Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias.

§ 1º São também públicos os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por instituições de caráter público, por entidades privadas encarregadas da gestão de serviços públicos no exercício de suas atividades.

§ 2º A cessação de atividades de instituições públicas e de caráter público implica o recolhimento de sua documentação à instituição arquivística pública ou a sua transferência à instituição sucessora.

Art. 8º Os documentos públicos são identificados como correntes, intermediários e permanentes.

§ 1º Consideram-se documentos correntes aqueles em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam de consultas freqüentes.

§ 2º Consideram-se documentos intermediários aqueles que, não sendo de uso corrente nos órgãos produtores, por razões de interesse administrativo, aguardam a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

§ 3º Consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados.

Art. 9º A eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada mediante autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência.

Art. 10º Os documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis (BRASIL, 1991).

Ou seja, a lei não deixa dúvidas quanto à produção, recolha e guarda dos arquivos públicos produzidos pelas funções do Estado. Está bem definida, inclusive, a responsabilidade pela guarda permanente dos documentos, após os períodos corrente e intermediário, pelos arquivos públicos municipais, estaduais e federais.

Já o capítulo III que trata dos arquivos privados diz:

Art. 11. Consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por *pessoas físicas* ou jurídicas, em decorrência de suas atividades.

Art. 12. Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse *público e social*, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional.

<sup>4</sup> Cabe aqui uma ressalva sobre a diferenciação entre o que é considerado público e o que é considerado privado: segundo Celso Lafer “público é não só aquilo que é comum a todos – por afetar a todos –, mas igualmente o que é acessível ao conhecimento de todos, em contraposição ao privado, encarado como aquilo que é reservado e pessoal, é, no plano político, uma ideia ligada à democracia” (LAFER, 2005, p. 34).

Art. 13. Os arquivos privados identificados como de interesse público e social não poderão ser alienados com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o exterior.

Parágrafo único. Na alienação desses arquivos o Poder Público exercerá preferência na aquisição.

Art. 14. O acesso aos documentos de arquivos privados identificados como de interesse público e social poderá ser franqueado mediante autorização de seu proprietário ou possuidor.

Art. 15. Os arquivos privados identificados como de interesse público e social poderão ser depositados a título revogável, ou doados a instituições arquivísticas públicas.

Art. 16. Os registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos anteriormente à vigência do Código Civil ficam identificados como de interesse público e social (BRASIL, 1991, grifo nosso).

É possível observar, por esse excerto, que a Lei de 1991 não deixa claras as atribuições sobre a guarda dos arquivos privados de interesse público, como, por exemplo, os arquivos pessoais. Sua determinação mais evidente, do ponto de vista da preservação dos documentos de arquivos privados de interesse público, é que os mesmos não podem ser alienados, mas, se isto acontecer, a preferência é do Estado.

O Decreto nº 4.073 de 3 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei 8.159, é mais específico em seu texto sobre os arquivos privados de interesse público, e estabelece em seu capítulo V, intitulado “Da declaração de interesse público e social de arquivos privados”:

Art. 22. Os arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional podem ser declarados de interesse público e social por decreto do Presidente da República.

§ 1º A declaração de interesse público e social de que trata este artigo não implica a transferência do respectivo acervo para guarda em instituição arquivística pública, nem exclui a responsabilidade por parte de seus detentores pela guarda e a preservação do acervo.

§ 2º São automaticamente considerados documentos privados de interesse público e social:

I - os arquivos e documentos privados tombados pelo Poder Público;

II - os arquivos presidenciais, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991;

III - os registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos anteriormente à vigência da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, de acordo com o art. 16 da Lei nº 8.159, de 1991 (BRASIL, 2002).

Ainda que o Decreto seja um avanço no entendimento acerca dos arquivos privados de interesse público, permanecem grandes lacunas do ponto de vista da responsabilidade pelo cuidado e preservação desses acervos, principalmente no caso da transferência de tais arquivos para uma instituição de guarda. Mesmo que a legislação declare que o arquivo privado seja de interesse público, isso não torna o cuidado e manutenção dele responsabilidades do Estado. No entanto, o Estado deve embasar e incentivar a criação de

políticas públicas que subsidiem espaços de guarda desses acervos, embora ele não tenha que abrigar todos os documentos privados declarados de interesse público.

A contradição entre a legislação e a sua aplicação pode criar “espaços” institucionalizados de preservação dessa memória que não estão necessariamente ligados ao Poder Público, como é o caso do Acervo de Escritores Mineiros, objeto desse trabalho, apesar de esse Acervo estar sob a responsabilidade de uma instituição pública.

Essa discussão será melhor apresentada nos capítulos a seguir.

## **2.2 Novas configurações dos arquivos: perspectivas contemporâneas**

A ideia de arquivo vem se modificando ao longo do tempo, mas é em meados do século XX que essa mudança é sentida com mais força. Vários são os motivos dessa mudança, dentre eles pode-se enumerar: a explosão informacional/documental, principalmente no pós-guerra; o advento das novas tecnologias, dentre elas a internet; e a aproximação da arquivologia com as ciências sociais e humanas bem como a incorporação por parte da ciência arquivística do ferramentário metodológico das ciências sociais.

A partir do momento em que o pensamento sobre o arquivo passa a ocupar novos campos disciplinares, como os da filosofia, antropologia e dos estudos culturais, há um deslocamento da abordagem dos arquivos como depósitos dos fatos do passado, isto é, como prova de um passado fixo e instituído, para aquela em que os arquivos são considerados parte do processo de construção dos discursos sobre o passado (HEYMANN, 2012). Ou seja, nessa abordagem do início dos anos 1990, os arquivos não são mais vistos como entidades inertes, ao contrário, eles podem ser considerados como “protagonista” da construção da memória.

O fato é que a arquivologia, como disciplina, nasce da prática profissional e só com o tempo vem sendo discutida do ponto de vista teórico, como percebe-se na afirmação de Negreiro e Dias. Para eles

a transformação histórica da arquivologia é [...] marcada pelo pragmatismo. A disciplina formou-se a partir de soluções de problemas práticos que a teoria se encarregou, mais tarde, de explicar, analisar e compreender. (NEGREIROS; DIAS, 2008, p. 3).

Os novos rumos teóricos são uma realidade e já são sentidos nos meios de pesquisa atual, tanto que alguns pesquisadores já falam em uma ruptura. Maria Odila Fonseca (2005) afirma que o

objeto da arquivologia, na perspectiva de um novo paradigma, desloca-se do “arquivo” para a informação arquivística, ou “informação registrada orgânica”, expressão cunhada por arquivistas canadenses para designar a informação gerada pelos processos administrativos e por eles estruturadas de forma a permitir uma recuperação em que o contexto organizacional desses processos seja o ponto de partida. (FONSECA, M. O. K., 2005, p.59, grifos da autora).

Se o objeto passa do arquivo para a informação orgânica percebem-se aqui dois níveis de entendimento sobre os arquivos: a informação contida no arquivo – o conteúdo semântico dos documentos – e o contexto gerador – o seu processo de criação (FONSECA, M. O. K., 2005). Esse entendimento tem como um de seus fundadores o já citado arquivista canadense Terry Cook (1998), para quem

a nova estrutura analítica para a avaliação rejeita, assim, os princípios arquivísticos tradicionais de arranjo e descrição, que preconizam uma congruência exata entre a função criadora, a estrutura criadora e seu sistema de armazenamento de informações. Ao invés, a nova abordagem reconhece que as funções agora são multi-institucionais e que dentro de cada instituição há numerosos sistemas de armazenamento de informações, com uso de vários meios (COOK, 1998, p. 136).

Cook tem em mente o contexto da pós-modernidade e dos documentos eletrônicos, no qual se “ênfatiza o valor arquivístico da posição, local ou funcionalidade da criação de documentos, em lugar do valor dos documentos por eles mesmos” (COOK, 1998, p. 136). Os estudos canadenses tentam, dessa forma, reunir dentro de um sistema todas essas novas funções na ideia de arquivos totais.

Discutir as novas configurações dos arquivos no Brasil, em especial dos arquivos públicos ou permanentes, ainda pressupõe um modelo custodial tradicional, e, por conseguinte, representado pelos documentos de papel. A análise conceitual, então, passa quase sempre pela discussão das modificações teórico-metodológicas que podem ser sentidas nos arquivos públicos/históricos, vistos como *lugar de memória*, uma vez que

[...] o discurso metodológico e o discurso teórico da história pressupõem os arquivos como *dados* e evitam a todo custo uma reflexão sobre sua construção e sobre sua produção. Nossa atualidade nos faz ver que os arquivos não estão dados e, ao mesmo tempo, problematiza todo discurso (metodológico e teórico) *a priorístico* que os pressupõe (SALOMON, 2011, p.14, grifo do autor).

Passa-se, a partir de então, a entender o arquivo como uma construção de sentidos e não apenas como um lugar estático, onde as verdades estão postas à espera dos

pesquisadores. É isso que o pesquisador francês Philippe Artières (2011) afirma ser uma pequena revolução arquivística, e nela os novos usos sociais dos arquivos são sentidos com mais força e os novos atores tomam seu lugar na história, como é o caso dos documentos pessoais, objeto principal desse trabalho. “Assim, uma massa de papéis até então destinada à lata do lixo ou aos baús carcomidos dos porões e sótãos ganhou espaço em lugares de arquivamento; o ‘eu’ anônimo entrou na história [...]” (ARTIÈRES, 2011, p. 101-102, grifo do autor).

A nova abordagem que trata o arquivo como parte do processo e não apenas como prova tem como um de seus fundadores o filósofo Michel Foucault, como desenvolvido em sua obra *A arqueologia do saber* (2007), pois foi ele quem primeiro apropriou-se da noção de arquivo, valendo-se de um conjunto de novas questões de natureza epistemológica, inseridas em um projeto intelectual bastante distanciado das preocupações que envolviam os documentos históricos e seus depósitos (HEYMANN, 2012). Além dele, outro filósofo francês, Jacques Derrida, também esteve preocupado com a tessitura da memória e dos arquivos como *locus* onde se traçam as noções de poder relacionados à materialidade e aos discursos desse assunto.

Foucault (2007) entendia o arquivo não como a soma de textos que uma cultura preservou, nem como as instituições que registraram e conservaram os discursos do que se quer lembrar, mas, sim, como um sistema de enunciados. Essa noção dos arquivos não somente como prova, mas como construção de um percurso discursivo, vem dando o tom a vários trabalhos com arquivos. Apoiando-se nas ideias de Foucault, Wander Melo Miranda considera o arquivo como

um sistema de discursos que encerra possibilidades enunciativas agrupadas em figuras distintas, compostas umas com as outras segundo relações múltiplas e mantidas ou não conforme regularidades específicas. Nesse sentido, o arquivo não é depósito de enunciados mortos, acumulados de maneira amorfa, como documentos do passado e reduzidos a testemunhos da identidade de uma cultura (MIRANDA, 2003, p. 36).

De fato, a partir das observações feitas por Foucault muda-se o campo de visão sobre os arquivos como lugar onde a verdade está posta para outra em que os arquivos passam, então, a ser entendidos como lugar de interpretações “discursivas”, tanto para quem o cria quanto para quem o lê. Para o francês

uma formação discursiva não desempenha [...] o papel de uma figura que pára o tempo e o congela por décadas ou séculos: ela determina uma regularidade própria de processos temporais [...]. Não se trata de uma forma intemporal, mas de um

esquema de correspondência entre diversas séries temporais (FOUCAULT, 2007, p. 83).

Essa ideia da formação discursiva aproximada dos arquivos é assim interpretada e também descrita por Miranda:

a prática arquivística define-se, assim, pelo valor diferencial que congrega e permite, ao mesmo tempo, a subsistência de enunciados e sua regular transformação. Daí não ser o arquivo descritível em sua totalidade, mas por fragmentos, regiões e níveis, distintos com maior clareza em virtude da distância temporal que dele nos separa. Em suma, ele é a borda do tempo que envolve nosso presente, que o domina e que o indica em sua alteridade [...]. Ele estabelece que somos diferença, que nossa razão é a diferença dos discursos, nossa história a diferença dos tempos, nosso eu a diferença das máscaras (MIRANDA, 2003, p. 36-37).

Já para Derrida a leitura sobre o arquivo tem uma reflexão inquieta e trágica, onde o arquivo é entendido como um lugar de grande violência (HEYMANN, 2012). Segundo o pesquisador francês citado por Heymann, o sentido de arquivo vem do *arkheion* grego, ou seja, a casa, domicílio, residência dos magistrados ou *arcontes*. Os *arcontes* foram seus primeiros guardiões, e a eles cabiam também o direito e a competência hermenêuticos. A eles competiam o poder da escolha do que seria preservado e também o de leitura e interpretação desse material. Para Derrida, a noção de poder está colocada de maneira expressiva uma vez que depositada diretamente nesses guardiões (DERRIDA *apud* HEYMANN, 2012).

A ideia da construção discursiva e suas interpretações, no entanto, não afastam os arquivos do seu valor probatório, que no caso dos arquivos permanentes ou históricos podem ser entendidas como a memória materializada (JARDIM, 1995).

Ou seja, os arquivos resultam das atividades desenvolvidas pelas entidades produtoras. Porém, é possível pensá-los como artefatos que estão na origem de diversos projetos sociais, justificando, assim, projetos memoriais que legitimam empreendimentos institucionais e são objetos de políticas públicas de valorização e preservação memorial (HEYMANN, 2010).



### 3. ACERVOS PESSOAIS

#### 3.1 O arquivamento do eu

É sempre embaraçoso uma pessoa ter de falar de si própria.  
Os tratados de boas maneiras desaconselham-no.  
Philippe Lejeune – 2013.

Se se pensar na imagem de um lugar onde estariam conservados os documentos da vida de qualquer cidadão poderiam estar ali arquivados, desde que não tenha sido feito nenhum descarte, todos os tipos de documentos relativos à vida desse sujeito, desde suas atividades profissionais até os papéis e objetos da sua vida cotidiana. Documentos como cartas, passagens de avião, comprovantes de contas das mais variadas, cartões postais, fotos amarelecidas, diários pessoais, comprovantes de pagamento entre outros.

Esse lugar fictício de restos e fragmentos foi proposto por Philippe Artières em seu texto *Arquivar a própria vida* (1998). O lugar é fictício, pois o próprio autor admite não ser possível conservar senão uma parte ínfima de todos esses vestígios (ARTIÈRES, 1998). Isso se deve a práticas cotidianas, e não necessariamente sistematizadas, de descarte e pelo fato de se reter apenas alguns elementos da vida cotidiana (ARTIÈRES, 1998). Nas palavras do autor:

fazemos triagens nos nossos papéis: guardamos alguns, jogamos fora outros; damos arrumações quando nos mudamos, antes de sairmos de férias. E quando não o fazemos, outros se encarregam de limpar as gavetas por nós. Essas triagens são guiadas por intenções sucessivas e às vezes contraditórias (ARTIÈRES, 1998, p. 10).

Fausto Colombo apresenta uma visão ainda mais voltada ao cotidiano dos sujeitos que guardam objetos e até um pouco irônica do arquivamento do eu, uma vez que amplia a noção dos documentos, alguns dos quais menos “burocráticos” e mais subjetivos e, porque não, até mesmo “emocionais”. Para ele:

gravar e arquivar o nosso passado parece-nos hoje algo de muito necessário, tão indispensável como catalogar cada momento da nossa própria experiência, fotografando as imagens colhidas durante viagens, gravando em vídeos os momentos da vida de nossos filhos ou os programas televisivos que mais nos parecem dignos de serem “conservados”, amontoando no computador nossas receitas culinárias e os números de telefone, os gostos dos amigos e o faturamento do último mês (COLOMBO, 1991, p. 19, grifo do autor).

Pode-se dizer que a visão de Colombo se aproxima da imagem do “exagero da memória”, da qual a sociedade contemporânea vem sofrendo, ou, como Huysen (2000) nomeou, um novo mal-estar da civilização. Esse exagero ou mal-estar pode ter se dado a partir de uma sobrecarga de informações onde se quer, ou mesmo se pensa, que é possível conservar toda a memória bem como a sua materialidade. Essa totalidade memorial pode transformar os sujeitos em Funes<sup>5</sup> modernos. Tem-se que pensar que a totalidade da memória pode ser algo prejudicial ao sujeito, isso porque sem o esquecimento, parceiro da memória, não poderia haver abstração necessária para a elaboração do conhecimento. Nas palavras do narrador do conto de Jorge Luis Borges, o personagem Funes

tinha aprendido sem esforço o inglês, o francês, o português, o latim. Suspeito, entretanto, que não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No abarrotado mundo de Funes não havia senão pormenores, quase imediatos (BORGES, 1972, p. 125).

O que se pode constatar com isso é que esse rememorar obsessivo (CARVALHO, 2008), que pode ser notado na época atual, também está presente na forma como os sujeitos criam suas formas do arquivar-se. As triagens cotidianas às quais são submetidos os documentos pessoais, conforme a proposta de Artières, não estão livres desse exagero da memória, isto é, da necessidade que esses mesmos sujeitos tem de se conservar.

A tentativa de uma recordação total tem, nos dias atuais, ferramentas bastante atrativas do ponto de vista de uma “memória total”, a saber, os computadores – e suas memórias artificiais – e a internet, pelos quais se pode ter a falsa ideia de que a memória tenha alcançado, enfim, sua infinitude. Para Carvalho, o “homem do terceiro milênio desenvolve fantasias de recordação total no espaço/tempo da cultura hiperbólica da informação digital” (CARVALHO, 2008, p. 19).

Um bom exemplo – para ficar apenas com um – do uso dessas ferramentas de informação que se tornaram possíveis a partir da era da informática são os blogs<sup>6</sup>. Para Luciene Azevedo, os blogs podem ser considerados como os novos diários íntimos do nosso tempo (AZEVEDO, 2007). A autora acredita que “o blog é um espaço em que o comentário

---

<sup>5</sup> O conto do escritor argentino Jorge Luis Borges, *Funes, o memorioso*, narra a história de Irineu Funes que, após um acidente de cavalo passa a se recordar de todos os acontecimentos dos quais ele participou em seus mínimos detalhes.

<sup>6</sup> Essa pequena pausa nos documentos que são aqui discutidos, os documentos de tipos tridimensionais de arquivos pessoais, é para apresentar uma possibilidade, ou mais uma, sobre as novas configurações onde as memórias podem estar sendo depositadas nos dias atuais. Esta pesquisa desconhece arquivos pessoais institucionalizados de documentos digitais como fontes primárias, isto é, advindos ou criados especificamente nesse meio. Conhece-se, no entanto, a digitalização ou a transposição para o meio digital de documentos físicos.

da experiência cotidiana do tempo presente e a crônica de si aparecem mesclados à ficcionalidade” (AZEVEDO, 2007, p. 47). Ou seja, pode ser considerado um espaço memorialístico e ou mesmo ficcional, onde estão sendo contados vários acontecimentos do dia a dia, como num diário, além de trazer consigo também algo caro aos dias de hoje: a interatividade.

Pode-se pensar no blog como uma das novas configurações da escrita de si nos tempos atuais somente se a essa nova forma de escrita forem atribuídos valores parecidos aos dos arquivos pessoais, em que são atribuídos valores de uma “dimensão autobiográfica” para usar as palavras de Priscila Fraiz (1998). Ainda segundo Luciene Azevedo,

se aceitamos essa possibilidade podemos pensar que o investimento do relato em uma invenção biográfica também pode perturbar os limites entre a ficção e a vida. O blog pode se transformar em uma ferramenta propícia para o exercício da autoficção (AZEVEDO, 2007, p. 47).

Esse ponto é interessante também para a discussão da criação das autobiografias nas quais os sujeitos criam uma “atmosfera” em que os limites do que é realidade e ficção não são bem definidas. Isso porque o olhar do sujeito, inclusive sobre ele próprio, pode ser uma criação, na qual devem ser levados em consideração vários fatores, desde o modo como o sujeito vai querer ser lembrado na posteridade até a maneira como os “leitores” irão ler a sua imagem criada por si. Foi o que o autor francês Philippe Lejeune chamou de “pacto autobiográfico”.

Para Lejeune essa construção pessoal do sujeito deve ser lida de um ponto de vista global, no qual devem ser considerados o contexto social além de um contrato implícito ou explícito do autor com o leitor. Essa leitura do pensador francês foi proposta por Wander Melo Miranda (2009) e é compartilhada por esse texto. Miranda acrescenta ainda que a

autobiografia, mesmo se limitada a uma pura narração, é sempre uma auto-interpretação, sendo o estilo o índice não só da relação entre aquele que escreve e seu próprio passado, mas também o do projeto de uma maneira de dar-se a conhecer ao outro, o que não impede o risco permanente do deslizamento da autobiografia para o campo ficcional, o seu revestir-se da mais livre invenção. Apesar do aval de sinceridade, o conteúdo da narração autobiográfica pode perder-se na ficção, sem que nenhuma marca decisiva revele, de modo absoluto, essa passagem, porquanto a qualidade original do estilo, ao privilegiar o ato de escrever, parece favorecer mais o caráter arbitrário da narração que a fidelidade estrita à reminiscência ou o caráter documental do narrado (MIRANDA, 2009, p. 30).

A intencionalidade da escrita de si, a leitura do outro, a veracidade dos fatos, entre outros elementos têm que ser levados em conta na criação/construção do pacto autobiográfico pelo sujeito, seja essa criação/construção feita nos meios editoriais, nos *blogs* ou ainda na

acumulação dos seus documentos pessoais. Deve-se aqui atentar para o final da citação de Miranda, em que o autor chama a atenção para o perigo da autobiografia se perder na ficção, mesmo com o aval de sinceridade. Assim, pode-se perceber dois indicativos da aproximação da autobiografia à ficção: o primeiro relaciona-se ao fato de, mesmo sendo a autobiografia um relato próximo da realidade, ela ser também uma construção, na qual o sujeito tenta se desenhar da melhor maneira possível; o segundo diz especificamente da “pincelada” estilística da ficção, em que o escritor de si pode “carregar” mais no texto, ultrapassando, assim, as reminiscências às quais ele deveria se ater.

Reinaldo Marques acredita que o arquivo pessoal possa ser objeto para a discussão sobre o papel do “sujeito arquivado” em relação a sua memória, inclusive no que tange a uma memória de seu tempo – o contexto histórico em que esse sujeito está inserido, ou, para usar as palavras do autor, “o papel do sujeito em relação às estratégias da memória” (MARQUES, 2000, p.34). Isso, pois, segundo Marques,

[...] o arquivo não é uma realidade pronta e acabada; ao contrário, em certa medida ele é construído e desconstruído pelo olhar do sujeito, que, ao cumprir nele um itinerário, deixa pegadas, seus vestígios, instituindo um certo roteiro de viagem (MARQUES, 2000, p. 34).

Pode-se considerar que essas “pegadas” deixadas pelo sujeito – o produtor do arquivo – são determinantes no trabalho interpretativo do pesquisador em relação à documentação sobre a qual o mesmo se debruça. Isto é, suas interpretações das pegadas são feitas à luz do presente, a partir do arquivo pessoal, e que o mesmo não está livre da construção histórica do sujeito produtor nem tampouco das interpretações do tempo presente. Pode-se pensar que as pegadas deixadas pelo sujeito e interpretadas pelos pesquisadores nos arquivos pessoais sejam uma troca de informações pelas quais o autor do arquivo tenta se inscrever como um sujeito histórico e o pesquisador como intérprete do presente.

Objetivamente, para que exista o arquivo pessoal institucionalizado, alguém conservou os documentos com uma possível ideia de que eles se tornariam, um dia, material de consulta para ele mesmo ou para outrem. Será que existe uma intencionalidade no arquivamento de “coisas” triviais como canetas, bonecos e objetos pessoais, entre outros, ao lado de outras eventualmente consideradas mais significativas como os manuscritos de suas obras (no caso de escritores), suas correspondências e o papelório relativo às suas atividades profissionais? Qual, ou mesmo quais os motivos para a manutenção desses “tesouros”?

A preservação desses documentos por parte dos sujeitos – no caso específico dessa pesquisa, dos escritores arquivados no AEM – deve-se, possivelmente, a fatores muito

mais abrangentes, como a sua própria produção artística, a troca de informações com outros escritores e críticos ou mesmo uma provável “intenção autobiográfica” (ARTIÈRES, 1998), a qual já vem sendo discutida.

Philippe Artières (1998) explora a ideia de arquivamento do eu sob três aspectos, sendo eles: “a injunção social, a prática de arquivamento e a intenção autobiográfica” (ARTIÈRES, 1998, p. 11). Para o autor “arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência” (ARTIÈRES, 1998, p. 11).

No que tange à injunção social o autor afirma a importância não apenas dos documentos os quais o sujeito pretende deixar para a posteridade, mas também os documentos “ordinários” que dão conta do dia a dia, dos compromissos, das contas, da vida cotidiana. Enfim, “é imperativo na nossa sociedade manter arquivos domésticos” (ARTIÈRES, 1998, p. 13) para a garantia dos nossos direitos. A prática do arquivamento é natural do ponto de vista dos aspectos cotidianos. Para Artières, isso é importante porque “para ser bem inserido socialmente, para continuar a existir, é preciso estar sempre apresentando papéis, e toda infração a essa regra é punida” (ARTIÈRES, 1998, p. 13). Ou seja, precisa-se manter organizados os documentos para que se possa provar, o tempo todo, as várias etapas da nossa vida. O autor atenta, no entanto, que não são somente os documentos “burocráticos” do dia a dia que são guardados pelo sujeito, mas também o conjunto documental que diz respeito a sua vida, a sua biografia. Nesse caso pode-se ter como exemplos as cartas, as fotografias tiradas nas férias, sua produção profissional e artística – quando esses existirem – bem como toda sorte de documentos que fazem parte da construção do sujeito ao longo de sua vida.

Priscila Fraiz (1998), que se debruçou sobre os arquivos de Gustavo Capanema, afirma que a documentação pessoal quando de sua passagem do âmbito pessoal para o público não tem uma organização prévia, pelo menos uma organização do ponto de vista da organização arquivística. Segundo a autora

é raro que um arquivo pessoal chegue a uma instituição de memória com algum arranjo ou ordenamento prévios, determinado pelo próprio titular, por colaboradores ou mesmo por familiares; mais incomum ainda é encontrar um tipo de material que reflita e revele alguma ordem original ou primitiva, que possa nos dizer do arquivo e sobre o arquivo (FRAIZ, 1998, p. 60).

Essa falta de ordenação prévia por parte dos sujeitos de seu arquivo pessoal pode ser entendida como um desinteresse biográfico. No entanto, a prática do arquivamento, ainda que feita de maneira inconsciente, não pode ser considerada completamente sem intenção: não

se arquiva sem que haja no mínimo uma pequena vontade de se guardar para o futuro. Artières é mais enfático nesse ponto. Para o autor francês,

não arquivamos nossas vidas, não pomos nossas vidas em conserva de qualquer maneira; não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal; fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens (ARTIÈRES, 1998, p. 11).

Ou seja, ao arquivar-se, os sujeitos não o fazem de maneira totalmente aleatória. Eles têm em mente um “projeto de construção memorial”. Essa ideia está bem próxima do que diz o pesquisador brasileiro Renato Janine Ribeiro. Para ele, “o desejo de perpetuar-se, mas, mais que isso, o de constituir a própria identidade pelos tempos adiante, responde ao anseio de forjar uma glória” (RIBEIRO, 1998, p. 35).

Um bom exemplo de construção de arquivo pessoal como autobiografia, feita pelo próprio sujeito arquivado, encontra-se explicitado no texto escrito por João Fábio Bertonha, *A construção da memória através de um acervo pessoal: o caso do fundo Plínio Salgado em Rio Claro (SP)*, de 2007. O autor afirma ter encontrado nos arquivos pessoais de Plínio Salgado, famoso líder integralista<sup>7</sup>, sinais de uma construção consciente por parte do político, elementos que atestam a criação – ou ao menos uma tentativa – de uma identidade positiva dele e do integralismo brasileiro. Segundo Bertonha,

são três os elementos centrais que conduziram à construção do seu acervo: uma tentativa de apresentar, à História, uma imagem positiva de si e de tudo o que construiu; um esforço para acertar as contas com os seus, muitos, inimigos e, ao mesmo tempo, deixar uma explicação, para si e para os outros, do porquê de ele não ter conseguido a posição de destaque no campo intelectual e o poder que imaginava ser seu direito (BERTONHA, 2007, p. 124).

Para Bertonha, então, parecia “óbvio que, em muitos momentos, Plínio guardava seus papéis para uso futuro, por curiosidade histórica e/ou para preservar a sua produção como escritor e político” (BERTONHA, 2007, p. 124). Esse exemplo é muito significativo para a discussão sobre a criação autobiográfica a partir dos documentos pessoais. Pode-se notar que os sujeitos, como é o caso de Plínio Salgado, têm clara a consciência da importância de seus documentos para a construção de seu legado no futuro. E por isso trabalham arduamente na sua formação,

<sup>7</sup> Plínio Salgado (1895 – 1975) foi um jornalista e político brasileiro, muito influente no Brasil do século XX. Fez parte do movimento Verde-Amarelo, vertente nacionalista do modernismo em companhia de Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Cândido Mota Filho. Fundou em 1931 a agremiação política Ação Integralista Brasileira (AIB). Com ideário inspirado nitidamente no fascismo italiano e em seus similares europeus. Tentou, sem sucesso, levantar para depor o presidente da República Getúlio Vargas. Nos anos seguintes, apoiou a Ditadura Militar e se filiou ao partido ARENA. Fonte: CPDOC/FGV. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/plinio\\_salgado](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/plinio_salgado)>. Acesso em: 08 jun. 2013.

descartando e recortando “imagens” as quais eles acreditam que possam pintar um quadro favorável, principalmente depois de sua morte.

Outro exemplo de construção autobiográfica por parte de seu arquivamento é o de Gustavo Capanema<sup>8</sup>. No texto já citado de Priscila Fraiz, de 1998, intitulado *A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema* pode-se perceber a preocupação de Gustavo Capanema com a ordenação de seu arquivo:

o projeto de Capanema de escrever e publicar suas memórias não se consumou porque, em verdade, seu espaço autobiográfico residia exatamente na dedicação excessiva ao próprio arquivo, no fazer e refazer ordens, planos, classificações, produzindo um sentido para a sua vida mediante a ordenação das fontes e nunca a sistematização do texto (FRAIZ, 1998, p. 83).

Diferentemente de Plínio Salgado, no caso de Gustavo Capanema a sua excessiva preocupação na ordenação e classificação de seus documentos serviu como um “inimigo” em sua tentativa de construção autobiográfica. Gustavo Capanema carregava consigo uma “obsessão arquivística”, que pode ter sido definitiva para que ele próprio não conseguisse escrever sua biografia. Isso, no entanto, fez do arquivo pessoal de Capanema um lugar importante e particular do ponto de vista de sua construção e ordenação, tanto que Fraiz afirma que “o projeto de construção autobiográfica de Capanema [...] só pode ser recuperado através do próprio arquivo, pois que este representa a arquitetura minuciosa de uma obra condenada a permanecer projeto, esboço, intenção” (FRAIZ, 1998, p. 83).

O fato é que a acumulação e ordenação dos documentos por parte dos produtores ganham grande visibilidade social e importância nos meios de pesquisa quando institucionalizados. Ou seja, a partir, principalmente, do

momento em que os arquivos pessoais [...] deslocam-se da esfera privada, do espaço mais íntimo do escritório em casa, ganhando a esfera pública em centros de memória, documentação, e estudos das universidades, bibliotecas ou fundações [...] (MARQUES, 2012, p. 73).

---

<sup>8</sup> O mineiro Gustavo Capanema Filho estudou direito e participou de grupos de intelectuais brasileiros. Em 1927 iniciou sua vida política. Foi oficial-de-gabinete e secretário do Interior e Justiça do governador de Minas Gerais Olegário Maciel, seu primo, embora fosse partidário de Getúlio Vargas. Participou da Revolução de 1930. Integrou o Partido Social Nacionalista (PSN) e o Partido Progressista (PP). Capanema foi designado para dirigir o Ministério da Educação e Saúde, cargo que ocupou até 1945. Sua gestão marcou-se, além da criação do Sphan, auxiliado por Carlos Drummond de Andrade, seu chefe-de-gabinete, pelas iniciativas na educação, com a criação, também em 1937, da Universidade do Brasil, a nacionalização de cerca de duas mil escolas nos núcleos de colonização do sul do país e a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), e na saúde, com a criação de serviços de profilaxia de diversas doenças. Em 1945, filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD) e obteve vários mandatos parlamentares, além de ocupar o posto de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Morreu em 1985. Fonte: CPDOC/FGV. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/gustavo\\_capanema](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/gustavo_capanema)>. Acesso em: 08 jun. 2013.

A importância da passagem dos documentos do âmbito privado ao público/social se dá pelo fato da subjetividade da produção/organização dos documentos pessoais ter a partir daí o olhar do outro, uma vez que estarão postos à entrega de outra leitura, entregue à construção de uma nova autobiografia feita por outrem. Isso só será possível, no entanto, se se levar em conta três elementos os quais foram pincelados de certa forma durante o texto. O primeiro diz respeito ao próprio arquivado e a sua construção a partir das escolhas feitas no seu arquivo, a construção de sua imagem; o segundo diz respeito ao leitor que não está livre de uma leitura influenciada pelo presente, ou seja, a leitura de sua época, suas interpretações; já o terceiro consiste na criação dos lugares onde serão depositados os “retalhos” documentais preservados pelos sujeitos.

Os documentos pessoais podem assim encenar um papel importante na construção da memória coletiva, pois “os arquivos [pessoais] são brilhantes na sua configuração de objeto em si e, ao mesmo tempo, ponto de inflexão importante para o discurso mais abrangente da história” (CURY, 1995, p. 56). A criação desses lugares de memória é um rico campo de pesquisa para várias áreas do conhecimento.

### 3.2 Os arquivos pessoais

Existem nas recordações de todo homem coisas que ele só revela aos seus amigos. Há outras que não revela mesmo aos amigos, mas apenas a si próprio, e assim mesmo em segredo. Mas também há, finalmente, coisas que o homem tem medo de desvendar até a si próprio, e, em cada homem honesto, acumula-se um número bastante considerável de coisas no gênero. Dostoiévski, *Memórias do Subsolo*, p. 52.

Essa seção não poderia ser iniciada sem que fossem feitas algumas ressalvas para uma melhor compreensão do trabalho aqui empreendido. O Acervo de Escritores Mineiros é um misto de arquivo, biblioteca e museu. No entanto, para o desenvolvimento desse trabalho, todos os objetos que o compõem serão entendidos como documentos de arquivo, bem como o próprio Acervo visto como um arquivo. Isso é possível se se pensar que todos os itens desse espaço formam um conjunto orgânico, aos moldes (ou bem próximo) dos documentos de arquivo tradicionais, embora se saiba que nem todas as coleções depositadas no AEM sejam completas, e podem estar desmembradas em outros espaços institucionalizados ou particulares. É importante esclarecer que essa é uma escolha feita pelo pesquisador, e por ela não se abandonam as outras interfaces do AEM, também visto como biblioteca e museu, apenas não as têm como norte. Essa opção metodológica é também importante para o



entendimento desse trabalho, uma vez que aqui se tentará entrever o AEM como um todo, e não coleção por coleção.

Outro ponto a esclarecer é sobre a escolha do termo e conceito “arquivo pessoal” em detrimento de “arquivo literário”. Aqui entende-se que o conceito de arquivo pessoal abarca um universo maior de possibilidades, isso porque o senso comum pode pensar no arquivo literário apenas como versando sobre as obras literárias dos arquivados. No entanto, este texto tentará um entendimento um pouco mais alongado das memórias desses escritores, aproximando-as de uma noção de memória nacional, isto é, de uma memória coletiva que “contém as memórias individuais, mas não se confunde com elas” (HALBWACHS, 2006, p. 72). As memórias individuais, ainda que não se confundam entre si, são influenciadas pela memória coletiva, já que essa memória “representaria para nós um passado sob uma forma resumida e esquemática” (HALBWACHS, 2006, p. 73).

Assim, o conceito de arquivo pessoal pode ser entendido como

conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, arte e sociedade (BELLOTTO, 2006, p. 266).

Esse já clássico conceito de arquivo pessoal proposto por Bellotto pode balizar os trabalhos com arquivos pessoais do ponto de vista dos materiais documentais, que não são apenas os documentos em si, mas os citados materiais audiovisuais ou iconográficos e papéis, que abarcam uma infinidade de objetos. A relevância desses documentos está no fato dos mesmos comportarem informações de interesse para a pesquisa em diversas áreas do conhecimento, muitas vezes inéditas.

Apesar da abrangência desse conceito e, por isso, de sua utilização como ponto de partida em diversas pesquisas acerca dos arquivos pessoais, vale ressaltar que eles podem permitir visões ainda mais abrangentes do ponto de vista dos interesses que, por exemplo, não se restringem ao campo onde se desenvolveram, conforme sugeriu Bellotto (2006).

A passagem de documentos do âmbito privado para o público é hoje uma realidade e deve muito à valorização das narrativas pessoais, às biografias, bem como ao alargamento dos estudos sobre a memória, em que se discute a escolha entre o que se quer lembrar e o que se quer esquecer. As sociedades contemporâneas, com suas características globalizantes, se tornam espaços de disputas entre as memórias locais e sua possível

incorporação pelo modo uniformizante das memórias *fast food*. O que se tem percebido é que o interesse por documentos pessoais tem crescido também em virtude da “crise das grandes narrativas homogeneizantes e à valorização das experiências de grupo sociais até então silenciados, cujas memórias não encontram meios de expressão na cena pública” (HEYMANN, 2011, p. 78).

Não se pode deixar de perceber, no entanto, que a valorização destes documentos ainda não é tão plural como se pode pensar a primeira vista. O fato é que a passagem dos documentos do âmbito privado ao público depende do que a pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Luciana Heymann (2011) chamou de capital político dos sujeitos envolvidos, o que de certa feita privilegia uma elite nesses projetos memoriais<sup>9</sup>. Esse capital político ao qual ela se refere pode ser traduzido como o poder de barganha que tais sujeitos detêm no sentido de que eles são homens notórios (ou a elite social, como diz Heymann), uma espécie de “cânone social”, o que lhes garante de certa forma uma facilidade em criar redes de relações para mobilizar seu projeto memorial.

Do ponto de vista das pesquisas os arquivos pessoais padecem, como afirmou Heymann (2012), de um lugar nos estudos sobre arquivos, estudos esses que estão quase sempre voltados para o arquivo público de natureza estatal. Além disso, os arquivos pessoais são quase sempre associados à memória individual e não a um projeto relativo à memória nacional. A autora, em seu trabalho *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*, de 2012, propõe uma visão mais “alongada” do entendimento sobre os projetos institucionais dos documentos pessoais e sua relevância para a memória nacional, o que ela chama de *legado*<sup>10</sup>. Já no início do texto, a pesquisadora deixa claro que seu objetivo de trabalho é

analisar as condições de produção de legados históricos por meio da criação de instituições de memória, atentando para diferentes estratégias, interpretações e recursos mobilizados nesses empreendimentos, entre os quais se destaca o investimento nos acervos e em seu valor de “testemunho”. Estou interessada nos lugares relativos que os arquivos ocupam em projetos institucionais voltados para a memória de seus titulares, projetos que valorizam o legado documental do qual são

<sup>9</sup> O que se esta chamando aqui de projetos memoriais ou projetos institucionais é a passagem dos documentos pessoais para a esfera pública em alguma instituição de guarda ou recolha desses documentos, ou ainda a criação de espaços específicos destinados a esse fim.

<sup>10</sup> Segundo Luciana Heymann a noção de *legado* foi usada “para interpretar o sentido conferido à trajetória de determinado personagem, para iluminar um determinado investimento social por meio do qual a memória individual é tornada exemplar ou fundadora de um projeto (político, pedagógico, ideológico etc), podendo, a partir daí, ser abstraída de sua conjuntura e assimilada a uma ‘história nacional’” (HEYMANN, 2012, p. 87).

depositários, ao mesmo tempo que os instituem (HEYMANN, 2012, p. 15, grifo da autora).

Os projetos institucionais relativos aos documentos pessoais podem então ser vistos como projeto de memória nacional se se pensar que

as iniciativas institucionais voltadas para a preservação dos arquivos pessoais de homens públicos chamarão sempre a atenção para a necessidade de recuperar esse acervo, o risco da “perda” e do esquecimento, e a importância dessa recuperação para a “memória nacional”, categoria na qual cumpre incluir a memória do titular e os objetos que a simbolizam (HEYMANN, 2012, p. 78, grifo da autora).

Ou seja, a criação desses “espaços” de preservação da memória ou mesmo a recolha dos documentos pessoais por instituições já existentes podem consagrar os documentos até bem pouco tempo relegados aos porões da memória a um *status* de patrimônio de interesse nacional.

Outro ponto relevante a ser observado é a importância desses projetos institucionais na valoração dos arquivados e também do inverso, a importância dos arquivados para valoração dos lugares. Wander Mello Miranda, falando da valoração da memória, mas que pode ser lido também como valoração dos arquivos pessoais e dos lugares a eles atribuídos, afirma que “a lembrança torna valioso o objeto lembrado; mais do que isso, o objeto torna valiosa a lembrança, ou seja, redesenha as fronteiras de uma tradição esquecida, que se mostra então em plena atividade” (MIRANDA, 2003, p. 38). Isso está em conformidade ao jogo de legitimação engendrado por essa relação entre arquivo e arquivado, e também arquivo e pesquisa – texto acadêmico –, e porque não arquivo e memória. Todas essas relações funcionam como uma via de mão dupla em que “o arquivo confere autoridade ao texto acadêmico [ao arquivado, à memória]. Esse, por sua vez, ‘autoriza’ o arquivo, uma vez que legitima a fonte referenciada” (HEYMANN, 2012, p. 29, grifo da autora).

No entanto, a passagem dos documentos pessoais do âmbito privado para o público não se dá de maneira natural, assim como acontece com os documentos governamentais, onde os mesmos estão associados, como já foi citado, ao funcionamento da máquina estatal e da sua gestão, recolha e conservação. A preservação ou mesmo a institucionalização – criação dos espaços institucionais – dos arquivos pessoais se dá a partir de várias formas e em vários locais, mas estes são depositados preferencialmente em instituições arquivísticas, em bibliotecas ou mesmo em instituições criadas especialmente para esse fim. Essas instituições podem, inclusive, pertencer ao próprio Estado, a universidades (como no caso do AEM), e ao setor privado.

A noção de poder presente na leitura dos dois filósofos franceses, Foucault e Derrida, mencionada no fim do primeiro capítulo, reforça, a partir de seus escritos, a ideia de que a construção dos espaços institucionalizados dos arquivos – sobretudo na perspectiva dos arquivos pessoais, caso dessa pesquisa – são frutos de lutas travadas por parte dos *arcontes* dessa memória, a saber, os titulares, os herdeiros ou mesmo os espaços institucionais já existentes entre o que se lembrar e o que se esquecer. A institucionalização dos documentos pessoais pode ser vista, então, como a materialização dessa disputa.

Essa noção de poder de que tratam Derrida e Foucault, desenvolvida recentemente pela pesquisadora Luciana Heymann, se aproxima também da constituição desses espaços de guarda institucionais dos documentos pessoais. Isso porque apesar desses lugares poderem funcionar como a materialização de um discurso da minoria, eles também são construções, o que pressupõe, de certa maneira, negociações por parte dos atores envolvidos em tal empreendimento. Isso pode deixar patente o poder de convencimento desses atores diante da não efetivação das políticas públicas de institucionalização dos arquivos pessoais, ou seja, a escolha recai sobre as relações de poder envolvidas nessa transação.

O deslocamento da discussão tradicional sobre arquivos, proposto pelas ideias desenvolvidas nas diversas áreas do conhecimento que passam a se debruçar sobre eles, faz com que a arquivística procure novas maneiras de tratar o arquivo pessoal, o que tem sido um grande desafio, pois a mesma tem sua teoria fundamentada, quase sempre, em arquivos do tipo tradicional, ou seja, em arquivos orgânicos de órgãos privados ou públicos (TOGNOLI; BARROS, 2011). Esse desafio, no entanto, não é exclusividade dos arquivos pessoais, e afeta a nova forma de se pensar o arquivo, em que “os documentos de arquivo são produzidos em contextos semioticamente construídos, (...) dependentes das instituições e/ou dos indivíduos; portanto, não há documentos neutros, objetivos, desinteressados, ‘inocentes’” (COOK *apud* BELLOTTO, 1998, p. 204, grifo da autora).

Os arquivos pessoais, então, podem ser vistos como *lugar de memória*, assim como proposto por Pierre Nora (1993), pois podem ser considerados lugares nos três sentidos, material, simbólico e funcional:

é material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou (NORA, 1993, p. 22).

Isso porque, para Nora, “o que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar” (NORA, 1993, p. 15). Segundo o autor, essa discussão respeita à dualidade memória e história, na qual os *lugares de memória* são necessários para preservar o que está ameaçado. O francês diz, ainda, que “memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento [...]. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (NORA, 1993, p. 9).

Isso pode responder a algumas dessas questões discutidas até aqui. Se se pensar nos arquivos pessoais sob esse ponto de vista, eles podem

ser vistos como usinas de produção de representações do escritor, uma visada histórica há de nos mostrar, entretanto, que as imagens do escritor, ao se deslocarem para a cena pública, atuam como uma das forças motivadoras da formação dos arquivos literários (MARQUES, 2012, p. 63).

Ou seja, a criação desses lugares, os arquivos pessoais, ou mesmo a passagem da documentação pessoal para o âmbito público cria possibilidades de leituras sobre a memória e a sociedade.

As facetas mais evidentes quando se estuda esses lugares são a produção artística, política e cultural do titular, além da possível intenção autobiográfica contida na documentação pessoal. Isso fica ainda mais evidente no caso de escritores, em conformidade com o que aponta Rodrigo Oliveira:

o estudo de fontes primárias, oriundas de Acervos Literários, articulado à produção literária dos escritores, possibilita ao pesquisador a construção de múltiplos discursos tramados entre vida e obra, além de proporcionar a conservação memorialística da imagem autoral (OLIVEIRA, 2010, p. 69).

Ainda que o autor fale especificamente de escritores, e de uma das vertentes dos estudos literários que relaciona a obra com a biografia do autor, pode-se transportar esse entendimento para todos os arquivos pessoais.

Além disso, as fontes primárias de políticos, literatos, diretores de cinema, cientistas e personalidades em geral, além de homens comuns<sup>11</sup>, podem servir como subsídio

---

<sup>11</sup> Não é objeto desse trabalho analisar de maneira mais detalhada todas as formas de narrativa possíveis sobre os modos de guarda da memória, nem tampouco a discussão sobre a guarda de documentos pessoais de sujeitos notórios em detrimento do homem comum, que vai além do conceito proposto por Bellotto (2006), e que consta no início desse capítulo, e da discussão empreendida por Heymann (2011) em seu texto sobre as memórias da elite, que também é citado nesse trabalho. Duas boas opções de leitura sobre as memórias e suas possibilidades podem ser vistas na coletânea de artigos organizada por Stella Bresciani e Márcia Naxara

para uma construção memorialística e de entendimentos dos discursos sobre o tempo de cada uma dessas pessoas. Ou seja, a construção desses espaços institucionalizados evidencia uma via de mão dupla nesse repertório memorialístico, já que a partir de traços das memórias individuais de cada uma dessas personalidades, é possível entrever traços de uma memória coletiva, relativa a determinado contexto espaço-temporal. Cada uma dessas personalidades, enquanto sujeito de seu espaço-tempo, foi influenciada pelo acontecimento e gerou um ponto de vista pelo qual a história pode ser contada.

Essa relevante faceta das pesquisas em arquivos pessoais, isto é, o acesso a fontes primárias<sup>12</sup>, sejam elas os documentos, a biblioteca ou mesmo os objetos tridimensionais desses sujeitos, possibilita observar seus vestígios memorialísticos, uma vez que esses materiais são o caminho mais próximo entre o sujeito/objeto pesquisado e o pesquisador. Assim, os documentos conservados nos arquivos pessoais podem ser considerados como fontes primárias, pois além de os materiais ali depositados estarem, em sua grande maioria, próximos ao contexto da informação que transmitem, essas fontes são material histórico e constroem uma narrativa sobre o processo e sobre o passado desses sujeitos, mais ou menos independente das interferências de outras narrativas já construídas a partir dessas mesmas fontes. Isso se dá, pois as “fontes primárias, no campo literário, são de caráter vestigial, ou seja, sinalizam algo que já não é, cujo advento ocorreu em uma dimensão temporal da vida do escritor [...]” (BORDINI, 2004, p. 201).

Cabe retomar a ideia de que a relevância social, artística, financeira, etc. do titular do arquivo pode ser um importante fator na criação dos lugares de guarda. Sobre essa relevância, Reinaldo Marques diz:

a injunção social do arquivo, o reconhecimento social e cultural do escritor, a valorização dos manuscritos do autor, o interesse pela guarda e conservação dos documentos do escritor pelas bibliotecas nacionais, aliados à universalização do letramento, à constituição do mercado editorial, entre outros aspectos constituem narrativas possíveis de uma história da formação dos arquivos literários ainda por fazer (MARQUES, 2012, p.71-72).

---

intitulada *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível* (2004) e a obra *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (1979), de Ecléa Bosi.

<sup>12</sup> Se se pensar que alguns objetos – ainda que a primeira vista eles possam não se enquadrar no conceito de fontes primárias – são únicos dentro do espaço institucional de um arquivo pessoal, então um livro dentro de uma biblioteca em que constem anotações, marginálias, inferências feitas pelo sujeito produtor daquele arquivo não é mais um livro qualquer da mesma tiragem de outros exemplares: nele constam informações relativas à leitura desse livro feita pelo sujeito. Essas informações, enquanto originais e contemporâneas ao acontecimento, levam essa pesquisa a considerar o livro como fonte primária, considerando a definição contida na introdução desse texto. O mesmo acontece com a biblioteca, com os objetos tridimensionais, etc.

A falta de uma política pública específica que dê base à institucionalização dos arquivos pessoais bem como o fato de o seu sucesso depender, em grande medida, do capital político dos envolvidos nesse projeto de institucionalização podem, no mínimo, supor que exista uma intencionalidade na criação de tais espaços. Pois se o arquivo pessoal pode ser, nesse caso,

a materialidade mais contundente na relação que se estabelece entre a memória individual e a coletiva, à medida que os documentos ali encontrados fazem parte do ideário individual de uma pessoa, que fez parte de um grupo político e/ou artístico e produziu documentos, ou seja, ele foi influenciado e influenciou os saberes e discursos produzidos em uma determinada época (TOGNOLI; BARROS, 2011, p. 77).

Assim, os arquivos pessoais institucionalizados ou a sua materialidade servem de ponte de um entendimento individual do acervo por parte do produtor para a leitura da coletividade representada por ele por parte do pesquisador.

### **3.3 Os arquivos pessoais nos lugares e os lugares dos arquivos pessoais<sup>13</sup>**

A afirmação da pesquisadora Luciana Heymann (2011) de que a passagem dos arquivos privados, em especial os arquivos pessoais, para o âmbito público não se dá de maneira natural baseia-se no fato de que tal passagem não está regulamentada por nenhum dispositivo legal, diferentemente do que acontece com os arquivos públicos e os documentos referentes à administração estatal, cuja tutela está naturalmente ligada ao Estado. A lei 8.159, como já foi dito nas seções anteriores, versa em sua parte dedicada aos arquivos privados – capítulo III – que os mesmos podem ser considerados de interesse público. No entanto, a referida lei não garante que a conservação dos arquivos privados/pessoais nem tampouco o acesso a tais bens sejam obrigatoriamente realizados pelo Estado, o que pode ter influenciado a posição da pesquisadora do CPDOC.

Essa indefinição por parte da legislação pode ser um dos fatores para que a passagem dos documentos do âmbito privado para o público fique a cargo de atores (universidades, institutos, fundações, empresas) que podem estar fora do contexto estatal, e

<sup>13</sup> Esse subtítulo é uma “corruptela” de outro subtítulo contido no livro *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro* (2012) da socióloga e pesquisadora Luciana Heymann. No original se lê: *os lugares dos arquivos e os arquivos nos lugares*, p. 78 - 85.

vão depender das articulações feitas por esses mesmos atores, além daquelas que cabem aos detentores dos arquivos pessoais, para que o projeto institucional de criação de espaços que possam abrigar e preservar esses arquivos seja “levado a cabo”.

Quando se fala que o Estado não participa dessa guarda dos arquivos pessoais está se considerando uma política de governo específica em relação a esses arquivos que forneça uma indicação, isto é, que estimule a criação de espaços de guarda e incentive os proprietários a disponibilizar seus documentos. Não se ignora, por exemplo, que dentre os atores envolvidos na criação desses espaços institucionais, as universidades são grandes fomentadoras, principalmente as públicas, mas isso não significa que o Estado contorne a situação de forma definitiva. Mesmo as articulações de atores como as universidades são diversas, uma vez que não funcionam necessariamente como parte das diretrizes das políticas governamentais.

No caso da posição dos detentores dos arquivos, vale lembrar que o binômio público/privado “se expressa não só através do conflito entre a intimidade e o interesse público, mas, mais ainda entre esse último e a propriedade privada, assegurada na Constituição em vigor” (COSTA, 1998, p. 196). Ou seja, ainda que o Estado declare que o arquivo seja de interesse público, ele não tem o poder de torná-lo de acesso público. Esse direito cabe ao detentor legal dos direitos constitucionais do arquivo. Isso, uma vez que,

por se tratar de um bem privado, a liberação à consulta pública desses documentos é da competência exclusiva de seus proprietários. Cabe ao Estado, entretanto, definir políticas de incentivo à pesquisa por meio de dispositivos legais que estimulem os proprietários de arquivos a facultar o acesso aos seus documentos (COSTA, 1998, 197).

Também por isso, Heymann considera que a destinação da documentação pessoal

a

uma instituição de guarda dependerá [...] em primeiro lugar, do desejo do proprietário – no caso de um arquivo pessoal, o próprio titular ou herdeiro; no caso de um arquivo institucional, o(s) proprietário(s) – de fazer uma doação ou de vender o acervo a uma instituição arquivística ou, nos casos em que isso se mostra factível, criar uma instituição para abrigá-lo (HEYMANN, 2011, p. 80).

Nesse ponto é que se vislumbra a seguinte questão: onde, ou mesmo quem serão os responsáveis pela preservação dos documentos pessoais de interesse público/social? Esse dilema já foi discutido até mesmo em um conto do escritor Paulo Henriques Britto (2004). No conto *Os sonetos negros*, a pesquisadora Tânia sai da capital carioca e vai até a pequena cidade de São Dimas, interior de Minas Gerais, para pesquisar os documentos pessoais da



poetisa Matilde Fortes, personagem fictícia e autora dos *sonetos negros*, obra também fictícia, objeto principal de pesquisa da jovem personagem. A estudiosa vai a Minas Gerais a fim de investigar os originais desse texto e outros documentos pessoais relativos à obra da poetisa são-dimense. Inicialmente os originais datiloscritos dos *sonetos negros* são considerados inexistentes, mas em determinado ponto da história eles aparecem<sup>14</sup>. O marido de Matilde Fortes, o senhor Gastão Fortes, detentor dos documentos da poetisa, é um homem já bastante idoso e doente, e, também por isso, a certa altura do conto, a jovem Tânia se indaga sobre o destino dos documentos da escritora depois da morte de seu marido. A preocupação da estudiosa é descrita assim:

ocorreu-me que seu Gastão pode morrer de uma hora para outra; afinal, ele tem mais de noventa anos. Para onde irá o acervo de Matilde? Sei que o Nuelf é um forte candidato, mas dizem que a secretaria de Cultura de Minas não quer que o material vá para Rio e nem para São Paulo (parece que a Unicamp também está interessada). Seja como for, aqui é que não vai ficar. E assim São Dimas perderá seu único atrativo turístico; quer dizer, além da igreja (BRITTO, 2004, p.102).

Nesse pequeno trecho infere-se, ainda que se trate de uma obra fictícia, a importância do acervo de um escritor de renome. Percebe-se o interesse manifestado pelas instituições de diferentes cidades, que gostariam de abrigar os documentos de Matilde Fortes, bem como a constatação da pesquisadora, de certa forma irônica, de que a cidade de São Dimas irá perder o seu único atrativo turístico.

O autor, nesse conto, coloca em voga no mínimo dois pontos importantes para a discussão dos arquivos pessoais, que de certa forma já foram ou serão aqui abordados. São eles: a importância do arquivado (Matilde Fortes) e a sua construção (imagem) a partir do arquivo, o “arquivamento do eu”; e a institucionalização do arquivo, sua passagem do privado ao público que será mais bem discutida nessa seção.

A documentação pessoal não é tão contemplada nos estudos sobre arquivos, assim como o são os arquivos e documentos públicos ligados ao Estado. Da mesma forma, não há, para eles, um espaço garantido dentro dos lugares dedicados à memória como há para os

---

<sup>14</sup> O conto narra a trajetória da pesquisadora carioca Tânia em sua viagem a cidade de São Dimas para pesquisar os documentos pessoais da poetisa Matilde Fortes. O *arconte* dessa documentação é o marido da escritora, o senhor Gastão Fortes. Este senhor é um homem idoso e é bastante generoso quanto à consulta dos documentos de sua esposa. Ao cabo de alguns dias da permanência da jovem pesquisadora na cidade de São Dimas e, portanto, de sua consulta ao acervo de Matilde, o senhor Gastão é internado no hospital da cidade. Quando Tânia recebe a notícia do estado de saúde de Gastão corre até sua residência, onde recebe um envelope com os originais dos *Sonetos negros*, obra maior da poetisa, e que todos pensavam já não mais existir. É então que ocorre a grande reviravolta do conto, em que segredos são revelados. Dessa forma, o interesse e o foco da pesquisa de Tânia são ampliados, uma vez que o seu trabalho não contempla mais apenas a obra literária da escritora, mas também a sua vida pessoal. O senhor Gastão pede a Tânia, no entanto, que só revele seu segredo depois de sua morte.

arquivos públicos. Essa constatação foi feita por Reinaldo Marques (2008) e Luciana Heymann (2011, 2012).

Pensar a guarda por parte do Estado dos documentos que ele produz significando a preservação de uma memória nacional pode ser entendido como natural, já que as decisões são tomadas a partir de um *corpus* já existente, formado pelo próprio Estado e arquivo público, e também por aqueles que o gerenciam. Para Medeiros, no âmbito estatal existe uma

organização de comissões de avaliação de documentos, que é a instância máxima dentro das organizações governamentais que dirige a avaliação de quais documentos são permanentes, ou seja, quais documentos são patrimônio histórico (MEDEIROS, 2011, p.41).

Além disso, no âmbito estatal a máquina administrativa é baseada em critérios objetivos e positivos, pelos quais essas comissões buscam alcançar a relevância dos conjuntos documentais nos seus valores administrativos no período corrente até seu período de valor histórico, isto é, o permanente (MEDEIROS, 2011).

A pequena quantidade de pesquisas sobre os arquivos pessoais e a falta de incentivo do Estado para a guarda desses documentos podem também ser entendidas pelo “lugar comum” que relaciona os documentos pessoais à memória individual e não os vê pela perspectiva da memória nacional. Reinaldo Marques (2008) considera que o projeto institucional dos arquivos pessoais não pode ser afastado do contexto de criação dos arquivos nacionais nem tampouco do projeto do Estado Nação do século XVIII. Para o pesquisador, “não se pode deixar de situá-los no contexto de uma história mais geral dos arquivos, especialmente no que concerne às relações do arquivo com a figura do Estado moderno, da administração pública” (MARQUES, 2008, p. 106). Isso não quer dizer que os arquivos pessoais institucionalizados, principalmente como são conhecidos hoje, existam desde o período histórico da construção do Estado moderno. No Brasil, inclusive, eles são bastante recentes.

A preocupação com os arquivos pessoais deve seguir de certa forma os moldes da racionalidade estatal de uma construção de nacionalidade a partir dessas memórias, a fim de impulsionar a legitimação desses arquivos como fonte de pesquisa e como parte da memória nacional. Nas palavras de Marques,

a desvinculação dos *arquivos literários* desse contexto, privilegiando-se apenas o paradigma estético, haverá de dificultar uma adequada compreensão dos mesmos enquanto instâncias de legitimação do Estado-nação e agência do poder simbólico” (MARQUES, 2008, p. 106, grifo nosso).

O pesquisador constrói essa argumentação a partir do pensamento de que o arquivo literário (pessoal) pode se aproximar desse ideal institucional de construção da nação a partir da cultura letrada, sobre a qual se fundam também outros aparelhos ideológicos como, por exemplo, a universidade. Ele não deixa, no entanto, de fazer as ressalvas necessárias a esse tipo de “representação pedagógica da memória, de caráter paternalista” (MARQUES, 2008), que deixa de fora uma gama de outras memórias. Segundo Marques,

a memória da nação não se restringe à cultura letrada, aos documentos escritos. Há que se levar em conta outras formas de inscrição da memória, próprias das tradições orais, ágrafas, em que o arquivo opera por meio das performances tanto verbais quanto corporais dos sujeitos. Cabe destacar aqui a dança, o canto, as teatralizações, as festas e rituais, presentes especialmente nas manifestações da cultura popular, compondo outras possibilidades de textos, de discursos para o sonho da nação (MARQUES, 2008, p. 107).

Os arquivos pessoais institucionalizados se aproximam desses outros espaços de construções simbólicas, a saber, os museus, as bibliotecas, os arquivos nacionais e outras instâncias de cultura letrada, os quais viabilizam uma formação cultural nacional. Essa construção necessariamente excluirá outras memórias. No caso do arquivo pessoal de escritores, ela poderá favorecer o cânone literário. Essa noção de favorecimento está presente nas três representações mais visíveis de arquivos pessoais que, segundo Heymann, se concentram na política, ciência e literatura e privilegiam, para ela, uma memória da elite<sup>15</sup> (HEYMANN, 2011).

É a partir dessas contradições que são criados os arquivos pessoais institucionalizados no Brasil. Tais contradições estão, por exemplo, no fato do Estado não ser obrigado a manter os arquivos privados de interesse público nem tampouco ter claras as políticas sobre os mesmos. Contudo, o Estado cria, ainda que não diretamente, esses espaços por meio, por exemplo, de universidades públicas, que são hoje um dos principais locais de recolha dos arquivos pessoais. O fato é que “o interesse do Estado pelos fundos de proveniência privada é, em grande medida, uma novidade dos tempos recentes” (GARCIA, 1998, p. 176), todavia ele ainda não tomou as rédeas dessa responsabilidade para si, ficando a cargo de outros sujeitos a obra de construção desses projetos institucionais.

<sup>15</sup> Em seu texto *Memórias da elite: arquivos, instituições e projetos memoriais*, de 2011, Luciana Heymann chama a atenção para o fato dos lugares institucionalizados serem criados por uma elite. Essa elite possui os meios (o capital político) para operar as negociações para a sua efetiva institucionalização.

### 3.3.1 Os arquivos nos lugares: a criação dos espaços institucionalizados

A criação dos arquivos pessoais institucionalizados, como já se mencionou, é produto bastante recente no Brasil, e também o são aqueles que lidam com os arquivos pessoais de escritores, como o AEM. O poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade, a certa altura de sua vida, lastimava não existir um museu onde pudesse ser abrigada, de certa forma, a memória literária brasileira (VASCONCELLOS, 2010).

A preservação de arquivos pessoais tem seguido dois tipos de constituição, a saber: um em que os conjuntos documentais são encaminhados a uma instituição já existente; outro em que o lugar institucional é criado especificamente para a guarda de determinado conjunto documental.

No primeiro tipo, há os casos do Arquivo Nacional (AN), da Biblioteca Nacional (BN) e também da Academia Brasileira de Letras (ABL). Essas instituições são responsáveis não apenas pela preservação da memória que cabe a cada uma delas bem como suas atribuições legais<sup>16</sup>, mas também pelo disciplinamento dos saberes estabelecidos (MARQUES, 2008).

Marques chama a atenção para o pioneirismo da Academia Brasileira de Letras no que tange à preservação dos acervos de escritores no Brasil. Criada em 1896<sup>17</sup>, a ABL trouxe essa preocupação com a guarda da memória dos registros de seus acadêmicos, o que se evidencia

<sup>16</sup> O Depósito Legal feito pelas editoras na Fundação Biblioteca Nacional é um exemplo dessas atribuições: “O Depósito Legal é definido como a exigência, por força das Leis N. 10.994, de 14/12/2004 e 12.192, de 14/01/2010, de remessa à Biblioteca Nacional de um exemplar de todas as publicações produzidas em território nacional, por qualquer meio ou processo, objetivando assegurar a coleta, a guarda e a difusão da produção intelectual brasileira, visando à preservação e formação da Coleção Memória Nacional. Estão inclusas obras de natureza bibliográfica e musical”. Fonte: Sítio eletrônico da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <[http://www.bn.br/portal/?nu\\_pagina=22](http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=22)>. Acesso em: 15 set 2013.

<sup>17</sup> “As primeiras notícias relativas à fundação da ABL foram divulgadas a 10 de novembro de 1896, pela Gazeta de Notícias, e, no dia imediato, pelo Jornal do Commercio. Teriam início as sessões preparatórias: na primeira, às três da tarde de 15 de dezembro, na sala de redação da Revista Brasileira, na Travessa do Ouvidor, nº 31, Machado de Assis foi desde logo aclamado presidente. [...] A 20 de julho de 1897, numa sala do museu Pedagogium, à Rua do Passeio, realizou-se a sessão inaugural, com a presença de dezesseis acadêmicos. Fez uma alocação preliminar o presidente Machado de Assis. Rodrigo Otávio, 1º secretário, leu a memória histórica dos atos preparatórios, e o secretário-geral, Joaquim Nabuco, pronunciou o discurso inaugural”. Fonte: Sítio eletrônico da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=2>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

nas seções plenárias iniciais, em 1897, [uma vez que] existem manifestações de acadêmicos, registradas em atas, preocupados com a recolha de documentos. Todavia, é apenas na Ata de 16/12/1943, [...] que se encontra uma referência explícita à estruturação de um arquivo na ABL, relacionada à discussão do Projeto de Reforma do Regimento Interno da Casa (MARQUES, 2008, p. 110).

É a partir dessas discussões dos acadêmicos sobre a criação e recolha do arquivo, tanto da parte burocrática relativa à manutenção da ABL como também a recolha dos documentos dos escritores ali representados, que se nota uma iniciativa efetiva de preservação de uma memória literária por parte de escritores (acadêmicos da ABL). Reinaldo Marques cita e descreve assim a construção do Arquivo da Academia Brasileira de Letras (AABL):

à luz de modernos princípios de arquivística, o AABL distingue duas linhas de acervo arquivístico na sua organização: o Arquivo dos Acadêmicos, contendo documentos privados e pessoais dos escritores, e o Arquivo Institucional, abrigando documentos administrativos e funcionais produzidos, recebidos e acumulados em razão das atividades-meio e atividades-fins da ABL. O Arquivo dos Acadêmicos é composto de documentos textuais, originais manuscritos, datilografados e impressos em suporte papel, recortes de jornais e revistas, películas cinematográficas, registros magnéticos (fitas de áudio e de vídeo, CD-ROMs e disquetes), fotografias, diplomas, cartazes, cartões de visitas. Constituem o conteúdo de tais documentos depoimentos pessoais e profissionais, originais literários, discursos, correspondências, entrevistas, atuações culturais, etc. (Arquivo dos Acadêmicos *apud* MARQUES, 2008, p. 110).

No segundo tipo, é importante observar que a criação dos espaços para esse fim está ligada, muitas vezes, às universidades, como é o caso do objeto desse estudo, o AEM, o que pode se justificar pelo fato de essas instituições funcionarem como um *locus* de discussão permanente da noção da literatura e da cultura letrada como base (e justificativa) da nacionalidade, uma coesão da sociedade a partir da língua e dos “romances fundadores”<sup>18</sup>.

Um dos primeiros lugares criados como um centro de documentação literária no Brasil é o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), instituído na Universidade de São Paulo (USP) em 1962 por iniciativa de Sérgio Buarque de Holanda. O IEB não nasce com o intuito de abrigar acervos pessoais, nasce, sim, como um “organismo multidisciplinar e multitemático especializado nos estudos sobre o Brasil” (CALDEIRA, 2002, p. 21), aos

<sup>18</sup> O assunto do mito fundacional de uma coesão da nação por meio da literatura e dos romances de fundação já foi discutido por alguns autores. No caso do Brasil, pode-se ter como exemplo dessa leitura os romances de José de Alencar, *Iracema* e *O Guarani*, e o seu indianismo como tentativa de criação de uma brasilidade, ainda que de maneira conservadora e baseada nos valores morais europeus. É para isso que chama a atenção Wander Melo Miranda. Para ele, “a preferência do autor [José de Alencar] pelo índio como símbolo de nossa identidade nascente, se indica sua opção política conservadora, por outra parte, fornece-lhe os elementos para contrapor natureza e cultura, no sentido de atender sua necessidade de responder, em termos literários, ao embate com a cultura da Metrópole, num jogo de perdas e ganhos que configura a originalidade de sua produção literária” (MIRANDA, 2010, p. 26/27). Para saber mais sobre o assunto recomenda-se a leitura das obras: *Ficções de fundação: os romances nacionais da América Latina*, Doris Sommer (2004); *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*, Hugo Achugar (2006); *Nações literárias*, Wander Melo Miranda (2010).

moldes dos *area studies center* das universidades estadunidenses, que correspondem a órgãos universitários especializados no estudo de uma determinada região, país ou continente (CALDEIRA, 2002). Nessa perspectiva, contudo, o IEB se tornou

uma instituição aberta ao acolhimento de pessoas de profissões variadas que exerceram atividades importantes nos campos da produção literária, artística e científica, e que também colecionaram obras de arte, livros, documentos manuscritos, fotografias, etc., de interesse para os estudos sobre o Brasil (CALDEIRA, 2002, p. 94).

É a partir daí, então, que o IEB se torna um importante centro de recolha de fundos documentais de personalidades ligadas às várias áreas do conhecimento. Dessa documentação, vale destacar os acervos de Mário de Andrade, Anita Malfatti, João Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, entre outros.

Já nos anos 1970, são implementados mais dois centros de documentação literária: o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB), no Rio de Janeiro, em 28 de dezembro de 1972, pertencente à Fundação Casa de Rui Barbosa; e o Centro de Estudos Murilo Mendes (CEMM), na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em 1978, com a doação da biblioteca do poeta juizforano Murilo Mendes (MIRANDA, 2008).

O Arquivo-Museu de Literatura Brasileira pode ser considerado o sonho realizado do poeta Carlos Drummond de Andrade, e abriga hoje “o maior conjunto de documentos, coleções e acervos literários do país, sofrendo com o problema da falta de espaço para um tratamento mais adequado dos seus materiais” (MIRANDA, 2008, p. 113). O AMLB possui, sob sua tutela, os documentos de importantes escritores brasileiros, dentre eles o próprio Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, Lúcio Cardoso, Vinícius de Moraes, Clarice Lispector, entre outros.

O Centro de Estudos Murilo Mendes recebeu, em 1994, a coleção de artes visuais do referido poeta e de sua esposa Maria da Saudade Cortesão Mendes, com 150 obras de artistas nacionais e estrangeiros. Composto por esses dois acervos (biblioteca e obras de artes visuais), o CEMM originou, em 2005, o Museu de Arte Murilo Mendes (MAMM), que funciona no antigo prédio da Reitoria da UFJF<sup>19</sup>.

Os anos 1980 assistiram a constituição de mais quatro relevantes acervos literários: o Centro de Memória Literária da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), o Acervo de Escritores Sulinos (AES), criado em 1982; no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas

---

<sup>19</sup> Fonte: Sítio eletrônico do Museu de Arte Murilo Mendes. Disponível em: <<http://www.museudeartemurilomendes.com.br/museu.html>>. Acesso em: 15 set. 2013.

(UNICAMP) surge, em 1984, o Centro de Documentação Alexandre Eulálio; em 1986, é instalada a Fundação Casa de Jorge Amado (FCJA), uma fundação privada que abriga três acervos, o Acervo Jorge Amado, o Acervo Zélia Gattai e o acervo sobre a casa de Jorge Amado; e, por fim, em 1989, o Acervo de Escritores Mineiros (AEM), objeto dessa pesquisa e sobre o qual se falará adiante<sup>20</sup>.

Ainda dentre os do segundo tipo, existem também os lugares criados especificamente para preservar determinados arquivos pessoais. Esses lugares podem servir para entender melhor o que Luciana Heymann (2011) fala sobre a negociação (trocas) na qual esses sujeitos estão envolvidos diretamente, sejam eles o próprio arquivado, seus familiares ou outras pessoas ligadas a ele. São exemplos desses espaços institucionais: a Fundação Mário Covas (FMC), inaugurada em abril de 2001; o Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), criado por ele mesmo em maio de 2004; e a Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR), também criada pelo arquivado, oficialmente instituída em janeiro de 1996, um ano antes da morte do sociólogo.

Cada um desses acervos foi criado com sua especificidade e para ser o lugar de preservação da memória de uma figura única. A Fundação Mário Covas (FMC) foi criada após a sua morte por seus correligionários e tem como pretensão uma “dimensão memorial e política, pretendendo atuar como gestora do legado de Covas e como uma escola de governo” (HEYMANN, 2011, p. 84). A FMC tem como especificidade ter sido criada e constituída por meio de doação de documentos por mais de mil pessoas físicas e jurídicas à referida instituição. Dentre os materiais, estão fitas de vídeo, fotos e objetos (HEYMANN, 2011). Talvez o acervo de Mario Covas seja o mais particular, uma vez que foi construído a partir da doação de documentos por terceiros e não somente pelo espólio do próprio arquivado ou doação de seus familiares, como de forma geral são estabelecidos esses espaços.

O Instituto FHC provavelmente é o exemplo mais claro de uma construção do arquivo pessoal a partir de um único sujeito preservado. Isso porque o próprio ex-presidente da República assumiu a empreitada biográfica através da seleção e preservação de seu acervo. Além disso,

---

<sup>20</sup> As informações contidas nessa parte do texto foram colhidas do artigo *Memória literária arquivada*, de Reinaldo Marques, publicado no volume 18 da Revista Aletria, de jul./dez. de 2008 em Belo Horizonte. Para saber informações mais detalhadas sobre os acervos mencionados recomenda-se a leitura do referido texto e a visita em seus respectivos sítios eletrônicos. No caso do Acervo de Escritores Sulinos, recomenda-se ler também o texto de Maria da Glória Bordini, *Acervos Sulinos: a fonte documental e o conhecimento literário*. Sobre a Casa Jorge Amado, *A “Casa Jorge Amado”*, de Eneida Leal Cunha. Ambos os textos são de 2003.

apenas três anos após deixar a Presidência, FHC publicou um livro de mais de seiscentas páginas, *A arte da política: a história que vivi*, além de *The accidental President of Brazil: a memoir*, publicado apenas nos Estados Unidos, com prefácio de Bill Clinton, e *Cartas a um jovem político: para construir um país melhor* (HEYMANN, 2011, p. 85).

Nota-se claramente, por parte de Fernando Henrique Cardoso, sua intenção autobiográfica, desde seu texto publicado até a criação da instituição, da qual o próprio arquivado monitora a administração.

Outro ponto relevante a se observar no iFHC é a atuação do capital político de Fernando Henrique Cardoso na criação desse espaço, já que seu projeto institucional pode ter sido facilitado pelo fato de FHC ser uma figura importante nos meios político e intelectual no Brasil. Sua atuação supõe uma credibilidade diante dos apoiadores do projeto. Verifica-se, numa consulta ao sítio eletrônico do Instituto, que os apoios financeiros são realizados a partir de um fundo e da captação via Lei Rouanet<sup>21</sup>.

Já a FUNDAR nasceu como uma instituição que

deveria se concentrar na execução de projetos que visassem os seguintes objetivos: a solidariedade aos povos indígenas e os caboclos brasileiros; a defesa da Amazônia e do Pantanal; o desenvolvimento artístico do país; o planejamento e implantação de universidades, bem como a reforma das já existentes; a renovação da rede pública de ensino, a elaboração de currículos e a produção de filmes educativos para 1º. e 2º. graus; a promoção de ensino à distância e, finalmente, a reedição das obras de Darcy Ribeiro (HEYMANN, 2011, p. 88).

Nota-se também por parte de Darcy Ribeiro uma ideia de continuação do seu legado político, intelectual e social. A especificidade dessa instituição concentra-se no fato de a mesma ter se constituído a partir do acervo ideológico do arquivado, o seu “projeto de Brasil”, que emergiu também da preservação de sua biblioteca. Sobre a intenção e o papel da biblioteca na constituição desse legado, Heymann diz:

[...] o gesto de Darcy Ribeiro, por buscar completar sua biblioteca de modo a fazê-la um espelho da imagem que procurava refletir, constitui um primeiro elemento de reflexão sobre a dimensão construída dos legados. Se a ideia de uma biblioteca pessoal remete, exatamente, a um acúmulo gradual e paulatino de obras que correspondem a interesses manifestos ao longo da trajetória do indivíduo, deixando entrever, a quem se debruça sobre esse conjunto, o percurso intelectual seguido por seu proprietário, assiste-se aqui a um esforço de representação desse mesmo percurso (HEYMANN, 2012, p. 130).

Darcy Ribeiro acreditava, então, que esse percurso que ele queria legar ao Brasil ou aos estudos sobre o país estava contido na unidade de sua biblioteca, haja vista seu esforço e intenção em manter esse princípio. Ou seja, Darcy Ribeiro pensava que sua biblioteca

<sup>21</sup> Para saber mais acesse <http://www.ifhc.org.br/>.



funcionaria como um grande documento que garantiria essa unidade ao seu pensamento, ao seu projeto ideológico.

Note-se que esses três últimos espaços citados não estão diretamente ligados a uma instituição de ensino superior, mas indiretamente fornecem subsídio para as pesquisas sobre esse tipo de arquivo desenvolvidas por meio das universidades, inclusive pelo capital político das personalidades arquivadas.

No capítulo a seguir, serão melhor desenvolvidas essas questões apresentadas até aqui em relação ao Acervo de Escritores Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais.

## 4. ACERVO DE ESCRITORES MINEIROS: O LUGAR, SUA GÊNESE, CONSTITUIÇÃO E ALGO MAIS

O Acervo de Escritores Mineiros é entendido por pesquisadores a ele vinculados como um arquivo literário. Nesse trabalho, preferiu-se tratá-lo como um arquivo pessoal, por entender que essa denominação se ajustaria melhor ao propósito aqui estabelecido, ou seja, o termo o aproximaria da noção de uma memória nacional, o que Luciana Heymann (2012) chamou de *legado*, e não apenas da produção literária dos escritores ali representados.

Nesse ponto da reflexão, no entanto, é possível que se faça uma aproximação entre os dois termos, entendendo que “arquivo literário”, como utilizado pelos pesquisadores mencionados, carrega uma significação que pode ser tão ampla quanto o conceito de arquivo pessoal. Isto é, o arquivo literário, como pensado aqui, não é somente o lugar que guarda a obra literária dos escritores, mas, como disse o professor Marcus Vinícius de Freitas, ex-diretor do AEM, ao diferenciar os arquivos de escritores dos de políticos e outras personalidades: o arquivo de escritores não é apenas o arquivo de uma profissão ou do profissional, como possivelmente o é o acervo de um político, mas também é um arquivo que conta um “percurso intelectual”. Ainda seguindo seu raciocínio, todos os objetos guardados pelo escritor em seu acervo dizem, de certa forma, mais especificamente, o seu percurso intelectual de artista das Letras<sup>22</sup>.

É a partir desse ponto de vista que o AEM será discutido. Essa seção vai delinear o espaço institucional do mesmo, bem como tentará argumentar que o AEM pode ser visto como um grande arquivo.

### 4.1 O lugar: antecedentes

O fato de grande parte dos espaços institucionais dedicados aos arquivos pessoais estar vinculado a universidades favorece, de certa forma, o desenvolvimento de pesquisas nesses acervos, já que a prática nos processos de investigação nas diversas áreas do conhecimento está bastante consolidada nessas instituições e, também por isso, o acesso à documentação fica facilitado.

---

<sup>22</sup> Entrevista concedida para essa pesquisa pelo professor Marcus Vinícius de Freitas, da Faculdade de Letras da UFMG, diretor do AEM entre 2012 e 2013, em 11 de novembro de 2013.

Essa constatação pode ser reforçada também pelo fato das universidades se constituírem como polo incorporador de projetos institucionais de memória. Ou seja, como a criação dos espaços institucionais, como o Acervo de Escritores Mineiros, depende do capital político, como afirmou Luciana Heymann (2012), envolvendo os arquivados (ou quem doa os documentos – herdeiros e/ou família) e a instituição, as universidades têm, dentre outras vantagens, a de possuir, dentro do seu “quadro de funcionários”, professores e/ou pesquisadores que podem lidar diretamente com as pesquisas em arquivos pessoais. Isso está na base do pensamento da professora Eneida Maria de Souza que, em entrevista<sup>23</sup>, afirmou que os *lugares de memória* (como o AEM) que recebem o selo da universidade merecem mais respeito e são mais bem cuidados.

Além disso, os espaços dedicados aos arquivos pessoais de escritores têm sua criação ligada, de algum modo, a uma mudança de foco nos estudos literários. Do enfoque estruturalista que vigorou nos anos 1960 até 1980 e que valoriza o estudo da obra em si, deslocou-se, nos anos seguintes, para a redescoberta da figura do autor e de seu percurso biográfico e intelectual. Esses elementos são valorizados pela crítica biográfica e pela crítica genética, e cuja ideia já foi mencionada acima na entrevista do professor Marcus Vinícius de Freitas. Por esse ponto de vista, mais abrangente, os manuscritos e outros materiais, como objetos pessoais do escritor, começam a fazer parte do corpo de análise.

Louis Hay, em seu livro *A literatura dos escritores: questões de crítica genética*, publicado em 2007, ao discutir essas mudanças na crítica literária, atenta que “os estudos de gênese se constituíram como campo de pesquisa entre a experiência da criação, tal como é vivida pelo escritor, e os traços dessa atividade, tais como a crítica pode observá-los nos manuscritos” (HAY, 2007, p. 117). Louis Hay observa ainda que

a crítica genética orienta-se o mais das vezes em duas direções: para um *corpus* manuscrito, a fim de compreender no seu devir uma obra singular; para práticas de escritura, a fim de compreender o trabalho dos escritores numa história da criação (HAY, 2007, p. 294).

Nessa mesma direção, Maria Zilda Ferreira Cury afirma que a crítica genética foi a que mais colaborou nos estudos sobre a gênese do texto. Nas palavras da pesquisadora: “de todos os ramos da crítica, talvez seja a voltada para gênese do texto e de seus processos de criação a que mais aponte para o remanejamento contemporâneo da crítica e da história”

---

<sup>23</sup> Entrevista concedida para essa pesquisa via e-mail pela professora emérita da UFMG Eneida Maria de Souza, uma das fundadoras e atual pesquisadora do AEM, em 13 de dezembro de 2013.

(CURY, 1995, p. 54). Cury cita ainda Gustave Rudler para enfatizar a crítica genética como um espaço de diálogo intertextual e de várias abordagens. Na citação lê-se:

como a Crítica Genética caracteriza-se pela multiplicidade de abordagens, o resultado desses estudos surge sob forma plural. Diferentes olhares para o manuscrito de uma maneira geral – e até para o mesmo manuscrito – acarretam resultados individualizados. A legitimidade da Crítica Genética está exatamente no caráter plural de seu resultado (RUDLER *apud* CURY, 1995, p. 54).

Esse caráter plural pode ser entendido também do ponto de vista do trabalho interdisciplinar dos arquivos pessoais de escritores, uma vez que os arquivos pessoais podem servir de subsídio para a pesquisa em vários campos do conhecimento, como a história, sociologia, antropologia, filosofia, biblioteconomia, arquivologia, museologia, entre outros.

Também direcionado a essa questão interdisciplinar e cultural está outro ramo da crítica cuja análise engloba tanto a produção ficcional quanto a documental do autor (SOUZA, 2002): a crítica biográfica. Esta,

por sua natureza compósita, englobando a relação complexa entre obra e autor, possibilita a interpretação da literatura além de seus limites intrínsecos e exclusivos, por meio da construção de pontes metafóricas entre o fato e a ficção [...], desloca o lugar exclusivo da literatura como *corpus* de análise e expande o feixe de relações culturais (SOUZA, 2002, p. 105).

A professora e pesquisadora do AEM, Eneida Maria de Souza, considera que a associação, na análise da crítica, entre a literatura e práticas discursivas consideradas extrínsecas a ela é que a coloca dentro do debate da pós-modernidade. Eneida de Souza apresenta como tendências da crítica biográfica:

a) a construção canônica do escritor, por meio do exame dos rituais de consagração de sua imagem, dos protocolos de inserção cultural na vida literária de sua época e das providências relativas à publicação, divulgação e estudo de sua obra [...]; b) a reconstituição de ambientes literários e da vida intelectual do escritor, sua linhagem e a sua inserção na poética e no pensamento cultural da época; c) o ato da escrita como narração da memória do outro (Ricardo Piglia), na medida em que o ausentar-se atua como presença, e a experiência do escritor conta menos do que aquela vivenciada pelo outro; d) a caracterização da biografia como *biografema* (Roland Barthes), conceito que responde pela construção de uma imagem fragmentária do sujeito, uma vez que não se acredita mais no estereótipo da totalidade e nem no relato de vida como registro de fidelidade e autocontrole; e) a eliminação da distância entre os pólos constituintes do pensamento binário, ou seja, as categorias referentes ao exterior/interior, à causa/efeito, ao anterior/posterior, por meio da utilização da categoria espacial de *superfície*, imune à vericalidade, que pressupõe um olhar analítico em profundidade, e ao sentido de origem (Jacques Derrida, Gilles Deleuze); f) a ampliação das categorias de texto, de narrativa e da própria literatura, considerando-se o alto grau de interligação dos discursos e da contaminação dos mesmos entre si, procedimento comum à linguagem operacional das ciências humanas, incluindo-se aí a teoria da literatura, a história, a semiologia, a antropologia e a psicanálise (SOUZA, 2002, p. 106-107, grifo da autora).

Para Reinaldo Martiniano Marques, em entrevista, esse novo modelo de se pensar a crítica pode ser visto como o retorno do sujeito, o retorno do autor/escritor. O professor faz aqui uma pequena diferenciação entre o autor e o escritor. Segundo seu entendimento, o autor segue uma linha Foucaultiana e pode ser visto como uma instância que opera a linguagem a partir das escolhas que ele faz. O autor seria, então, uma estratégia discursiva. Já o retorno do sujeito que o professor Reinaldo menciona, provavelmente baseado em Roland Barthes, tem a ver com o escritor, que seria a figura do sujeito empírico e histórico, com certidão de nascimento, o qual se encontra nos arquivos pessoais. Esse escritor pode ser visto como uma figura mitologizada, meio fantasmática (o que em certa medida todo sujeito é), na qual a construção do sujeito se dá pelo olhar do outro assim como pelo olhar de si mesmo. Os arquivos pessoais contam a história desses dois sujeitos, o autor e o empírico/biográfico, para cuja construção é preciso procurar os rastros e pistas nas marginais de seu acervo, pistas essas que são postas aos olhos de outrem a partir de sua institucionalização e acesso público. Dessa maneira, os estudos com os arquivos de escritores revitalizam a crítica e a história literárias que foram profundamente criticadas dentro do estruturalismo<sup>24</sup>.

Além da vertente ligada aos estudos literários, a universidade pode ser também considerada como o espaço de construção e irradiação da memória nacional, uma vez que todo conhecimento produzido dentro dela recebe, como acredita a professora Eneida Maria de Souza, um selo de confiabilidade diante da sociedade. Daí a importância da criação e manutenção, pela universidade, de espaços como centros de memória, arquivos, bibliotecas e museus, além de outros meios de difusão e pesquisa pelos quais a comunidade acessa a universidade.

Ainda nesse contexto de preservação da memória, vale lembrar que pouco antes do momento de criação do AEM, outros espaços desse tipo estavam surgindo no país, amparados pelas universidades brasileiras. Isso pode sugerir, mais do que uma tendência, uma modificação no pensamento sobre os arquivos pessoais a partir, sobretudo, das últimas três décadas, e que a UFMG acompanhou.

---

<sup>24</sup> Entrevista concedida para essa pesquisa pelo professor Reinaldo Martiniano Marques, da Faculdade de Letras da UFMG, diretor do AEM entre 1997 e 2001 e entre 2008 e 2012, realizada em dois dias, a saber, 06 de novembro de 2013 e 13 de novembro de 2013.

## 4.2 Origens e Constituição

### 4.2.1 *A Semana Henriqueta Lisboa*

Foi sob essa perspectiva de mudanças epistemológicas na crítica literária e nos estudos de memória e história que foi criado o Acervo de Escritores Mineiros (AEM). Esse espaço foi criado para ser um local de pesquisa interdisciplinar sobre os escritores ali representados.

O AEM nasceu a partir da doação dos documentos do acervo da poetisa mineira Henriqueta Lisboa em 1989 praticada por sua família à Universidade Federal de Minas Gerais, sobretudo por sua sobrinha Abigail de Oliveira Carvalho, ex-professora da UFMG. Nessa ocasião, foi realizado um evento para coroar a referida doação, a *Semana Henriqueta Lisboa*, que aconteceu no Centro Cultural da UFMG entre os dias 07 e 11 de agosto de 1989. Este evento, juntamente com a criação do Centro de Estudos Literários (CEL), criado inicialmente para abrigar o acervo da escritora, foi um dos primeiros passos para a efetiva constituição do AEM e abriu espaço para futuras doações, por seus familiares e por eles mesmos, de outros acervos de escritores.

Maria Zilda Ferreira Cury chama a atenção para a importância da utilização do espólio de escritores para os estudos em geral e sobre literatura, o que evidencia a relevância da vinda do espólio de Henriqueta Lisboa para os estudos literários dentro da UFMG. Para ela:

é de grande importância para o estudo científico da literatura e das ciências humanas em geral a utilização desse material, o uso de jornais e revistas, da marginália, dos manuscritos e rascunhos como fontes primárias, quer para a caracterização de tendências literárias, quer para localização mais precisa e crítica das obras que compõem o acervo literário e artístico de determinada época (CURY, 1992, p. 94).

Maria Zilda Cury atenta, ainda, para a importância do trabalho com fontes primárias de escritores. Para Cury, o estudo “entre várias versões pode-se aclarar o mecanismo da criação, as relações entre texto e contexto, entre a escritura e os gêneros, abrindo-se perspectivas não só para estudos poéticos, mas também para estudos sociológicos, históricos, psicanalíticos” (CURY, 1992, p. 95).

Nessa perspectiva, a criação do CEL e, por conseguinte, do AEM, como percebe-se a partir da fala de Cury, tem, desde sua criação, uma característica interdisciplinar, uma vez

que o espaço dos arquivos pessoais de escritores se abre para pesquisas de outros campos disciplinares como a Antropologia, a Biblioteconomia, a Arquivologia, a Museologia, a Informática, a Conservação e o Restauro, além dos já citados anteriormente. Reinaldo Marques ressalta também, em sua entrevista, que um bom princípio para todas as pesquisas, isto é, nos diversos campos, é recorrer aos arquivos, pois eles carregam infinitas possibilidades de interpretação e avanço no conhecimento, diferentemente do que acontece nas análises exclusivamente bibliográficas, pelas quais corre-se o risco de replicar aquilo que já foi pensado.

Nota-se a heterogeneidade documental constitutiva do AEM, desde a sua concepção, a partir da primeira doação que veio rica em objetos. Quando a família de Henriqueta Lisboa doou à Universidade o conjunto documental formado por seus manuscritos, cartas, primeiras edições, fotografias, mas também suas estantes, sua mesa, a biblioteca, obras de arte, entre outros ela não somente motivou os estudos literários e culturais, sob a abordagem da crítica biográfica e da crítica genética, como talvez já tenha determinado a natureza arquivística do AEM como um todo, considerando a ampliação do conceito de documento também no âmbito da Ciência da Informação.

Sobre a ocasião da doação, o professor Reinaldo Marques, na entrevista concedida para essa pesquisa, disse que em “conversa de corredor” foi confidenciado a ele pelo professor e escritor Silviano Santiago que a então professora da Faculdade de Educação (FAE/UFMG), Abigail de Oliveira Carvalho<sup>25</sup>, sobrinha de Henriqueta, tinha em seu poder os “espólios” da poetisa, e que ela, Abigail, não sabia que destino dar àquela documentação. Foi então que Silviano Santiago teria sugerido que ela doasse esses documentos à Universidade Federal de Minas Gerais.

Sabe-se que a poetisa mineira Henriqueta Lisboa foi professora nessa Universidade, conforme menção que a professora Ângela Vaz Leão faz em seu artigo do livro *Presença de Henriqueta* (1992). Talvez por esse vínculo da poetisa com a instituição e também com outros professores dela, como sua sobrinha, ainda que não se referenciem aqui dados concretos, seja ainda mais compreensível a sugestão do professor Silviano Santiago de que a doação do acervo de Henriqueta Lisboa viesse justamente para a UFMG e não para outra instituição.

---

<sup>25</sup> Sobre a posse da documentação pessoal de Henriqueta pertencer à sua sobrinha Abigail de Oliveira Carvalho, a professora Ângela Vaz Leão faz menção em seu artigo *Henriqueta Lisboa, leitora e tradutora de Dante*, publicado no livro *Presença de Henriqueta*, de 1992.

Essa ideia de que a proximidade entre escritores, pesquisadores e a própria universidade possa ser um dos motivos da doação dos acervos para a instituição foi mencionada também pela professora Eneida Maria de Souza, em entrevista. Segundo ela, a relação profissional entre professores de literatura e a obra dos escritores cria uma aproximação entre esses professores e os próprios escritores, o que possibilita a troca de informações. A professora afirma, ainda, que essa troca favorece a vinda dos espólios desses escritores para a universidade, seja pelo contato direto com eles, como da professora Eneida com vários desses atores, entre os quais está a sobrinha de Henriqueta, Abigail, seja pelo contato deles ou de seus familiares com a instituição, como a própria Abigail, que também foi professora da UFMG. Outro exemplo é o da professora da Faculdade de Letras da UFMG (FALE), Myriam Ávila, que é filha de Laís Correa de Araújo e de Affonso Ávila, cujos acervos foram incorporados recentemente ao AEM<sup>26</sup>.

Essas relações entre os *arcontes* (professores e pesquisadores do AEM) e os arquivados (escritores e/ou seus familiares) evidenciam o que Heymann (2011) afirma sobre o capital político e as teias que envolvem a criação e manutenção desses espaços institucionais. As relações mencionadas e o “poder” que envolve a universidade e os arquivados podem participar, inclusive, da definição de um cânone literário a partir das escolhas efetuadas sobre os escritores que receberão o aval dessa instituição e que serão “merecedores” de ter seu acervo preservado. Assim, um escritor mineiro cujo acervo não esteja no AEM ou em outro espaço institucional desse tipo, pode vir a ser “esquecido” ou não chegar a ser “reconhecido” pelo público leitor/pesquisador.

Nota-se, também, um movimento noutro sentido: um escritor já considerado canônico pode ter seu acervo disputado pelas instituições de guarda e, nesse caso, o “poder” pode ficar concentrado nas mãos do detentor desse acervo, que poderá doá-lo ou vendê-lo, e, principalmente, escolher para qual instituição esse acervo irá, de acordo com o que lhe parecer melhor. Neste caso, o arquivado pode, de certa maneira, “emprestar” seu nome e sua notoriedade ao espaço institucional. Essas relações podem sugerir, ainda, que mesmo a notoriedade dos escritores arquivados pode ser construída por suas ligações consanguíneas, cujos familiares podem ser os próprios *arcontes*. Essas não parecem ser, no entanto, as únicas maneiras de se definir as escolhas dos acervos a serem preservados.

A *Semana Henriqueta Lisboa* foi o evento que deu o “ponta pé inicial” ao AEM. Esse evento contou com a presença de vários professores e pessoas ligadas à poetisa que

---

<sup>26</sup> Essa informação foi dada pela professora Eneida em entrevista. No entanto, até a data de conclusão desse trabalho a doação dos acervos de Laís Correa de Araújo e de Affonso Ávila ainda não havia sido completada.



apresentaram trabalhos sobre ela e sua obra, mas que também discutiram a importância da doação de documentos de cunho pessoal de escritores para os estudos de diversas áreas do conhecimento, como já chamou a atenção o artigo da professora Maria Zilda Cury de 1992. O evento foi uma parceria entre a Faculdade de Letras da UFMG e a Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC). Fizeram parte da comissão organizadora os professores: Melânia Silva de Aguiar (diretora da Faculdade de Letras e Presidente da ABRALIC), Abigail de Oliveira Carvalho (sobrinha de Henriqueta Lisboa e doadora do acervo da poetisa), Eneida Maria de Souza, Nádia Battella Gotlib e Wander Melo Miranda.

Desse evento e das discussões sobre Henriqueta foi publicado em 1992, pela Editora José Olympio, a coletânea de artigos intitulada *Presença de Henriqueta*, com organização dos professores Abigail de Oliveira Carvalho, Eneida Maria de Souza e Wander Melo Miranda. Essa publicação conta com depoimentos e artigos dedicados à escritora e, além de prestar uma homenagem à poetisa, pode ser vista como uma espécie de documento fundador (ao lado das atas, do termo de doação, do regimento do CEL) do Acervo de Escritores Mineiros.

## 4.2.2 O Centro de Estudos Literários

Outro fator de grande relevância para a fundação do AEM foi a criação do Centro de Estudos Literários (CEL), “órgão interdepartamental responsável pela guarda e preservação do acervo recebido, por sua classificação e disponibilização para a pesquisa” (MARQUES, 2008, p. 105). Sua criação se deu por meio da resolução 02/89 da Faculdade de Letras para receber o acervo da escritora mineira Henriqueta Lisboa. Tal resolução, assinada pela professora Melânia Silva de Aguiar, presidente da Congregação da FALE/UFMG, se encontra na ata de 03 de agosto de 1989, na qual se lê:

Resolve:

Artigo 1º - fica aprovada a criação do Centro de Estudos Literários da Faculdade de Letras da UFMG.

### Disposições transitórias

Artigo 2º - O Diretor da Faculdade de letras integrará e indicará a primeira diretoria do Centro de Estudos Literários, em caráter “pro-tempore”, a ela cabendo redigir e discutir no âmbito da unidade o projeto de regimento da entidade, a ser submetido à Congregação, para exame e aprovação.

Parágrafo único – fica estabelecido o prazo máximo de 06 (seis) meses para a eleição de nova diretoria, nos moldes do regimento supra-citado.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor nesta data de sua aprovação.<sup>27</sup>

A primeira diretoria do CEL foi composta pela professora Melânia Silva de Aguiar, diretora da Faculdade de Letras, em caráter *pro tempore* por seis (6) meses, como citado na ata da reunião da Congregação, até que uma nova diretoria fosse eleita. No entanto, foi apenas na reunião realizada em 18 de setembro de 1990 que a professora Melânia Silva de Aguiar encerrou os trabalhos da primeira diretoria. Nessa reunião foi apresentado o regimento interno do CEL já aprovado pela Congregação da Faculdade de Letras, o qual está anexado à Ata da reunião. Conforme o regimento, o CEL seria composto por Conselho Diretor, Diretoria e Secretaria. O Conselho Diretor seria formado por cinco professores, cada um representante de um dos departamentos da FALE/UFMG. A Diretoria seria eleita em votação entre os representantes por eles mesmos. E a Secretaria indicada pelo Conselho<sup>28</sup>.

No dia 4 de outubro de 1990, em reunião presidida pelo professor Wander Melo Miranda, houve a eleição para a nova diretoria do CEL, em que foram eleitos como diretor o professor Wander Melo Miranda e como vice-diretora a professora Maria do Carmo Lanna Figueiredo. Para a secretaria foi indicada a servidora Marieta Cardinali de Assis Ribeiro. Nessa mesma reunião foi aprovada a inclusão da figura do suplente para cada um dos cinco representantes, além de um representante discente e seu suplente<sup>29</sup>, alterando assim o artigo 4º aprovado pela Congregação da FALE/UFMG<sup>30</sup>.

A representação discente no CEL foi se modificando ao longo dos anos, assim como as outras representações que se vincularam, cada vez mais, às linhas de pesquisa da Pós-Graduação da Faculdade de Letras, inclusive no que tange aos diversos Núcleos de Pesquisa de diversos segmentos que se vincularam ao Centro de Estudos Literários.

O CEL tinha como seus objetivos iniciais:

- a) promover pesquisas de Literatura Brasileira e de outras literaturas, segundo perspectivas de ordem cultural e interdisciplinar, tendo em vista a constituição de um pensamento intelectual no Brasil; b) desenvolver e divulgar técnicas de investigação para o aprimoramento de estudos no campo literário, artístico e teórico; c) criar condições para a recepção e a análise de acervos e bibliotecas de

<sup>27</sup> Ata da reunião da Congregação da Faculdade de Letras da UFMG, realizada no dia 3 de agosto de 1989.

<sup>28</sup> Ata da reunião do CEL realizada no dia 18 de setembro de 1990.

<sup>29</sup> O representante discente bem como seu suplente seriam indicados pelo Diretório Acadêmico da Faculdade de Letras como foi sugerido pelo diretor do CEL, Wander Melo Miranda, conforme Ata da reunião do CEL realizada no dia 31 de outubro de 1990.

<sup>30</sup> Ata da reunião do CEL realizada no dia 04 de outubro de 1990.

escritores de reconhecido valor, com vistas a incentivar não só a criação de grupos integrados de pesquisa, mas também a abertura para a consulta da comunidade<sup>31</sup>.

Sua finalidade primordial era a gestão e o subsídio institucional ao Acervo de Escritores Mineiros, tanto em relação à preservação quanto à pesquisa. Assim, o projeto “Acervo de Escritores Mineiros” foi o primeiro do Centro de Estudos Literários, que teve também o projeto “Modernidades Tardias No Brasil” (1996-2000) e o projeto “Margens/Márgenes” (desde 2001). Além dos projetos de pesquisa envolvendo pesquisadores ligados à Faculdade de Letras bem como a outras instituições, o CEL foi responsável por publicações de livros e periódicos, dentre as quais a da *Revista de Estudos de Literatura* que, posteriormente, tornou-se *Aletria – Revista de Estudos de Literatura*, e pela realização de eventos acadêmicos relacionados à literatura e aos estudos culturais. Junto a essas atividades, ao longo de sua história o CEL incorporou diversos grupos de pesquisa de naturezas diversas<sup>32</sup>.

Pelo projeto “Modernidades Tardias no Brasil” e através das publicações e eventos promovidos pelo CEL, foram discutidos e realizados projetos relacionados a cinema, regiões de Belo Horizonte, construção cultural de Minas Gerais e do Brasil, paisagismo, literatura, a literatura nos estudos culturais, mídias e transferências interculturais da cidade e do mundo, artes plásticas, arquitetura, escultura e desenho, sociologia, ciência, mulher, música, dança, filosofia, história, memória, psicolinguística, fonética e fonologia, teatro, além daqueles relacionados aos escritores do AEM e aos acervos, de uma maneira geral.

Na sequência, o projeto Margens/Márgenes relacionou as pesquisas das modernidades tardias às relações culturais entre países, não só da América Latina, e, desde 2004, passou a ter pesquisadores italianos vinculados<sup>33</sup>.

A partir de 1995, o CEL passou a ter, vinculados a si, grupos de estudo sobre vários assuntos. O primeiro foi o GIEAB – Grupo Interdisciplinar de Estudos Afro-Brasileiros. Em 1996: incorporou-se o NELAM – Núcleo de Estudos Latino-Americanos. Em 1999: vinculou-se ao CEL o NES – Núcleo de Estudos Semiológicos –, e o NELAP – Núcleo de Estudos Literários e Artes Performáticas –; extinguiu-se o GIEAB e criou-se o NEIA – Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade – ligado à linha de pesquisa Literatura e Expressão da Alteridade e preocupado com as questões relacionadas ao negro, à mulher, ao índio, considerados minoritários em expressão. Em 2000: vincularam-se o NEAEM – Núcleo

<sup>31</sup> Fonte: <http://www.lettras.ufmg.br/celc/>.

<sup>32</sup> As informações referentes às realizações do CEL foram colhidas em suas Atas de reuniões realizadas entre os anos de 1995 e 2002.

<sup>33</sup> Fonte: <http://plsql1.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=03338029PRXEZE>.

de Estudos dos Acervos de Escritores Mineiros – e o LIPSI – Núcleo de Estudos em Literatura e Psicanálise. Em 2001: vinculou-se o LIBRA – Núcleo de Estudos de Literatura Brasileira, História e Memória Cultural; nesse ano, a esses núcleos sugeriu-se, também, criarem disciplinas para os cursos da Faculdade de Letras.

Em 1999 iniciou-se a discussão sobre a nova configuração da Faculdade de Letras, sobre a qual havia a proposta de extinção dos departamentos. Isso interferiria não só na permanência do Centro de Estudos Literários como também na sua configuração de órgão interdepartamental, cujo Conselho Diretor era composto conforme os departamentos da FALE. Já nesse momento, evocou-se a Resolução nº 11/98, de 03 de dezembro de 1998, que regulamenta a criação de órgãos complementares vinculados às Unidades Acadêmicas da UFMG. Nesse mesmo ano, o Acervo se concentrou no espaço físico do 4º andar do Edifício da Biblioteca Central, na sala 417, mas já apresentou projeto para a construção do espaço no 3º andar do mesmo prédio, que até então estava desocupado.

Em 2000, propôs-se que o CEL se tornasse um órgão complementar subordinado ao Núcleo de Assessoramento à Pesquisa (NAPq) da FALE, tal qual o CESP – Centro de Estudos Portugueses. Nesse momento, o Conselho Diretor já dispunha de representação dos Departamentos, dos Núcleos de pesquisa e da Pós-Graduação. Conforme a citada Resolução nº 11/98 sobre os órgãos complementares no âmbito da UFMG, esse órgão estaria vinculado administrativamente à Congregação da Faculdade de Letras, teria caráter interdepartamental e promoveria atividades de ensino, pesquisa e extensão simultaneamente. Além disso, ele deveria gerar recursos (que pertencem à Unidade Acadêmica) para suas atividades, e disporia de pessoal da Unidade, não podendo requerer novos integrantes senão esses<sup>34</sup>.

Em 2002, quando os departamentos foram efetivamente abolidos da FALE, o professor Jacyntho José Lins Brandão, representante da Comissão designada pela Diretoria da Faculdade, esteve presente em reunião do CEL para elaboração do novo regimento. Evocou-se novamente a questão da permanência ou extinção do CEL diante das mudanças, a que o professor Jacyntho Lins Brandão explicou que sua permanência como órgão complementar significaria uma perda de autonomia, inclusive quanto a repasse de recursos e nomeação de direção. Em votação, decidiu-se, então, que o CEL se tornaria um Núcleo de Estudos, que manteria os projetos AEM e Margens/Márgenes, o espaço na Biblioteca Central<sup>35</sup>, a publicação da *Aletria* e das Coleções *Encontro com Escritores Mineiros e Inéditos e*

<sup>34</sup> Resolução 11/98, de 03 de dezembro de 1998, anexada às Atas de reunião dos anos de 2001 e 2002.

<sup>35</sup> Em 2003, foi inaugurado o espaço do Acervo de Escritores Mineiros no 3º andar da Biblioteca Central, no Campus Pampulha da UFMG. Esse espaço se mantém até hoje.

*Esparsos*, mas perderia o vínculo com os outros Núcleos de Pesquisa. No entanto, o nome do CEL se manteve<sup>36</sup>.

É somente no ano de 2007, por meio de um ato normativo, que o CEL é reabilitado como órgão complementar vinculado à Faculdade de Letras, embora sua configuração anterior e vinculação a diversos Núcleos de Estudos não sejam retomadas:

RESOLUÇÃO N<sup>o</sup> 19/2007, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2007

*Cria o Centro de Estudos Literários-CEL como Órgão Complementar vinculado à Faculdade de Letras da UFMG.*

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições estatutárias, considerando a proposta da Congregação da Faculdade de Letras e o Parecer n<sup>o</sup> 17/2007 da Comissão de Legislação,

resolve:

Art. 1<sup>o</sup> Criar o Centro de Estudos Literários-CEL como Órgão Complementar vinculado à Faculdade de Letras da UFMG.

Art. 2<sup>o</sup> Revogar as disposições em contrário.

Art. 3<sup>o</sup> A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Com a criação, em 1989, e a normatização do CEL, em 2007, a Universidade Federal de Minas Gerais faz parte de um grupo de universidades que se preocupam com a guarda de acervos pessoais.

A criação desses lugares se dá em consonância com o pensamento do pesquisador francês Pierre Nora (1993) sobre os *lugares de memória*, como já explicitado aqui. Conforme as entrevistas concedidas para essa pesquisa, os professores Reinaldo Martiniano Marques, Eneida Maria de Souza e Marcus Vinícius de Freitas concordam em pensar o Acervo de Escritores Mineiros como um *lugar de memória*. No entanto, Freitas faz uma ressalva: o professor não o considera da mesma maneira como o pesquisador francês coloca a questão, quando diz que a memória não existe. Para Freitas, existem modos diferentes de abordar o objeto. É possível abordar o documento, como alguns historiadores, na perspectiva da sua positividade, mas também pode-se abordá-lo pela ideia compartilhada por essa pesquisa, isto é, sob a perspectiva apresentada por Pierre Nora e por outros estudiosos do assunto, em que a memória é uma construção social. No caso do AEM, o professor Marcus Vinícius de Freitas o

---

<sup>36</sup> Ata da reunião do CEL realizada em 18 de fevereiro de 2002 e Proposta para transformação do CEL em núcleo, anexada à mesma Ata.

considera um *lugar de memória*, mas não de uma memória unicamente factual, embora essa nuance também possa estar contemplada.

A partir da criação do CEL e da doação do acervo de Henriqueta Lisboa, outros acervos ou coleções começaram a ser doados ao AEM. Segundo o professor Marcus Vinícius de Freitas na referida entrevista, depois da primeira doação as outras vão se tornando mais fáceis, além de a criação do espaço físico dentro da Biblioteca Central da UFMG funcionar também como um atrativo. Sobre a doação do segundo acervo, esta foi articulada em vida pelo escritor Murilo Rubião<sup>37</sup> e, ainda conforme o professor, pela professora Vera Lúcia Andrade, mas só veio efetivamente para o espaço do AEM depois da morte do escritor. O então diretor do AEM, o professor Marcus Vinícius de Freitas, em entrevista ao jornal *O Tempo* do dia 13 de julho de 2013 relata:

logo após recebermos o acervo de Henriqueta Lisboa, que figura como o maior em termos de números – hoje são 9.000 documentos dela –, veio o legado de Murilo Rubião e Oswaldo França Junior. Esse processo foi se encaminhando continuamente até chegar ao ponto em que agora são alguns escritores que nos procuram (SIQUARA, 2013, p. 1).

A credibilidade que o AEM adquiriu ao longo dos anos pode ser considerada uma vitória para a instituição, pois o Acervo, com isso, vai se consolidando ainda mais como um lugar para o qual os próprios escritores querem legar o seu acervo. Como é o caso dos escritores Carlos Herculano Lopes e Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto como é mais conhecido, que vêm doando, em vida, parte de seu acervo pessoal ao AEM.

Atualmente, o Acervo de Escritores Mineiros abriga os acervos de 11<sup>38</sup> escritores e 12 coleções especiais, apresentados no **QUADRO 1** e no **QUADRO 2** que se seguem.

<sup>37</sup> Sobre os arquivados ver os Quadros 1 e 2, e o anexo *Pequenas Biografias*.

<sup>38</sup> Até a realização dessa pesquisa, o site do AEM ainda não tinha sido atualizado a fim de incluir a posse do acervo de Frei Betto, que totaliza 11 acervos, e não 10, como está escrito nas fontes utilizadas aqui.

## QUADRO 1

### Acervos que compõem o Acervo de Escritores Mineiros em ordem alfabética

Arquivados	Incorporação do acervo	Abertura à visitação	Composição do acervo	Organização em séries	OBS
<b>Abgar Renault</b>	1997 Doação da família	2000	5976 livros 1800 periódicos 3010 documentos (cartas, fotografias, móveis, quadros).	Coleção bibliográfica; Correspondência; Iconografia; Mobiliário; Numismática; Objetos; Produção intelectual do titular e recortes de jornais.	Parte da série Correspondência foi doada ao AEM pelo escritor Mario Garcia de Paiva.
<b>Carlos Herculano Lopes</b>	2008 Doação do próprio titular.	2011	1326 livros 20 periódicos 1177 documentos (cartas, imagens, vídeos, recortes).	...	Este escritor vem doando seu acervo à UFMG há alguns anos. O titular foi solicitado a guardar para futura doação seus <i>pen drives</i> , discos rígidos, que apresentem vestígios de sua produção intelectual.
<b>Cyro dos Anjos</b>	2000 Doação da família.	2001	2117 livros 214 documentos (cartas, móveis, objetos pessoais, fotos).	Coleção bibliográfica; Catálogos; Correspondência; Diversos; Iconografia; Mobiliário; Objetos; Produção intelectual do titular e recortes de jornais.	A coleção bibliográfica apresenta um arranjo do próprio titular que foi mantido pelo AEM.
<b>Fernando Sabino</b>	2008 Doação da família.	2011	4000 livros 274 documentos (cadernetas, agendas, fotografias, móveis, instrumento musical – bateria, objetos pessoais, cópias de datiloscritos de Hélio Pellegrino e cópias de filmes).	...	..

<b>Arquivados</b>	<b>Incorporação do acervo</b>	<b>Abertura à visitação</b>	<b>Composição do acervo</b>	<b>Organização em séries</b>	<b>OBS</b>
<b>Frei Betto</b>	Doação do próprio titular.	...	Acervo principalmente relacionado à sua criação literária, um retrato pintado, recortes, originais, objetos de sua mãe, objetos pessoais.	...	Este escritor vem doando seu acervo à UFMG há alguns anos.
<b>Henriqueta Lisboa</b>	1989 Doação da família.	1989	4637 livros 3101 periódicos 8086 documentos (correspondências, iconografia, originais, mobiliário, obras artísticas, produção intelectual, prêmios, documentos pessoais).	Correspondência Pessoal; Correspondência Burocrática; Atividades Profissionais; Quadros; Fotografias; Fotografias em Jornais e Revistas; Produção Intelectual do Titular; Produção Intelectual de Terceiros sobre HL; Memorabilia e Homenagens; Lembranças Pessoais; Prêmios;	..
<b>Lúcia Machado de Almeida</b>	2008 Doação da família.	2011	40 livros 3 periódicos 315 documentos (cartas, iconografia, móveis, recortes de jornais e revistas, e objetos pessoais como o piano Pleyel da década de 1900)	...	..



Arquivados	Incorporação do acervo	Abertura à visitação	Composição do acervo	Organização em séries	OBS
<b>Murilo Rubião</b>	1992 Doação do próprio titular (em 1991) e encaminhamento ao AEM, após a sua morte, por sua família.	...	3446 livros 310 periódicos 9600 documentos (cartas, originais, fotografias, obras de artes visuais, móveis).	Coleção Bibliográfica; Atividades Alheias à Literatura; Atividades Jornalísticas <i>Folha de Minas</i> ; Contos Publicados; Correspondência com escritores; Correspondência Burocrática; Correspondência sobre as obras; Correspondência com amigos; Crônicas de Sérvulo Tavares; Diversos; Entrevistas; Fotografia; Iconografia; Noticiário; Objetos; Produção Intelectual do Titular; Suplemento Literário do <i>Minas Gerais</i> .	A organização da biblioteca criada pelo titular foi mantida pelo AEM.
<b>Octávio Dias Leite</b>	2008 Doação de Valmiki Vilela Guimarães.	2011	1246 livros 62 periódicos 350 documentos (cartas, produção intelectual, recortes, discos, quadros, móveis).	...	O acervo desse escritor pertencia ao pai do também escritor Valmiki Vilela Guimarães, Gastão Machado Guimarães. Parte da correspondência de Octávio Dias Leite foi doada pelo escritor Mario Garcia de Paiva.
<b>Oswaldo França Júnior</b>	1996 Doação da família.	...	2355 livros 119 periódicos 3100 documentos (cartas, originais, fotografias, quadros e móveis).	Coleção bibliográfica; Coleções; Correspondência; Correspondência Burocrática; Diversos; Fotografia; Iconografia; Pós-mortem; Produção intelectual do titular; Projetos culturais; Recortes de jornais e Terceiros.	..
<b>Wander Pirolí</b>	2008 Doação da família.	2011	1766 livros 86 periódicos 3298 documentos (cartas, iconografia, originais, recortes, discos, objetos pessoais).	...	..

## QUADRO 2

### Coleções Especiais que compõem o Acervo de Escritores Mineiros em ordem alfabética

Arquivados	Incorporação do acervo	Abertura à visitação	Composição do acervo	OBS
<b>Adão Ventura</b>	2010 Doação de amigos.	2011	66 livros 25 periódicos 387 documentos (cartas, produção intelectual, recortes, discos e objetos).	..
<b>Alexandre Eulálio</b>	1995 Doação da escritora Lélia Coelho Frota.	...	25 documentos (cartas).	O acervo é composto pela correspondência passiva do titular com Lélia Coelho Frota, relativa ao período entre maio de 1958 e março de 1959.
<b>Ana Hatherly</b>	1995 Doação da própria titular.	...	35 documentos (cartas).	O acervo compõe-se de cartas de poetas e ficcionistas mineiros endereçadas à titular.
<b>Aníbal Machado</b>	1996 Doação de Francisco Aníbal Machado Gontijo.	...	Cerca de 100 documentos (manuscritos, fotografias, livros, cartas, originais avulsos).	..
<b>Achilles Vivacqua</b>	2009 Doação da família.	2011	780 documentos (livros, caricaturas, desenhos, cartas, recortes, objetos, documentos relativos ao Salão Vivacqua).	Durante os anos 1920, realizavam-se encontros entre artistas e intelectuais mineiros em saraus litero-musicais na casa da família Vivacqua, que ficaram conhecidos como Salão Vivacqua.
<b>Eugênio Rubião</b>	Doação da família.	...	9 exemplares de livros do titular 1 manuscrito 148 periódicos.	..

<b>Arquivados</b>	<b>Incorporação do acervo</b>	<b>Abertura à visitação</b>	<b>Composição do acervo</b>	<b>OBS</b>
<b>Geneviève Naylor</b>	2001 Doação da UFMG.	...	81 fotografias realizadas pela titular na década de 1940.	..
<b>Graciliano Ramos</b>	Doação da família.	...	14 livros 106 documentos (cartas, manuscritos, produção intelectual de terceiros e homenagem).	..
<b>José Maria Cançado</b>	2008 Doação da família.	2011	832 livros 39 periódicos 61 documentos (produção intelectual, recortes, móveis, objetos pessoais, dois livros inéditos de poemas e diários).	..
<b>José Oswaldo de Araújo</b>	1999 Doação de Ângelo Oswaldo de Araújo.	...	56 livros e periódicos.	..
<b>Leopoldo da Silva Pereira</b>	2010 Doação da família.	2011	3 fotografias 8 livros do titular e traduções 1 trabalho acadêmico sobre o escritor.	..
<b>Valmiki Vilela Guimarães</b>	1995 Doação da família.	...	56 livros 11 periódicos 43 cartas e cartões enviados a Octávio Dias Leite por diversos escritores.	..

Fonte: Sítio eletrônico do Acervo de Escritores Mineiros e sítio eletrônico da UFMG.

Essa quantidade de acervos, no entanto, pode ser vista também como um problema do ponto de vista do espaço físico de que dispõe o AEM. O professor Marcus Vinicius de Freitas, na citada entrevista ao Jornal *O Tempo*, ao falar sobre a doação dos documentos do escritor e ensaísta Affonso Ávila, que morreu em setembro de 2012, evoca esse problema como um dos empecilhos para a vinda do acervo desse escritor. Para abrigar de maneira satisfatória o acervo, segundo o professor, “precisamos ter um local adequado para receber dignamente esse material, colocando-o também em condições de fomentar a pesquisa” (SIQUARA, 2013, p. 1).

Além do espaço físico, outro desafio para o AEM, já agora e também no futuro, é a limitação de maquinários<sup>39</sup> e de um corpo técnico de funcionários. Nos dias atuais, o AEM não conta, por exemplo, com um profissional arquivista nem um museólogo, o que de certa forma é um limitador para o Acervo. A equipe que integra o AEM hoje é a seguinte: o atual diretor é o professor doutor Marcelino Rodrigues da Silva; os bibliotecários são Nina Cláudia Campos de Miranda e Antônio Afonso Pereira Júnior; o secretário é Márcio Flávio Torres Pimenta; e estagiários. Além de seus pesquisadores: Ana Maria Clark Peres, Constância Lima Duarte, Eneida Maria de Souza, George Otte, Haydée Ribeiro Coelho, Marcelino Rodrigues da Silva, Reinaldo Martiniano Marques, Roberto Alexandre do Carmo Said, Rômulo Monte Alto, Roniere Silva Menezes e Wander Melo Miranda<sup>40</sup>.

Desde a sua criação em 1989 com a doação do acervo da poetisa Henriqueta Lisboa, o AEM sempre recebeu os documentos que o compõem por forma de doação, segundo o secretário Márcio Flávio Tôrres Pimenta em entrevista<sup>41</sup>.

### 4.2.3 O Centro de Estudos Literários e Culturais

Desde muitos anos, o CEL já apresentava uma perspectiva de abordagem transdisciplinar, o que foi se tornando mais forte à medida que os núcleos de estudo, eventos, publicações e projetos foram se associando, cada vez mais, às linhas de pesquisa da Pós-Graduação da FALE/UFMG. Isso aconteceu principalmente depois de 1999, quando se

<sup>39</sup> Faz-se necessário, nesses lugares, a posse e manutenção de uma grande quantidade de máquinas, relativas à limpeza e higienização dos documentos, à sua digitalização (esse processo é muito importante para a preservação dos documentos, uma vez que evita que eles sejam constantemente manuseados e danificados, além de possibilitar uma maior difusão desse material em meios eletrônicos), ao seu registro, entre outros.

<sup>40</sup> Fonte: <http://www.letras.ufmg.br/aem/>.

<sup>41</sup> Entrevista concedida para essa pesquisa pelo secretário do Centro de Estudos Literários e do Acervo de Escritores Mineiros, Márcio Flávio Torres Pimenta, em 01 de novembro de 2013.

iniciou a discussão sobre a nova configuração da Faculdade (sem os departamentos) e, assim, sobre a nova configuração do CEL como órgão complementar, núcleo de pesquisa, e novamente órgão complementar com a mudança do nome para CELC.

A mudança de Centro de Estudos Literários (CEL) para Centro de Estudos Literários e Culturais (CELC) foi aprovada pelo Conselho Universitário, em reunião extraordinária<sup>42</sup>, na Resolução nº 12/2012<sup>43</sup> de 03 de julho de 2012, assinada pelo então Reitor e Presidente do Conselho professor Clélio Campolina Diniz, considerando o Parecer nº 05/2012 da Comissão de Legislação e a Resolução nº 19/2007<sup>44</sup> de 22 de novembro de 2007, assinada pelo então Reitor e Presidente do Conselho professor Ronaldo Tadêu Pena, que cria o CELC como órgão complementar vinculado à Faculdade de Letras.

De acordo com a nova estruturação da FALE e do Centro de Estudos Literários e Culturais, a composição do Conselho Diretor tornou-se a seguinte: diretor, vice-diretor, um representante e seu suplente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, um representante e seu suplente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, dois representantes dos professores pesquisadores vinculados ao CELC indicados pelos seus pares, três professores pesquisadores vinculados a outras Unidades Acadêmicas de áreas afins e seus suplentes indicados pela Congregação da FALE, um bibliotecário do CELC e seu suplente, representante dos bolsistas do AEM e seu suplente<sup>45</sup>.

As atividades de realização de ações de intercâmbio científico e difusão cultural do CELC foram se tornando cada vez mais efetivas, principalmente a partir de “uma ampliação de interesses e perspectivas teóricas”<sup>46</sup> que representou a alteração no nome. Conforme o professor Marcos Vinícius de Freitas, diretor do AEM entre 2012 e 2013, em entrevista para essa pesquisa, o Centro de Estudos Literários e Culturais abriga a ideia da literatura não somente como a produção do texto poético separado de todas as outras coisas, mas também de como o contexto em que o escritor está inserido, no caso do AEM, são importantes para compreender sua obra, a história e a memória de uma cultura. Trata-se da literatura como objeto cultural. Para ele, está claro, na nova denominação e abrangência, que o CELC se interessa por todo o conjunto da produção artística e documental desses escritores,

<sup>42</sup> Fonte: <https://www2.ufmg.br/sods/content/download/1840/13654/version/1/file/S%C3%ADntese+da+SODS+2012.PDF>.

<sup>43</sup> Fonte: <https://www2.ufmg.br/sods/content/download/1792/13437/version/1/file/Resconsuni12-2012.pdf>.

<sup>44</sup> Fonte: <https://www2.ufmg.br/sods/content/download/1349/11143/version/1/file/19uni2007+CEL+%C3%B3rg%C3%A3o+complementar+fale.pdf>.

<sup>45</sup> Ata da 1ª reunião do Conselho diretor do Centro de Estudos Literários e Culturais, realizada em 17 de outubro de 2012.

<sup>46</sup> Fonte: <http://www.letras.ufmg.br/aem/ocelc.html>.

o que determina, também, uma modificação no Acervo de Escritores Mineiros, que tende a se tornar um Acervo Mineiro de Escritores já que visa não só a conservação de um patrimônio regionalista, mas da cultura brasileira. Segundo o professor, quando um acervo deixa de ser um acervo de escritor (coleção privada) e passa a ser um acervo literário (arquivo pessoal institucionalizado), esse acervo passa de uma dimensão local para uma dimensão nacional. Sobre o AEM, o professor Marcus Vinícius de Freitas disse, ainda, que o que é definitivo na recepção de um novo acervo não é apenas o valor literário, mas o valor cultural, que pode significar uma contribuição muito maior na preservação e pesquisa sobre determinada cultura. Isso só faz reiterar a discussão sobre a aproximação dos arquivos pessoais de uma memória nacional.

O professor Reinaldo Marques, que foi diretor do AEM entre 1997 e 2001, e entre 2008 e 2012, também em entrevista para essa pesquisa, explicou, conforme já mencionado, que essa alteração se deve a um deslocamento teórico, em que o estruturalismo e, assim, a autossuficiência da obra literária foram questionados em favor da reabilitação de um sujeito empírico, posterior, resultado de uma construção a partir de estruturas antropológicas, linguísticas, psicológicas, econômicas.

Rastros dessa construção do sujeito são encontrados nos documentos do AEM. A pesquisa suscitada pela abrangência do CELC e, por conseguinte, do Acervo revitaliza a história e a crítica, colocando em questão tanto o que ou quem é o autor como o que é a obra diante de documentos do processo de criação, dos vestígios e registros em diferentes suportes. Isso repercute na literatura comparada e nos estudos intermediários. Considera-se, assim, que a alteração do nome para CELC e a maior abrangência de seus trabalhos como também dos trabalhos do AEM são consequências naturais desde aquele momento de criação do Acervo e do CEL, em virtude das transformações ocorridas na teoria literária e nos estudos sobre a memória.

Além dos elementos apresentados pelo professor Reinaldo Marques, na mesma entrevista ele mostra, ainda, a possibilidade de deslocamento do conhecimento dado através do arquivo e os diferentes tipos de pesquisa que podem ser realizadas através desse espaço, como aquelas relacionadas aos documentos tridimensionais do AEM. Ele afirma que o nome CEL remete àquilo que se chama literatura, a saber, o livro, o texto. Mas como a literatura passou por essas diversas transformações, deixando inclusive de ser “a grande arte” e o centro da cultura, dividindo as atenções com a fotografia, o cinema, a televisão e outras linguagens e novas metodologias, os estudos que a circundam também precisaram considerar todas essas

relações com outros fenômenos culturais. Ou seja, “o olhar ficou cultural” segundo o próprio professor, e o nome não traduzia a diversidade das pesquisas realizadas no CEL e a heterogeneidade de seus objetos. Na sua opinião, essa perspectiva transdisciplinar não é estranha à literatura, que não é possível estudar sem considerar a Filosofia, a Antropologia, a História, a Biblioteconomia, a Arquivologia, a Museologia.

No que tange, então, à nova abrangência do CELC, ambos os professores apresentam a necessidade de uma reestruturação administrativa em que se devem incorporar profissionais especializados nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Conservação. Essas e outras questões vão de encontro às atribuições de órgão complementar e sua dependência à Unidade Acadêmica, no caso, a FALE. Algumas dessas necessidades foram mencionadas na Minuta da Ata da 1ª Reunião do Conselho Diretor do Centro de Estudos Literários e Culturais (CELC) da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais e no Diagnóstico Institucional e Política de Pessoal da Gestão 2012-2014 anexado a ela e assinado pelo então diretor do CELC professor Marcus Vinícius de Freitas, onde se lê:

em resumo, poderíamos dizer que as três direções do trabalho do AEM – a bibliográfica, a arquivística e a museológica – se encontram em estágios muito diferentes de consolidação. A coleção bibliográfica é a mais consolidada, não apenas por termos 2 (dois) bibliotecários exclusivos no Acervo, mas sobretudo porque a UFMG possui uma cultura formada em relação ao tratamento de acervos bibliográficos [...]; a coleção museológica possui espaço adequado, mas não conta nem com funcionários especializados, nem com conhecimento acumulado dentro da Universidade [...]; a coleção arquivística é a parte que mais precisa de apoio, seja técnico, físico ou tecnológico.

As carências em relação à coleção arquivística são, como percebe-se na citação, as mais determinantes em relação às outras necessidades do Acervo de Escritores Mineiros e do Centro de Estudos Literários e Culturais, mas elas não são as únicas. A referida Minuta menciona: o pedido formal de dotação desses funcionários, que foi encaminhado à Reitoria da UFMG em 22 de agosto de 2012; o contato com a direção do curso de Conservação e Preservação de Bens Culturais da Escola de Belas Artes da UFMG, cuja coordenadora professora Doutora Yaci-Ara Froner faria um relatório técnico apresentando propostas de ações de conservação, restauro e disponibilização no AEM; a necessidade de transformar os inventários dos fundos documentais dos escritores e coleções de papel a eletrônicos, padronizando os arranjos dos arquivos e criando um banco de dados intranet; a necessidade de um novo site que permita acesso e pesquisa direto na WEB; a tentativa de propiciar a

integração do AEM à Rede de Museus da UFMG<sup>47</sup>, o que favoreceria mais recursos, obtenção de bolsas e realização de eventos e publicações; a necessidade de substituir os armários por arquivos de aço e deslizantes, a fim de otimizar a aproveitar melhor o espaço; a necessidade de se construir uma reserva técnica adequada; a necessidade de uma sala de consulta e de uma oficina de restauro e preparação; enfim, uma nova política de recolhimento dos novos acervos e uma nova política do espaço, como a realização de exposições temporárias. Além disso, na reunião também falou-se da necessidade de realizar parcerias, não só com a Escola de Belas Artes, mas com a de Ciência da Informação e o Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH/UFMG).

Percebe-se que a ampliação das possibilidades do AEM na atualidade representa o surgimento de desafios muito maiores do que as políticas para angariar novas doações e a recolha de acervos de escritores. Embora considere-se que as preocupações iniciais do AEM não foram apenas essas, pode-se notar, pelas ideias apresentadas pelos professores Marcus Vinícius de Freitas e Reinaldo Marques, nas entrevistas e no Diagnóstico, que a partir da criação do espaço institucional e, por isso, de uma certa credibilidade diante da sociedade, outros acervos passaram a ser incorporados de maneira mais espontânea por parte dos familiares e dos próprios escritores. No entanto, a grande quantidade de documentos, bibliotecas, objetos e acervos em geral que continuam a ser assimilados pelo AEM cria uma necessidade maior de espaço, recursos humanos, financeiros e técnicos. Além disso, a pluralidade dos estudos nas diversas áreas do conhecimento e das relações entre elas, como Biblioteconomia e Arquivologia, Arquivologia e História e outras, demanda parcerias cada vez maiores e mais sólidas articuladas dentro do AEM.

A maior abrangência do objeto e perspectivas do Centro de Estudos Literários e Culturais trouxe uma infinidade de novas possibilidades, mas também evidenciou uma série de carências em relação à pesquisa, ao ensino e à extensão que precisarão ser sanadas junto à Universidade pela avaliação e, talvez, readequação do *status* do órgão diante da Unidade a qual ele está vinculado e também frente à UFMG, em favor da preservação da memória nacional.

---

<sup>47</sup> “O Acervo dos Escritores Mineiros chegou a ser incluído na Rede no ano de 2006, no período em que a Rede era dirigida pela Profª. Maria das Graças Ribeiro. Infelizmente este é o único dado que tenho, pois não existe nenhum registro de participação dos Acervos na Rede. Atualmente a Rede é composta de 17 museus e espaços de ciência e cultura, mas entre eles não estão os Acervos”: informação cedida em 29 de novembro de 2013, por e-mail, pela professora Rita de Cássia Marques, coordenadora da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG desde o ano passado.



#### 4.2.4 A imagem dos escritores no Acervo de Escritores Mineiros: a construção do escritor através do seu arquivo pessoal

A imagem ou a criação da imagem dos escritores está disposta no primeiro plano do Acervo de Escritores Mineiros como uma de suas principais características. Essa afirmação está baseada no seguinte: logo ao chegar ao terceiro andar da Biblioteca Universitária da UFMG, mesmo antes de entrar no AEM, o visitante encara a representação do ambiente de trabalho dos escritores. Essa talvez seja uma de suas especificidades em relação a outros espaços de guarda de acervos literários e que, segundo Marcus Vinicius de Freitas, o torna único em sua constituição. Segundo o professor:

embora siga os princípios de outros centros semelhantes no país, a exemplo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da USP – o primeiro do tipo originado a partir da doação da biblioteca de Mário de Andrade, realizada ainda em vida pelo próprio poeta –, ou o Cedae, pertencente ao Instituto de Estudos de Linguagem, da Unicamp, o Acervo de Escritores Mineiros guarda particularidades. O diretor frisa que ele é o único do país que expõe o escritor ao público, revelando traços biográficos, como suas manias, percebidas por meio dos objetos colecionados por eles ou dos livros, que também refletem interesses (FREITAS *apud* SIQUARA, 2013, p.2).

Essa construção tenta recriar o ambiente de trabalho dos escritores com seus objetos pessoais, biblioteca (ou parte dela), as máquinas de escrever, os quadros, enfim, o lugar ao qual esses sujeitos estavam ambientados ou, como disse a professora Eneida Maria de Souza em entrevista, seu provável lugar de criação literária.

Essa particularidade da recriação do possível espaço de trabalho dos escritores exposta museograficamente sugere duas perspectivas de sua criação imagética no Acervo: por um lado, pode-se considerar o papel dos *arcontes* do AEM, uma vez que foram os professores (pesquisadores), bibliotecários e funcionários do Acervo, juntamente com os familiares dos arquivados, que arquitetaram essa representação, ainda que ela procurasse ser fiel à “realidade” do escritor; noutra perspectiva, essa representação pode também ser considerada uma criação da imagem pelo próprio escritor, isso porque ele foi o principal agente na conservação desse acervo antes da sua doação ao AEM.

A construção biográfico-imagética no AEM não para por aí: o Acervo conta também com uma grande quantidade de imagens que não estão dispostas nesse primeiro plano. Divididas por uma espécie de biombo, as salas têm expostos, na parte de trás, fotografias e quadros que também participam dos acervos desses escritores, tratando-se de imagens propriamente ditas de cada um deles e de outras imagens bidimensionais de lugares, coisas e pessoas.

Qualquer cidadão, salvo algumas exceções, guarda fotografias de vários acontecimentos, sejam fotos de família, fotos dos passeios e/ou férias, fotos de pessoas com as quais ele tenha algum tipo de contato, seja por amizade ou outro tipo de afetividade, e, no caso de personalidades, o que é muito comum, fotos de premiações, fotos de recorte de jornais entre outros. Existem também as reproduções pictóricas dos escritores, autorretratos ou pintadas por outros. Há, por exemplo, no AEM, o caso peculiar de Murilo Rubião, que possui quatro quadros dele mesmo pintados pelos mais diversos artistas.

Sobre a construção da imagem desses escritores por meio de seus retratos, o professor Reinaldo chama a atenção para o seguinte:

esses retratos indicam a existência de um rito já estabelecido e necessário à construção do escritor, à fabricação do imortal típica do mundo moderno. Evidenciam a relevância do olhar do outro na construção das identidades autorais, artísticas. Expostos, garantem sobrevida à imagem do autor e estão disponíveis à reprodução, ao jogo intertextual, podendo ser colocado em contiguidade com outras imagens e objetos. Habilitam-se ao processo de leitura e interpretação, à suplementação de sentidos (MARQUES, 2012, p. 76-77).

Sob esse ponto de vista, a construção da biografia do escritor está presente também nas imagens contidas em seus arquivos como num “teatro de imagens” (MARQUES, 2012).

Além disso, esses objetos participam do alargamento no conceito de documentos dentro dos arquivos pessoais, os quais não se tratam apenas dos documentos de papel e da biblioteca, mas também dos materiais tridimensionais. Isto é, a construção dessa imagem dos escritores representados no AEM não se dá somente pelas imagens pictográficas deles e da construção de seu espaço de trabalho, mas pode-se pensar, também, nas suas coleções, roupas (como o fardão de Cyro dos Anjos), máquinas de escrever, relógios e tantos outros objetos contidos no Acervo como elementos constitutivos desses sujeitos.

No Acervo de Escritores Mineiros existe uma grande quantidade de materiais iconográficos que podem fornecer pistas da criação literária ou mesmo autobiográfica dos escritores. Sobre a construção da imagem pelo próprio escritor, o professor Marcus Vinicius de Freitas, em entrevista concedida para esse trabalho, declarou ser revelador que o primeiro

objeto doado ao AEM pelo escritor, religioso e político Frei Betto tenha sido exatamente um retrato seu, feito a óleo. Esse pode ser um indicativo desse processo de criação da sua autoimagem. Nessa perspectiva, um elemento importante levantado pelo professor é o fato de que os escritores vivos têm a possibilidade, e talvez a necessidade, de controlar/criar a sua autoimagem, realizando uma doação seletiva de seus materiais. Ainda segundo ele, Frei Betto pretende construir a sua imagem de escritor no AEM, e não a de político ou religioso.

O próprio Carlos Alberto Libânio Christo, ou simplesmente Frei Betto, também em entrevista concedida via e-mail para essa pesquisa, deixa claro essa intenção de construção de uma imagem de escritor. Frei Betto disse: “como pessoa física não creio suscitar interesse, mas uma obra que já comporta 57 diferentes títulos pode sim interessar a alguém. Aliás, a construção do sujeito já está no que escrevemos”<sup>48</sup>.

Ainda sobre os quadros retratando os escritores, o professor Reinaldo Marques faz o seguinte inventário:

de Henriqueta Lisboa existem dois quadros feitos por Aurélia Rubião – *Retrato de Henriqueta Lisboa* (1939) e *Retrato de Henriqueta Lisboa* (1947) –; de Murilo Rubião há quatro retratos: um feito por Aurélia Rubião – *Retrato de Murilo Rubião* (1937) –, outro por Inimá de Paula – *Retrato de Murilo Rubião* (1987) –, um terceiro por Petrônio Bax – *Retrato de Murilo Rubião* (1982) – e um quarto, de autor desconhecido; de Cyro dos Anjos, uma tela feita por Delpino Júnior – *Retrato de Cyro dos Anjos* (1937) –; de Lúcia Machado de Almeida, um retrato de Dimitri Ismailovitch – *Retrato de Lúcia Machado de Almeida* (1949) –; e de Abgar Renault, um trabalho de Gentil Garcez – *Retrato do prof. Abgar Renault* (1956) (MARQUES, 2012, p. 76).

Essa construção dos arquivos pessoais e, por conseguinte, da imagem pode ser entendida como uma criação biográfica de si, seja ela feita pelos próprios escritores ou conservada por sua família, ou ainda pelos *arcontes* do lugar institucional a que essas pessoas legam o seu espólio. No caso do AEM isso está bem claro, desde a sua concepção como espaço concebido a partir de uma perspectiva museográfica e cenográfica até a importância de pesquisas realizadas a partir desses objetos.

Essa visão de um arquivo como algo a ser contemplado (à maneira do museu) alarga, e muito, o conceito de documentos bem como os novos usos sociais do arquivo<sup>49</sup>. Essa ideia de uma nova perspectiva de usos sociais do arquivo está em voga nos meios de pesquisa, e por ela o arquivo deixa de ser visto apenas sob condução dos historiadores e arquivistas

<sup>48</sup> Entrevista concedida para essa pesquisa via e-mail por Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto, religioso, político e escritor, doador de seu acervo ao Acervo de Escritores Mineiros da UFMG, recebida em 05 de novembro de 2013.

<sup>49</sup> Uma boa leitura sobre essa ideia dos novos usos sociais do arquivo pode ser encontrada no artigo de Philippe Artières *Monumentos de papel: a propósito de novos usos sociais dos arquivos*.

tradicionais e passa a uma visão mais globalizante, pela qual o arquivo, além de suscitar várias qualidades de estudo, pode ser entendido, por exemplo, como um museu.

### 4.3 O Acervo de Escritores Mineiros como arquivo

O Acervo de Escritores Mineiros tem em seu bojo as três áreas correlatas que formam a base da Ciência da Informação (CI): arquivo, biblioteca e museu. A sua constituição já exhibe essa ideia, uma vez que ao chegar ao referido lugar a primeira imagem que se vê é a da composição cenográfica do ambiente de trabalho de alguns dos escritores ali representados, como já mencionado. Essa representação do lugar de trabalho deixa à mostra parte de sua biblioteca, além de comportar uma exposição que é típica do museu, e num espaço reservado (não imediatamente visível aos visitantes) estão alocados os documentos arquivísticos dos escritores. Sobre esses três planos, Reinaldo Marques afirma que

no primeiro, são simulados os ambientes de trabalho dos escritores, com estantes de livros, mesa, máquina de escrever, vitrines com exposições de documentos, cartas, fotos, primeiras edições autografadas e objetos pessoais. No segundo, encontram-se as galerias com exposições de obras de artes plásticas: pinturas, esculturas, fotos, pôsteres. Por fim, no terceiro plano, com acesso restrito, estão abrigados os acervos bibliográficos e os arquivos documentais de cada escritor (MARQUES, 2012, p. 76).

A denominação “acervo” para o espaço institucional em questão já traz consigo uma variedade de entendimentos sobre o que pode ser conservado nesse lugar e de informações sobre as três áreas da Ciência da Informação. O *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia* traz as seguintes definições para o termo:

(ARQ) [...] conjunto de documentos armazenados e conservados em um arquivo; [...] coleção, descrição (ARQ), fundo. [...] (BIB) conjunto de documentos conservados para o atendimento das finalidades de uma biblioteca: informação, pesquisa, educação e recreação; fundo documentário, fundos de biblioteca. [...] coleção, desenvolvimento de coleções, material bibliográfico (CUNHA, CAVALCANTI, 2008, p. 2).

O *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* tem a seguinte definição de “acervo”: “Documentos de uma entidade produtora ou de uma entidade custodiadora” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 19). Já o dicionário de língua portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda diz o seguinte: “1. Montão, cúmulo. 2. Quantidade. 3. Conjunto de bens que integram um patrimônio; cabedal. 4. O conjunto das obras de uma biblioteca, de um museu, etc. 5. Patrimônio, riqueza, cabedal” (FERREIRA, 2008, p. 29-30).

A partir das definições expostas, colhidas em três dicionários, dois especializados e um geral, pode-se considerar a pluralidade de entendimentos de “acervo” e a possibilidade de que ela justifique sua escolha para denominar o espaço institucional AEM. Isso pela variedade de materiais que o compõem, que são coleções de diferentes tipos, e porque ele pretende ser um espaço interdisciplinar.

Em ambas as definições, é recorrente pensar o termo como coleção de documentos, e é justamente a amplitude que se supõe daí que permite interpretações nas três direções das áreas da CI, e conseqüentemente em outras áreas do conhecimento. A partir disso, os diferentes objetos, organizados pela perspectiva das três interfaces, podem suscitar trabalhos nos Estudos Literários, nas Artes, na História, na Sociologia entre outros.

Os objetos que compõem o AEM podem ser agrupados em mais de uma coleção, e cada uma delas pode atender aos preceitos científicos da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia: estão guardadas num lugar, o que presumem os três espaços, e são acessadas pelo público geral e especializado; assim, oportunizam a informação, a pesquisa, a educação e a recreação que o *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia* considera relativos à biblioteca; esses objetos relacionam uma entidade produtora, os escritores, enquanto são coleções de documentos pessoais, e uma entidade custodiadora, a instituição que criou e mantém o AEM, a UFMG, como pressupõe a definição do dicionário de terminologia arquivística – a fonte dessa definição aproxima esse lugar do arquivo; e a definição do dicionário Aurélio, mais geral, chama a coleção de conjunto e os objetos componentes são entendidos como bens, obras, patrimônio, o que pode configurar uma aproximação maior ao museu.

A partir das definições e de um possível conceito de “acervo”, os objetos do AEM também podem ser pensados por outro ponto de vista, e agrupados não em diferentes coleções, mas num único conjunto. Esse conjunto também pode atender aos preceitos das três áreas da CI, mas algumas informações contidas nas definições dos dicionários aproximam o pensamento dessa coleção da perspectiva do arquivo.

Se se pensar, para além dessas definições, no alargamento do entendimento de documentos discutido e aceito ao longo desse trabalho, ampliam-se ainda mais as possibilidades de interpretação do AEM, sobretudo no que tange ao propósito dessa pesquisa que é entender esse lugar como um grande arquivo de arquivos pessoais, e daí tratá-lo sob o termo “arquivo” e não “acervo”, entendendo que cada um dos objetos preservados no AEM são documentos.

Se observados a partir de uma perspectiva tradicional da arquivística, tanto as bibliotecas quanto os objetos preservados pelo produtor podem ser entendidos como documentos a partir do momento de sua institucionalização no AEM, uma vez que os produtores ou suas famílias chegaram à terceira fase dos documentos, ou seja, já foram feitos os descartes necessários para a sua guarda permanente. Assim, por essa mesma perspectiva, esses documentos, as bibliotecas e os objetos, parecem preservar os princípios básicos da arquivística que são: o princípio da proveniência, da organicidade, da unicidade, da indivisibilidade e da cumulatividade.

Dessa forma, o AEM pode funcionar como um grande arquivo de Terceira Idade – um arquivo permanente –, então todos os objetos ali preservados servem de alguma forma para informar e provar algo sobre o sujeito/escritor. E como o AEM foi pensado como um lugar de guarda de escritores mineiros, também a abordagem temática<sup>50</sup> participa desses princípios básicos.

No caso do princípio da proveniência<sup>51</sup>, a obediência fica a cargo do próprio sujeito que acumulou aqueles objetos, com uma certa ordem e de certa forma, e que também já operou, de alguma maneira, algum tipo de descarte. E, posteriormente, e enquanto guarda o arquivo pessoal, a instituição tem, entre suas responsabilidades, respeitar essa proveniência. Ela também está respeitada no fato de o tema do AEM ser o mesmo da profissão dos titulares.

A organicidade se dá na manutenção por parte dos arcontes bem próxima da organização original dos documentos. Também se apresenta no fato de o espaço e o tema serem os mesmos para todos os fundos e espelharem a estrutura, as funções e atividades dos produtores.

A unicidade está respeitada no fato de que cada um dos objetos/documentos que compõem o Acervo de Escritores Mineiros é único em seus sentidos e não os perde diante de outro objeto. Assim, tanto o piano da Lúcia Machado de Almeida, que é um e não outro, quanto os exemplares do Suplemento Literário de Murilo Rubião, organizados e encadernados, ou até mesmo a cópia da caderneta de Guimarães Rosa, que é uma e a mesma, são únicos por serem parte do contexto histórico desses escritores e por estarem contidos nesse acervo.

---

<sup>50</sup> O que se entende aqui como o tema do AEM tem a ver não só com o fato de essas pessoas serem escritores mineiros, nem só de serem mineiros, mas de serem personalidades que participam da construção de uma memória mineira e nacional.

<sup>51</sup> Essa pesquisa não ignora que alguns fundos não estão completos, violando, talvez, os princípios da arquivística. Entretanto, aqui se considera como arquivo a instituição Acervo de Escritores Mineiros e todo o material que o constitui, ainda que não representem individualmente a totalidade dos fundos ou coleções ali preservados.

A indivisibilidade está respeitada pela instituição que não dispersa nenhum dos materiais que constituem o AEM, ainda que se saiba que pode haver documentos que fizeram parte do arquivo pessoal desses escritores e que se encontram fora do Acervo.

E a cumulatividade, apesar do Acervo ser visto como um arquivo de Terceira Idade, está presente nos doadores vivos, cujos materiais ainda estão em progressão, orgânica e natural, como deve ser num arquivo. Além disso, o AEM pode continuar recebendo fundos de outros escritores, conforme suas diretrizes, o que faz com que o princípio da cumulatividade esteja presente também no Acervo como um todo.

Essa aproximação do AEM com os chamados arquivos tradicionais pode ser vista como uma das primeiras possibilidades de leitura desse espaço institucionalizado enquanto arquivo. No entanto essa não é a única maneira de análise da questão. Os arquivos pessoais podem ser vistos tanto numa dimensão tradicional da disciplina arquivística quanto numa interpretação mais plural dos efeitos mnemônico-sociais dos quais eles também são atores. Nesse ponto, chama-se a atenção que

a conceitualização de arquivos pessoais está embutida na própria definição geral de arquivos privados, quando se afirma tratar-se de papéis produzidos/recebidos por entidades ou pessoas físicas de direito privado. O que se pode aqui especificar é que, sendo papéis ligados à vida, à obra e às atividades de uma pessoa, não são documentos funcionais administrativos no sentido que possuem os de gestão de uma casa comercial ou de um sindicato laboral (BELOTTO, 2006, p. 256).

O AEM, entendido como arquivo pessoal, subsidia a construção de um percurso histórico-genealógico desse lugar, o que de certa forma pode ser entendido também como o alargamento do conceito de arquivo, que tem sido pensado atualmente como um lugar de construção de sentidos e não apenas como um espaço que comporta provas. Por essa perspectiva, tem-se também o mencionado olhar mais “plural” sobre o conceito de documentos, através do qual eles são entendidos não apenas como os registros gráficos contidos nos acervos, mas também como os objetos de outra natureza que fazem parte desse lugar.

Sendo assim, é necessário pensar nessa extensão da noção de documento na diversidade dos arquivos pessoais. A pesquisadora Kelen Benfenatti Paiva, em sua tese de doutorado, faz a seguinte leitura:

se os artefatos não trazem latentes as informações do passado, é preciso um olhar inventivo para que as histórias que emanam dos objetos possam se configurar em narrativas audíveis no presente. Também por isso, a pesquisa nos arquivos pessoais de escritores demanda uma leitura que não se restringe ao conteúdo informativo dos

documentos. Faz-se necessário, sobretudo, *uma concepção ampla do que seja documento de arquivo*, que vai além de textos verbais guardados pelos autores, abrange todo e qualquer artefato que ali se encontre (PAIVA, 2012, p. 72 grifo nosso).

Para defender essa ampliação do conceito de documento, Kelen Paiva evoca o pesquisador Ulpiano de Menezes para

chamar a atenção para a materialidade dos objetos que, com a sua “exterioridade, concretude, opacidade” e “natureza física” trazem marcas específicas à memória. [...] Os objetos têm uma trajetória, uma biografia e, ainda, podem ser vistos como espelho de seu dono, pois dizem de sua personalidade e sua realidade (PAIVA, 2012, p. 72, grifo da autora).

Essa ampliação sobre o que pode ser considerado documento é significativa nas pesquisas sobre os arquivos pessoais institucionalizados, como no caso do AEM, pois a materialidade contida nesse espaço é que dá o tônus das pesquisas sobre os escritores e vai ajudar em sua construção autobiográfica a partir do arquivo. Ainda nas palavras da pesquisadora, sobre o acervo da poetisa mineira Henriqueta Lisboa, um exemplo do caráter autobiográfico pode ser o registro iconográfico. Para ela,

em pesquisas realizadas em arquivos, parece ser consenso que esse tipo de material tem reconhecida importância na construção da memória. São várias as fotobiografias construídas a partir de registros fotográficos de figuras públicas, de escritores e de artistas ligados às mais diversas vertentes da arte (PAIVA, 2012, p. 19).

Essa ideia da importância dos “objetos” para a construção de uma autobiografia literária ou artística já faz parte do imaginário dos escritores que hoje doam seus acervos a instituições como o AEM. É o caso de Frei Betto, que ao ser perguntado sobre a abrangência dos objetos que seriam doados e se ele considerava a doação desses objetos importante afirmou: “sim, doe a coleção de minhas obras, bem como as edições em idiomas estrangeiros, e também a máquina de escrever Olivetti portátil, na qual redigi meus primeiros livros, e até meu relógio Teacher, que usei durante anos da década de 2000”<sup>52</sup>.

Além de Frei Betto, convém evocar a entrevista da professora Eneida Maria de Souza que menciona sua pesquisa em curso intitulada *A biografia nasce dos arquivos* em que são elaborados perfis biográficos a partir dos objetos/documentos existentes nos arquivos e sua amplitude. Para a professora, a pesquisa se justifica, pois a prática arquivística pode ser vista como a manifestação de uma tendência biográfica e autobiográfica.

---

<sup>52</sup> Entrevista concedida para essa pesquisa via e-mail por Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto, escritor, religioso e político, cujo acervo foi recentemente depositado no AEM.



Considerar esses objetos, os mais variados, como documentos é relevante para a presente pesquisa e também pode vir a ser significativo para o trabalho de outros pesquisadores, como no caso da mencionada pesquisadora Kelen Benfenatti Paiva. Não se pode desvincular a criação literária desses indivíduos de outros elementos biográficos, deixando de lado, por exemplo, um estudo sobre sua biblioteca, os objetos colecionados, as fotografias, as pinturas, enfim, todo tipo de objetos.

Assim como o AEM, a criação do espaço institucionalizado da Fundação Darcy Ribeiro é exemplo de um lugar que não foi criado especificamente através de “documentos tradicionais”. A FUNDAR, criada pelo próprio sociólogo, foi constituída para manter a unidade de sua biblioteca, que, para ele, seria de grande importância para delinear o seu percurso intelectual e suas posições como político (HEYMANN, 2012). Pode-se inferir disso que, para Darcy Ribeiro, o documento mais importante para contar sua trajetória como professor, político, escritor e sujeito seja a sua biblioteca. E isso é muito significativo para se pensar a pluralidade dos documentos, desde que se aceite o conceito de documento como “tudo aquilo a que se atribui determinados significados” (OCAMPO *apud* DOBEDEI, 2010, p.86).

O professor Marcus Vinícius de Freitas foi enfático na entrevista que concedeu para essa pesquisa quando afirmou que tudo que está no AEM é documento. Por esse ponto de vista, ele concordou com a abordagem dessa pesquisa em considerar o Acervo como um grande arquivo, também no sentido de que a totalidade dos objetos contidos nesse espaço possa ser entendida como um acervo documental. Nesse ponto, inclusive, o professor faz a seguinte ressalva: a UFMG ainda não entendeu esses objetos em geral como documentos e não dispõe de uma política de arquivo nem mesmo de um sistema de tratamento adequado para lidar com os documentos arquivísticos da universidade, como há o *Pergamum* para tratar os documentos bibliográficos.

Pode-se pensar, a partir dessa afirmação do professor, que, de certa maneira, a falta de políticas e sistemas de tratamento espelhe uma realidade nacional, uma vez que as transformações pelas quais passa o pensamento sobre os arquivos e os documentos ainda podem estar sendo assimiladas. A UFMG deveria estar atenta, então, a essas modificações, como, por exemplo, a ideia dos arquivos totais desenvolvida por Terry Cook, e procurar implementar aquelas políticas arquivísticas que mais lhe atendam e que sejam mais abrangentes do que as atuais, podendo incluir, de maneira mais satisfatória, os espaços

institucionais como os centros de memória, as bibliotecas, o AEM e sua variada gama de objetos<sup>53</sup>.

Considera-se, portanto, que todo o material que constitui o Acervo de Escritores Mineiros é entendido como documento e forma um arquivo orgânico, independentemente dos materiais que digam respeito aos escritores ali representados e que porventura estejam fora dos acervos do AEM.

Pela discussão empreendida até aqui pode-se afirmar que o AEM é visto como um arquivo na forma tradicional bem como sob uma visão mais ampla. Pode-se pensá-lo, então, nessa perspectiva mais dilatada como entende Foucault, para o qual o arquivo não é a soma dos documentos preservados pela humanidade nem apenas o lugar de recolha desses documentos. Ele é visto, sim, como estratégia discursiva em que são travadas lutas pelo poder entre o que se quer esquecer e o que se quer lembrar. Pode-se, assim, afirmar que o AEM seja esse lugar onde se materializam essas disputas pelos *arcontes* (instituição) entre si, pelos pesquisadores entre si e, em algumas instâncias, pelos próprios arquivados (escritores), enquanto cada um desses constrói o arquivo por sua perspectiva. Como exemplo disso podemos citar mais uma vez Frei Betto que afirma, em sua entrevista, querer construir, nesse espaço institucional, a sua imagem de escritor, ainda que tenha a consciência de que as leituras feitas a partir de seu acervo pelos pesquisadores poderão enxergá-lo também sob outras facetas.

O AEM é constituído como esse *lugar de memória* que, como chamou a atenção a professora Eneida Maria de Souza em entrevista, citando Derrida em sua obra *O mal de arquivo*, tem a vocação futura do arquivo, entendendo este tempo como um permanente devir, uma obsessão que não cessa de existir. Mas esse devir – futuro – não se constrói sem disputas que envolvem todos os agentes no desejo de perpetuação da memória. Assim, se se pensar na trajetória contemporânea dos arquivos pessoais de escritores, pode-se considerar que as relações de força estão presentes em todos os momentos desse ciclo vital: desde a construção do acervo pelo produtor até a sua institucionalização.

Essas relações de força, então, se apresentam na construção do acervo pelo titular, que preserva alguns documentos e descarta outros à sua escolha; quando dispostos para a consulta pública, nas inúmeras leituras dos documentos que fazem os pesquisadores, a partir

---

<sup>53</sup> Essas inferências estão baseadas nas afirmações do professor Marcus Vinícius de Freitas na entrevista concedida para essa pesquisa e na vivência do pesquisador desse trabalho dentro da UFMG, carecendo, portanto, de informações mais precisas sobre a posição da universidade quanto às políticas arquivísticas de que ela dispõe. Ignora-se, inclusive, que diretrizes são levadas em conta para que centros de memória participem da Rede de Museus e os acervos não sejam incluídos nela.

da subjetividade de sua formação, do tempo histórico em que ele vive e de suas escolhas ideológicas; nas conformações do espaço realizadas pelos *arcontes*, pois esses sujeitos guardiões procuram criar, a partir de certas determinações, esse lugar institucionalizado.

O AEM pode, portanto, ser entendido como um arquivo, levando em conta as diferenciações e aproximações com as teorias sobre os documentos e os arquivos desenvolvidas nesse texto. A diversidade dos materiais que compõem o AEM e as significações e interpretações que emergem dos mesmos (a partir das mencionadas disputas) são elementos da construção de discursos e de percursos histórico-sociológicos sobre os escritores ali representados e de uma memória que vai além da individualidade de cada um deles, mas, também, fala de uma coletividade em diversos aspectos (memória coletiva), tanto em relação ao contexto da criação desses acervos (em âmbito privado) quanto da sua institucionalização (em âmbito público) e das pesquisas subsequentes (recriações/interpretações).

O AEM pode ser visto também como um *lugar de memória* por se considerar que ele trabalhe na construção de algo que não existe mais, de uma representação da memória na preservação dos arquivos (memória nacional). Ainda, a constatação de que o AEM pode ser analisado como um arquivo pode amparar-se na ideia de Terry Cook de uma abordagem também mais ampla dos documentos quando deposita maior importância à informação contextualizada, isto é, os objetos/documentos institucionalizados no AEM – na passagem do âmbito privado para o público – funcionam pela informação que eles contêm, ou seja, seu conteúdo semântico e não apenas por sua natureza.

#### 4.4 O algo mais<sup>54</sup>

Nos trabalhos com arquivos pessoais quase sempre é mencionado – de alguma forma – o fetichismo no contato com os mesmos. Às vezes como um alerta, que informa que não se pode deixar o fetichismo imperar nas pesquisas. Tal alerta acometeu também em vários momentos esse pesquisador, nos encontros e desencontros nas estantes e nos cenários construídos no Acervo de Escritores Mineiros. Em sua tese de doutoramento, a pesquisadora

---

<sup>54</sup> Esta seção diz respeito aos encontros poéticos aos quais qualquer pesquisador está sujeito, ao fetichismo. Essa seção é dedicada àquele momento em que o estudioso de arquivos pessoais se distrai nas leituras das cartas dos escritores, na contemplação das obras de arte, nas fofocas de corredor, na admiração das encadernações dos livros contidos nas bibliotecas, enfim, nesses “momentos perdidos”, mas que tornam o trabalho com arquivos de escritores mais lúdico e prazeroso.

Kelen Benfenatti Paiva, em carta dirigida aos *caros leitores*, descreve assim o seu contato com o arquivo da poetisa Henriqueta Lisboa:

nesse espaço físico, atemporal, caminho. Encontro Henriqueta Lisboa em sua biblioteca com um livro na mão, a leitora em meio a suas leituras; vejo a poetisa fazendo e refazendo versos em um processo contínuo de rasuras, escrevendo a Mário de Andrade, pedindo-lhe conselhos sobre a melhor direção a seguir; descubro a tradutora com o dicionário, objeto que lhe é caro, a fazer alterações nas palavras escolhidas para a tradução; encontro a pesquisadora interessada no folclore brasileiro, na música e nas artes plásticas; a crítica a “desbravar caminhos” na leitura e na orientação de jovens escritores; encontro a mulher com seus sonhos, ilusões, esperanças, afetos, recordações e sofrimentos. Encontro-a na vasta correspondência, nos muitos documentos que registram sua atuação profissional, nas suas fotografias, de familiares e de amigos; nos inúmeros recortes de jornais e revistas; e ainda nos esboços, notas, cadernos e manuscritos, nos objetos pessoais e de arte, nas condecorações, diplomas e medalhas, nos móveis que compunham seu ambiente de trabalho, nos documentos que marcam temporalmente seu dúbio registro de nascimento, envelhecimento e óbito. Experimento a ausência, as rasuras, as lacunas, os saltos temporais e espaciais que me impedem qualquer tentativa de linearidade. Como imagens líricas em um poema, avisto a menina de quatro anos, com vestido rodado e botinhas ortopédicas; esbarro na aspirante a professorinha de cabelo Chanel e fina elegância; vejo a família reunida celebrando as bodas de ouro dos pais; testemunho casamentos, aniversários, batismo e a crisma dos recém-chegados à família (PAIVA, 2012, p. 11-12).

Esse é um caminho que, em minha opinião, é inevitável, e que o pesquisador vai percorrer em algum momento no AEM: o encontro fantástico (fantasmagórico) com o escritor. Um encontro digno dos contos fantásticos de Murilo Rubião, e que talvez o escritor gostasse de escrever em uma de suas histórias. No meu caso, às vezes me sinto como a personagem Bárbara de um dos contos de Murilo, que a cada visita ao AEM engorda e pede mais, engorda e pede mais<sup>55</sup> a cada passo de desenvolvimento dessa pesquisa. Essas visitas eram e são um bate papo com todos aqueles ilustres desconhecidos, desde que os mesmos me convidem para um chá.

Pois bem, como não consegui me desvencilhar totalmente desse afã fetichista, escolhi – e vou pagar pra ver – escrever essa seção em primeira pessoa, à maneira de um ensaio e bastante fora dos padrões acadêmicos para descrever o meu encontro com esse lugar especial: o Acervo de Escritores Mineiros.

<sup>55</sup> Referência ao conto *Bárbara* de Murilo Rubião (2010). No conto, a personagem Bárbara é casada com o narrador, que lhe fazia todas as vontades, as mais estranhas possíveis, e a cada desejo realizado ela engordava mais e mais. Bárbara era insaciável. Rubião descreve assim a relação do casal: “Às vezes relutava em aquiescer às suas exigências, vendo-a engordar incessantemente. Entretanto, não durava muito a minha indecisão. Vencia-me a insistência do seu olhar, que transformava os mais insignificantes pedidos numa ordem formal. (Que ternura lhe vinha dos olhos, que ar convincente o dela ao me fazer tão extravagantes solicitações)” (RUBIÃO, 2010, p. 27-28). Tal qual Bárbara a cada visita ao Acervo eu “engordo”, no entanto não cessam os desejos (vontade de saber mais sobre os escritores ali representados).

Na graduação, fui bolsista de iniciação científica orientado pela Professora Maria da Conceição Carvalho que me apresentou a pesquisa com as fontes primárias de escritores. Para ser mais específico, com as cartas do intelectual mineiro Eduardo Frieiro (1889-1982)<sup>56</sup>. A partir de então, fui tomando conhecimento de um universo grande de pesquisas em que os estudiosos se debruçavam sobre as fontes primárias de escritores, nas mais variadas fontes: cartas, recortes e artigos de jornais, manuscritos e primeiras edições, biblioteca (biblioteca do escritor) dentre outras que compõem os seus arquivos. Com isso, foi um caminho natural a aproximação com o espaço institucional do AEM, principalmente por esse lugar estar dentro da UFMG, o que facilitou minha busca por informações sobre o mesmo.

Meu primeiro contato foi de espanto. Isso porque o lugar institucional, “de carne e osso”, era muito diferente do que eu imaginava. Primeiro pelo seu tamanho e configuração: no meu imaginário, pensava que iria encontrar um arquivo tal qual os arquivos tradicionais que me eram familiares, com suas caixas box, seus armários e gavetas cheias de papéis; e o que vi, pela primeira vez, foi uma exposição “viva” dos escritores que se diferencia muito do arquivo morto que conheço. As grandes fotos impressas nos vidros, as bibliotecas, os móveis, os quadros, enfim, a recriação do espaço de trabalho daqueles escritores, por si só, já é um deleite a contemplação de quem gosta das personalidades ali representadas. Além disso, os documentos e a variedade e infinidade de pesquisas que dali surgiram e ainda podem surgir também extasiam a quem gosta de literatura.

Como entender a vida dos escritores nos corredores do AEM? A sua produção literária? Como escrever uma biografia desses escritores a partir de seus arquivos? Essas respostas podem estar no gesto meticuloso com que cada um dos escritores guardou os seus pertences, nas pistas deixadas nos seus acervos e que se tornam públicas depois de sua doação aos espaços de guarda, como é o caso do AEM. Paiva, tentando entender esse movimento na criação do acervo de Henriqueta Lisboa, dá a seguinte indicação:

às duas etapas constitutivas do processo de arquivamento apontadas pelo autor – reunir e organizar peças necessárias para a própria defesa – pode-se acrescentar a de “fabricar”. É o que parece fazer Henriqueta ao reunir “provas e evidências”, organizando o material coletado a fim de produzir, “fabricar” uma imagem a partir de seu arquivo. Ao mesmo tempo quer controlar sua imagem pública e resistir ao esquecimento, reafirmando sua participação no cenário intelectual como figura de destaque em seu tempo (PAIVA, 2012, p.15, grifo da autora).

---

<sup>56</sup> Dessa pesquisa, apresentamos o trabalho *Diálogos sobre as minas setecentistas: a correspondência entre o bibliógrafo Eduardo Frieiro e o filólogo Rodrigues Lapa*, no 6º Colóquio do PPRLB - Portugal no Brasil: Pontes para o Presente, em abril de 2012.

A construção de suas imagens, de seus percursos, feita por esses escritores é muito característica em espaços como o AEM. Esse é também um traço comum a várias gerações de escritores como podemos notar nas palavras da Paiva:

a preocupação com esse controle e resistência certamente foi característica compartilhada entre vários escritores, o que se evidencia na troca de correspondências, livros, fotografias e recortes de jornais sobre suas obras, em uma espécie de “cooperação arquivística” solidária a uma causa comum: a necessidade de tornar-se público e sobreviver ao tempo (PAIVA, 2012, p. 15, grifo da autora).

A partir desses traços foi que esses escritores foram se tornando, de certa forma, familiares. Foi nesses encontros com a Henriqueta e sua religiosidade no espaço dedicado a ela, o que, por si só, já dá pistas sobre sua poesia intimista; com a meticulosidade de Murilo Rubião e sua biblioteca bonita e preciosamente montada com seus volumes encadernados, além de seus retratos pintados em diferentes épocas de sua vida, um deles inclusive bastante fantástico<sup>57</sup> como era a sua literatura; no escritório de Abgar Renault e sua aproximação com as letras inglesas e com seu forte envolvimento com a política; em Cyro dos Anjos, o professor e o homem da Academia Brasileira de Letras, com seu fardão em primeiro plano. Como não tentar encontrar no espaço dedicado a Cyro dos Anjos o segredo da rua R, como não tentar encontrar os mistérios da Belo Horizonte contada nas penas de um amanuense do início do século passado? Como não embarcar nas asas do “aviador” Oswaldo França Junior e nas suas coleções particulares de “mulheres”? Não é possível não se imaginar tomando um chá com a bela Lúcia Machado de Almeida, escutando ao fundo o som de seu piano. Assim como não posso deixar de imaginar o som da bateria de Fernando Sabino: será que ele tocava jazz fusion?

Enfim, são esses encontros, um pouco fantasmagóricos, fantásticos, aos quais me refiro e os quais não poderia deixar de citar. Esses devaneios que, imagino, de certa forma passam na mente de cada um daqueles pesquisadores que ali estiveram e ainda estarão.

---

<sup>57</sup> *Retrato de Murilo Rubião*, por Petrônio Bax. Nesse quadro pode-se perceber vários elementos constitutivos da literatura fantástica, da qual Murilo Rubião foi pioneiro no Brasil, como a presença da cartola e as inscrições do conto *O ex-mágico da Taberna Minhota* na pintura.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o trabalho com o Acervo de Escritores Mineiros, em torno do qual se pretendeu fazer um histórico e/ou uma genealogia do lugar institucional a partir do seu entendimento como arquivo, muitos desafios foram surgindo. Em primeiro lugar, foi necessário tentar entender as nuances de como se formaram os arquivos ao longo da história, como foram descritos e regulamentados. Em segundo lugar, procurou-se entender como a representação da memória se deu através dos arquivos públicos a partir, principalmente, da Modernidade. Assim, investigou-se o papel dos arquivos pessoais na preservação de uma cultura nacional e, por fim, como o Acervo de Escritores Mineiros pode significar um importante agente nessa preservação.

O que se pôde perceber é que a noção de bens públicos é criada juntamente com a ideia de Estado-Nação depois da Revolução Francesa. E é a partir de então que são criados os primeiros arquivos, bibliotecas e museus pretensamente nacionais. Nesse primeiro momento, esses lugares seguiram os moldes iluministas de acumulação e tinham como função contar as glórias da Revolução, funcionando como um polo irradiador dos ideais, além de conservar a herança cultural pré-revolucionária. Esse modelo de acumulação e de bem público serviu ao mundo todo.

A ideia de preservação no Brasil pode ser interpretada como tendo sua formação inicial ligada à criação do Sphan em 1937. O que se nota é que, ao longo do tempo, foi construindo-se uma consciência de que os arquivos pessoais de escritores, políticos, e pessoas públicas em geral podiam, de algum modo, contar a história da nação. Em decorrência disso, nos anos de 1990 houve um crescimento nas pesquisas sobre arquivos pessoais nas diversas áreas do conhecimento, sobretudo nos estudos literários. No entanto, os lugares criados para a recolha e preservação dos documentos pessoais são anteriores a esse período e remetem à criação do IEB, na Universidade de São Paulo, em 1962.

Nessa perspectiva, o AEM foi construído para ser um espaço de pesquisa interdisciplinar dentro da FALE/UFMG, no ano de 1989, a partir da doação do acervo da poetisa mineira Henriqueta Lisboa. Com a criação do AEM, a UFMG ganha um destacado espaço de preservação da cultura letrada no Brasil. Juntamente à doação do espólio de Henriqueta, criou-se o CEL (Centro de Estudos Literários), órgão interdepartamental ligado a Faculdade de Letras e que, posteriormente, em 2012, tornou-se CELC (Centro de Estudos

Literários e Culturais), órgão complementar da FALE, assumindo seu caráter amplo de abordagem para além da literatura das obras acabadas.

Essa percepção da ampliação de abordagem dos estudos no AEM bem como a sua constituição como espaço institucionalizado só foi possível alcançar nesse trabalho a partir da utilização da metodologia etnográfica, pela qual se pôde cumprir a vivência no espaço, juntamente com a análise documental relativa à criação e constituição do Acervo. O AEM foi criado como um centro de pesquisa e é o único no Brasil que apresenta um espaço museocênico aberto ao público. Mesmo num contato mais breve e superficial de um visitante, pode-se perceber claramente naquele espaço as três interfaces caras à Ciência da Informação: arquivo, biblioteca e museu.

O que se pretendeu fazer aqui, no entanto, foi tratar e entender o AEM como um grande arquivo. E esse ponto de vista, que se tentou comprovar, atua no entendimento das pesquisas com arquivos pessoais, além de alargar a sua percepção como figura epistemológica de criação de percursos sobre os escritores ali representados. Ainda, essa visão opera em favor de uma noção maior sobre a memória nacional, na qual o “eu” toma seu lugar na história.

Pôde-se notar, também, a partir do percurso histórico evidenciado aqui, que o AEM funciona como um *lugar de memória*, por já estar consolidado dentro da UFMG e no meio acadêmico nacional. Numa espécie de diagnóstico, foram observadas, além de suas potencialidades e, assim, grande visibilidade e credibilidade diante da sociedade, suas carências, tanto em relação à demanda de espaço melhor planejado (devido à crescente procura de interessados em doar seus acervos ao AEM) quanto de pessoal especializado ou maquinário para a manutenção mais eficiente dos documentos. Enfim, o AEM ainda carece de parcerias e apoios a fim de sanar a falta de recursos pessoais e financeiros.

Foi a partir dessas perspectivas que se pôde descrever no corpo desse trabalho a constituição histórica do AEM e a sua interface arquivo, contemplado de maneira ampla em todos os seus objetos constituintes. Esse movimento sugeriu, de certa maneira, uma leitura mais “larga” da noção de documento dentro da arquivística e em relação ao AEM. Os documentos contidos no AEM e sua observância dos princípios básicos da constituição dos arquivos foram suficientes, ao que parece, para que o Acervo fosse visto por essa interface, por suas características de preservação e difusão da memória nos moldes dos arquivos permanentes.

A possibilidade de uma leitura mais ampla dos documentos e do AEM nos moldes da arquivística tradicional e de uma abordagem mais social pode suscitar trabalhos futuros



sobre esse espaço institucional não só na Literatura como também nas áreas correlatas da Ciência da Informação e suas linhas de pesquisa, onde esse trabalho está ancorado. O que se pôde observar é que ainda não são muito desenvolvidos os temas em arquivo pessoal dentro da CI, estando esses mesmos estudos, em sua grande maioria, amparados na crítica literária. Além do arquivo, as outras interfaces do AEM, não trabalhadas por essa pesquisa, sugerem muitas possibilidades de estudo, como é o caso do trabalho “Arquivos literários, lugares da memória: o caso do Acervo de Escritores Mineiros da UFMG”, de Márcio Flávio Torres Pimenta, sobre a interface museu.

Durante o período em que se realizou essa pesquisa, foi observado que, mesmo na Literatura e na Faculdade de Letras à qual o AEM está vinculado, não são muitos os trabalhos que versam sobre os assuntos aqui abordados (arquivo, biblioteca e museu)<sup>58</sup>. Houve a intenção, não realizada mas ainda pretendida, de contabilizar na forma de uma bibliografia analítica esses trabalhos acadêmicos sobre o AEM e seus temas, a fim de também contribuir para a pesquisa no Acervo e seu desenvolvimento.

---

<sup>58</sup> Essa pesquisa não encontrou trabalhos acadêmicos especificamente sobre o Acervo de Escritores Mineiros abordando diretamente uma das três interfaces da CI realizados na Escola de Ciência da Informação. Na Faculdade de Letras tomou-se conhecimento de apenas uma dissertação sobre o assunto, em que o AEM é abordado sob a perspectiva de museu, defendida por Márcio Flávio Torres Pimenta, secretário do Acervo, que também foi consultado pessoalmente por entrevista por esse trabalho. A dissertação, referenciada nesse texto, intitula-se “Arquivos literários, lugares da memória: o caso do Acervo de Escritores Mineiros da UFMG”.

## REFERÊNCIAS

ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 378p. (Humanitas).

ANJOS, Cyro dos. *O amanuense Belmiro*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1971.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentidos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 15-36.

ARFUCH, Leonor. Antibiografias? In: SOUZA, Eneida Maria de; TOLENTINO, Eliana da Conceição; MARTINS, Anderson Bastos (Org.). *O futuro do presente: arquivos, gênero e discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 13 – 28. (Humanitas).

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2012.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9 - 34, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

ARTIÈRES, Philippe. Monumentos de papel: a propósito de novos usos sociais dos arquivos. In: SALOMON, Marlon (Org.) *Saber dos arquivos*. Goiânia: Edições Ricochete, 2011. p. 5-18.

AZEVEDO, Luciene. Blogs: a escrita de si na rede dos tempos. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 21, p. 44-55, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga21/arqs/matraga21a03.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2012.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 201-207, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062/1201>>. Acesso em: 23 ago. 2012.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 3º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 320 p.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320 p.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. In: FREITAS, Lidia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique;

RODRIGUES, Ana Célia (Org.). *Documento: gênese e contextos de uso*. Niterói: EdUFF, 2010. p. 161 – 174.

BERTONHA, João Fábio. A construção da memória através de um acervo pessoal: o caso do fundo Plínio Salgado em Rio Claro (SP). *Patrimônio e memória*, Assis/SP, v. 3, n. 1, p. 112-120, 2007. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/61/461>>. Acesso em: 09 out. 2012.

BORDINI, Maria da Glória. Acervos Sulinos: a fonte documental e o conhecimento literário. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Melo. *Arquivos Literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 129-140.

BORGES, Jorge Luis. Funes, o memorioso. In: BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. Porto Alegre: Abril Cultural, 1972. p. 115-125. (Os Imortais da Literatura Universal, nº 50).

BOSI, Ecléa. *Memória & sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: T.A. Editor, 1979.

BRASIL. Presidência da República. **Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Disponível em: <[http://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0025.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm)>. Acesso em: 19 nov. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm)>. Acesso em: 19 nov. 2011.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm)>. Acesso em: 19 nov. 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm)>. Acesso em: 19 nov. 2011.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. 550p.

BRITO, Paulo Henriques. Os sonetos negros. In: BRITO, Paulo Henriques. *Paraísos artificiais: contos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 81-126.

CABRAL, Ana Maria Rezende. A ciência da informação, a cultura e a sociedade da informação. In: REIS, Alcenir Soares dos; CABRAL, Ana Maria Rezende (Org.). *Informação cultura e sociedade: interlocuções e perspectivas*. Belo Horizonte: Novatus, 2007. p. 29-48.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *IEB: origem e significado*: uma análise do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes/Imprensa Oficial do Estado, 2002. 214 p. (Memória brasileira, nº 33).

CARVALHO, Abigail de Oliveira; SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Presença de Henriqueta*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992. 118p.

CARVALHO, Maria da Conceição. *Cordialmente, Eduardo Frieiro*: fragmentos (auto) biográficos. 2008. 365 f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CARVALHO, Maria da Conceição; OLIVEIRA, Gustavo Lopes de. *Diálogos sobre as minas setecentistas: a correspondência entre o bibliógrafo Eduardo Frieiro e o filólogo Rodrigues Lapa*. Anais do 6º. Colóquio do Polo de Pesquisa sobre Relações Luso-brasileiras – PPRLB, Centro de Estudos do Real Gabinete Português de Leitura. Título-tema: "Portugal no Brasil: pontes para o presente". 9 a 13 de abril de 2012. 12p. Disponível em: <[http://www.mygead.com/geadmedia/packages/giadrpl\\_rgpl/documentsmain/20130612130511715e\\_mariadaconceicaooriginal.pdf](http://www.mygead.com/geadmedia/packages/giadrpl_rgpl/documentsmain/20130612130511715e_mariadaconceicaooriginal.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2013.

CASTRO, Celso. *Pesquisando em arquivos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/Editora UNESP, 2001. 282p.

COLOMBO, Fausto. *Os arquivos imperfeitos: memória social e cultura eletrônica*. São Paulo: Perspectiva, 1991. 134p.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062/1201>>. Acesso em: 23 ago. 2012.

COSTA, Célia Leite. Intimidade *versus* interesse público: a problemática dos arquivos. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 189-199, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2066/1205>>. Acesso em: 23 ago. 2012.

COSTA, Maria Cristina Castilho. Etnografia de arquivos – entre o passado e o presente. *Matrizes*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 171-186, jan./jul. 2010. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/146/242>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

CUNHA, Eneida Leal. A “Casa de Jorge Amado”. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Melo. *Arquivos Literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 117-128.

CUNHA, Murilo Bastos de; CAVALCANTE, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de Biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Brinque de Lemos, 2008. 451p.

- CURY, Maria Zilda Ferreira. Acervos: gênese de uma nova crítica. *In: MIRANDA, Wander Mello (Org.). A trama do arquivo*. Belo Horizonte: Editora UFMG/Centro de Estudos Literários da Faculdade de Letras da UFMG, 1995. p. 53-64.
- CURY, Maria Zilda Ferreira. A biblioteca como metáfora. *In: CARVALHO, Abigail de Oliveira; SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Melo (Org.). Presença de Henriqueta*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992. p. 93-100.
- DELMAS, Bruno. *Arquivos para quê?* São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2010. 196p.
- DOBEDEI, Vera. O sentido e o significado do documento para a memória digital. *In: FREITAS, Lidia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia (Org.). Documento: gênese e contextos de uso*. Niterói: EdUFF, 2010. p. 81-96.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 4ª ed. Curitiba: Editora Positivo, 2009.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. *In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC – Iphan, 2005. 296p.
- FONSECA, Maria Odila Kahl. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2005. 124p.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. 236p.
- FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p.59 - 87, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2060/1199>>. Acesso em: 26 ago. 2012.
- GARCIA, Maria Madalena Arruda de Moura Machado. Os documentos pessoais no espaço público. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 175 - 187, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2070/1209>>. Acesso em: 23 ago. 2012.
- GREENE, Mark. O poder do significado: a missão arquivística na era pós-moderna. *In: NEVES, Marta Eloísa Melgaço; NEGREIROS, Leandro Ribeiro (Org.). Documentos eletrônicos: fundamentos arquivísticos para a pesquisa em gestão e preservação*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais/Arquivo Público Mineiro, 2008. p. 14-32.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. 222p.

HAY, Louis. *A literatura dos escritores: questões de crítica genética*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. 412p. (Humanitas).

HEYMANN, Luciana Quillet. *De "arquivo pessoal" a "patrimônio nacional": reflexões acerca da produção de "legados"*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Trabalho apresentado no I Seminário PRONEX Direitos e Cidadania no CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2-4 de ago. de 2005. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1612.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1612.pdf)>. Acesso em: 04 mar. 2011.

HEYMANN, Luciana Quillet. Um olhar antropológico sobre o documento: representações e usos sociais. In: FREITAS, Lidia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia (Org.). *Documento: gênese e contextos de uso*. Niterói: EdUFF, 2010. p. 111-122.

HEYMANN, Luciana Quillet. Memórias da elite: arquivos, instituições e projetos memoriais. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, v. 8, n. 15, p. 77-95, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/viewFile/579/333>>. Acesso em: 24 ago. 2012.

HEYMANN, Luciana Quillet. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ, 2012. 238p.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Editora Aeroplano, 2000. 116p.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 2, 1995. p. 1-13. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewFile/439/397>>. Acesso: 19 set. 2012.

JARDIM, José Maria. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, Eliana (Org.). *Acesso a informação e política de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 37-45.

JARDIM, José Maria. *Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006)*. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA, 17p., 2008, São Paulo/USP. *Anais eletrônicos*. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/30774-32938-1-PB.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2011.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 2-22, jan./abr. 2009.

JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. 146p. (Coleção Ensaio & Teoria).

KUNDERA, Milan. *O livro do riso e do esquecimento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 265p.

LAFER, Celso. O público e o privado: suas configurações contemporâneas para a temática dos arquivos. In: SEMINÁRIO DOCUMENTOS PRIVADOS DE TITULARES DE

CARGOS PÚBLICOS, 2004. *Documentos privados de interesse público: o acesso em questão*. São Paulo: iFHC, 2005. p. 33-49.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5 ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2008. 541p.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 404p.

LEJEUNE, Philippe. Da autobiografia ao diário, da Universidade à associação: itinerários de uma pesquisa. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 48, n. 4, p. 537-544, out./dez. 2013.

MARQUES, Reinaldo. Acervos literários e imaginação histórica: o trânsito entre os saberes. *Ipotesi: revista de estudos literários*, Juiz de Fora, v. 4, n. 2, p. 29-37, jul./dez. 2000.

MARQUES, Reinaldo. O arquivamento do escritor. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Mello (Org.). *Arquivos literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 141-156.

MARQUES, Reinaldo. Memória literária arquivada. *Aletria: revista de estudos de literatura*, Belo Horizonte, v. 18, n.1 jul./dez. 2008. p. 105-119. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/1442/1540>>. Acesso em 19 jul. 2012.

MARQUES, Reinaldo. O arquivo literário e as imagens do escritor. In: SOUZA, Eneida Maria de; TOLENTINO, Eliana da Conceição; MARTINS (Org.). *O futuro do presente: arquivos, gênero e discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 59-90. (Humanitas).

MEDEIROS, Enderson. A patrimonialização e o arquivo enquanto patrimônio: um olhar antropológico. *Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, Rio Grande/RS, v. 25, n. 1, p. 35-45, jan./jun.2011. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/1853/1226>>. Acesso em: 28 ago. 2012.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. A Crise da Memória, História e documentos: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1999. p. 11-29.

MIRANDA, Wander Melo. Archivos e memória cultural. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Mello (Org.). *Arquivos literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 35-42.

MIRANDA, Wander Melo. *Corpos escritos*: Graciliano Ramos e Silviano Santiago. 2º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 174p.

MIRANDA, Wander Mello. *Nações literárias*. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2010. 219p.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O periódico científico. In: CAMPELO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Org.). *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 73-96.

NEGREIROS, Leandro Ribeiro; DIAS, Eduardo José Wense. A prática arquivística: os métodos da disciplina e os documentos tradicionais e contemporâneos. *Perspectivas em*

*Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 2-19, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v13n3/a02v13n3>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Rodrigo. O espaço exterior do arquivo. In: SAID, Roberto; NUNES, Sandra (Org.). *Margens teóricas: memória e acervos literários*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 69 -79.

PAIVA, Kelen Benfenatti. *Nos bastidores do arquivo literário: Henriqueta Lisboa entre versos e cartas*. 2012. 319 f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

PIMENTA, Márcio Flávio Torres. *Arquivos literários, lugares da memória: o caso do Acervo de Escritores Mineiros da UFMG*. 2012. 101 f. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ECAP-8VTHCH>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

REIS, Alcenir Soares dos. Informação, cultura e sociedade no programa de pós-graduação em ciência da informação: contrapontos e perspectivas. In: REIS, Alcenir Soares dos; CABRAL, Ana Maria Rezende (Org.). *Informação cultura e sociedade: interlocuções e perspectivas*. Belo Horizonte: Novartus, 2007. p. 13-28.

RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si, ou .... *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 35 - 42, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2068/1207>>. Acesso em: 29 ago. 2012.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 102-117, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/449/260>>. Acesso em: 15 set. 2012.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, ano I, n. 1, p. 1-15, jul. de 2009. Disponível em: <[http://www.rbhcs.com/index\\_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf](http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2011.

SALOMON, Marlon. Saber dos arquivos. In: SALOMON, Marlon (Org.) *Saber dos arquivos*. Goiânia: Edições Ricochete, 2011. p. 5-18.

SALOMONI, Antonella. Um saber histórico de Estado: os arquivos soviéticos. In: SALOMON, Marlon (Org.) *Saber dos arquivos*. Goiânia: Edições Ricochete, 2011. p. 43-72.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução, relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.



SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Tradução: Nilza Teixeira Soares. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 388p.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca, memória e identidade social. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 67-86, set./dez. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n3/05.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

SIQUARA, Carlos Andrei. Uma constelação de referências. *O Tempo*, Belo Horizonte, 13 jul. 2013. Caderno Magazine, p. 1-2.

SOUZA, Eneida Maria de. Notas sobre a crítica biográfica. In: SOUZA, Eneida Maria de. *Crítica Cult*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 105-122. (Humanitas).

SOMMER, Doris. *Ficções de fundação: os romances nacionais da América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. 488p. (Humanitas).

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto. A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 16, n. 1, p. 21-44, jan./mar. 2011. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1084/832>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; BARROS, Thiago Henrique Bragato. As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 5, n. 1, p. 66-84, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4868/3665>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação*. São Paulo: Editora Atlas, 1987. 175p.

VASCONCELLOS, Eliene. Manuscritos literários e pesquisa. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 45, n. 4, p. 20-24, out./dez. 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/8548/6062>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 346p.

## REFERÊNCIAS DE SÍTIOS ELETRÔNICOS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Disponível em:

<<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>>.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Disponível em: <<http://www.bn.br/portal/>>.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO.

Disponível em: <<http://www.cnpq.br/>>.

FUNDAÇÃO CASA DE JORGE AMADO. Disponível em:

<<http://www.jorgeamado.org.br/>>.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Disponível em:

<<http://www.casaruibarbosa.gov.br/>>.

FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO. Disponível em: <<http://www.fundar.org.br/>>.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>.

FUNDAÇÃO MÁRIO COVAS. Disponível em: <<http://www.fmcovas.org.br/>>.

INSTITUTO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. Disponível em:

<<http://www.ifhc.org.br/>>.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/>>.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Instituto de Estudos da Linguagem. Centro de Documentação Alexandre Eulálio. Disponível em: <<http://www3.iel.unicamp.br/cedae/>>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUÍZ DE FORA. Museu de Arte Murilo Mendes.

Disponível em: <<http://www.museudeartemurilomendes.com.br/>>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/>>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Faculdade de Letras. Disponível em:

<<http://www.lettras.ufmg.br/>>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Faculdade de Letras. Acervo de Escritores Mineiros. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/aem/>>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Faculdade de Letras. Centro de Estudos Literários e Culturais. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/celc/>>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/rededemuseus/>>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Secretaria dos Órgãos de Deliberação Superior – SODS. Disponível em: <<https://www2.ufmg.br/sods>>.

## APÊNDICE A – Os arquivados (Pequenas Biografias)<sup>59</sup>

O Acervo dos Escritores Mineiros abriga os acervos de 11 escritores e 12 coleções especiais. Além dos fundos iniciais de Henriqueta Lisboa e Murilo Rubião, há também os acervos de Oswaldo França Júnior, Abgar Renault, Cyro dos Anjos, Carlos Herculano Lopes, Fernando Sabino, Lúcia Machado de Almeida, Octávio Dias Leite, Wander Piroli, Frei Betto. As coleções especiais compõem-se dos fundos documentais de Adão Ventura, Alexandre Eulálio, Ana Hatherly, Aníbal Machado, Achilles Vivacqua, Eugênio Rubião, Genevieve Naylor, Graciliano Ramos, José Maria Cançado, José Oswaldo de Araújo, Leopoldo da Silva Pereira e Valmiki Vilela Guimarães.

A mineira da cidade de Lambari Henriqueta Lisboa (1901-1985) foi poeta, tradutora, ensaísta, professora, e é a primeira mulher eleita para a Academia Mineira de Letras. Irmã de Abigail, Maria e Alaíde, ela foi quem primeiro teve o acervo doado à Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. A doação de seu acervo foi feita por sua família em 1989. Nessa ocasião, houve um evento sobre a escritora durante uma semana na Universidade e, na sequência, criou-se o Centro de Estudos Literários e o Acervo dos Escritores Mineiros, a fim de preservar e imediatamente garantir o acesso e a pesquisa nos documentos de Henriqueta. Sua coleção no AEM constitui-se de 4637 livros, 3101 periódicos e 8086 documentos, entre eles, correspondências, iconografia, originais, mobiliário, obras artísticas, produção intelectual (percursos), prêmios, documentos pessoais. A organização comporta 19 séries, que são as seguintes:

Correspondência Pessoal; Correspondência Burocrática; Atividades Profissionais; Quadros; Fotografias; Fotografias em Jornais e Revistas; Produção Intelectual do Titular; Produção Intelectual de Terceiros sobre HL; Memorabilia e Homenagens; Lembranças Pessoais; Prêmios; Documentos Pessoais; Produção Intelectual de Terceiros; Documentos Pessoais de Terceiros; Audiovisuais; Atividades Culturais; Diversos; Documentação Complementar; Regulamentos, Regimentos, Leis e Estatutos<sup>60</sup>.

A correspondência pessoal de Henriqueta comporta cartas trocadas com outros importantes escritores brasileiros. Dentre as obras artísticas, figuram quadros de Portinari.

<sup>59</sup> Como já foi dito em seções desse trabalho, a intenção dessa pesquisa não é a de analisar detalhadamente nenhum dos acervos ou coleções individualmente. Porém, não se poderia deixar de descrever brevemente quem são os arquivados, pois são eles que integram o “corpo” do espaço institucional intitulado Acervo dos Escritores Mineiros, objeto dessa pesquisa.

<sup>60</sup> Fonte: [https://www.ufmg.br/aem/henriqueta/hl\\_apresent.htm](https://www.ufmg.br/aem/henriqueta/hl_apresent.htm)

Além disso, a coleção bibliográfica dispõe de primeiras edições autografadas da literatura brasileira.

Murilo Rubião (1916-1991) é mineiro de Carmo de Minas, contista, jornalista, ocupou importantes cargos públicos. Foi ele quem criou o Suplemento Literário do Jornal Minas Gerais. É um dos maiores representantes da literatura fantástica brasileira e foi o primeiro escritor a publicar obra no gênero na América Latina (*O Ex-Mágico*, 1947). Seus documentos foram doados ao AEM por ele mesmo, embora a incorporação à instituição tenha se dado somente em 1992, após a sua morte, por obra de sua família, conforme o inventário do acervo. A coleção compõe-se de 3446 livros, 310 periódicos e 9600 documentos, dos quais cartas, originais, fotografias, obras de artes visuais, móveis. O acervo de Murilo Rubião foi organizado em 17 séries:

Coleção Bibliográfica; Atividades Alheias à Literatura; Atividades Jornalísticas *Folha de Minas*; Contos Publicados; Correspondência com escritores; Correspondência Burocrática; Correspondência sobre as obras; Correspondência com amigos; Crônicas de Sérvulo Tavares; Diversos; Entrevistas; Fotografia; Iconografia; Noticiário; Objetos; Produção Intelectual do Titular; Suplemento Literário do *Minas Gerais*<sup>61</sup>.

Sua coleção bibliográfica comporta diversas primeiras edições autografadas de autores brasileiros, dentre os quais Mário de Andrade, Hélio Pellegrino e Pedro Nava.

Oswaldo França Júnior nasceu no Serro em 1936, e integrou a Força Aérea Brasileira. Foi afastado, no entanto, em 1964, porque teria abortado uma missão sem permissão de seus superiores. Escritor de contos e romances, teve vários livros traduzidos em diversas línguas. Morreu em um acidente automobilístico, aos 53 anos. Sua coleção é composta por 2355 livros, 119 periódicos e 3100 documentos, entre cartas, originais, fotografias, quadros e móveis. O acervo foi doado ao AEM pela família de Oswaldo, em 1996, e está organizado em 11 séries:

Coleção bibliográfica, Coleções, Correspondência, Correspondência Burocrática, Diversos, Fotografia, Iconografia, Pós-mortem, Produção intelectual do titular, Projetos culturais, Recortes de jornais e Terceiros<sup>62</sup>.

A série Coleções compõe-se de “inúmeras peças de cerâmica de cunho erótico advindas do Panamá e da Índia como presentes de amigos do escritor”<sup>63</sup>. Há também uma coleção de medalhas, inclusive a de Honra da Inconfidência.

<sup>61</sup> Fonte: [https://www.ufmg.br/aem/Inventario\\_murilo/murilo\\_apresent.htm](https://www.ufmg.br/aem/Inventario_murilo/murilo_apresent.htm)

<sup>62</sup> Fonte: [https://www.ufmg.br/aem/Inventario\\_franca/franca\\_apresent.htm](https://www.ufmg.br/aem/Inventario_franca/franca_apresent.htm)

<sup>63</sup> Fonte: [https://www.ufmg.br/aem/Inventario\\_franca/franca\\_apresent.htm](https://www.ufmg.br/aem/Inventario_franca/franca_apresent.htm)

Abgar Renault foi educador, poeta e tradutor, além de ter exercido cargos públicos. Nasceu em Barbacena em 1901 e morreu em 1995. Foi membro da Academia Brasileira de Letras em 1969, e pertenceu ao grupo modernista de Belo Horizonte. A doação de seu acervo foi feita pela família em 1997, e aberto à visitação pública em 2000. Esse acervo compõe-se de 5976 livros, 1800 periódicos e 3010 documentos, dentre cartas, fotografias, móveis, quadros. O espólio de Abgar foi organizado em 8 séries, que são: “coleção bibliográfica, correspondência, iconografia, mobiliário, numismática, objetos, produção intelectual do titular e recortes de jornais”<sup>64</sup>. Na série Objetos encontra-se a Espada da Academia Brasileira de Letras. Parte da série Correspondência foi doada ao AEM pelo escritor Mario Garcia de Paiva.

Cyro dos Anjos nasceu em 1906 em Montes Claros. Formou-se em direito, foi jornalista, diretor da Imprensa Oficial de Minas Gerais e Ministro do Tribunal de Contas. Lecionou no México, na Universidade de Lisboa e na Universidade de Brasília. Em 1969 ingressou na Academia Brasileira de Letras e pertenceu, também, ao grupo modernista de Belo Horizonte. Morreu em 1994, no Rio de Janeiro. Sua coleção foi doada ao Acervo em 2000 por sua família, e aberto à consulta em 2001. É composta por 2117 exemplares na coleção bibliográfica e 214 documentos, entre cartas, móveis, objetos pessoais, fotos. O sítio eletrônico do AEM informa que

a coleção bibliográfica apresentava um arranjo do próprio titular, tendo sido mantida a sua organização. A primeira etapa de organização do acervo foi a de higienização dos documentos, seguida da identificação do material, como parte de uma etapa prévia, à qual se seguiram outras triagens, visando a dar-lhes uma classificação mais específica. Numa segunda etapa, iniciou-se a descrição dos documentos de arquivo. Cartas e poema inédito do amigo Carlos Drummond de Andrade são apenas alguns deles<sup>65</sup>.

O acervo de Cyro dos Anjos foi organizado em 9 séries, das quais: Coleção bibliográfica, catálogos, correspondência, diversos, iconografia, mobiliário, objetos, produção intelectual do titular e recortes de jornais.

Curiosamente, o fardão da Academia Brasileira de Letras de Cyro dos Anjos integra sua coleção, na série objetos. Comumente os membros da referida Academia são enterrados com essa vestimenta quando falacem.

Antes da reunião dos documentos, algumas peças de seu acervo foram expostas, o que pode ser um indicativo de importância de sua coleção antes mesmo da criação desse

---

<sup>64</sup> Fonte: [https://www.ufmg.br/aem/Inventario\\_abgar/abgar\\_apresent.htm](https://www.ufmg.br/aem/Inventario_abgar/abgar_apresent.htm)

<sup>65</sup> Fonte: [https://www.ufmg.br/aem/Inventario\\_cyro/cyro\\_apresent.htm](https://www.ufmg.br/aem/Inventario_cyro/cyro_apresent.htm)

espaço institucional, tanto em relação à Literatura quanto à comunidade em geral. O período coberto por sua coleção, 1752 a 1994, já é, por si só, um fator significativo dessa importância, pois mostra que o escritor, além de estar atento ao seu espaço temporal também constrói um tempo anterior ao de sua vida.

O escritor Carlos Herculano Lopes nasceu na cidade mineira de Coluna, na região do Vale do Rio Doce, em 1956. É formado em comunicação social, trabalha como repórter e redator especializado em literatura, além de publicar crônicas no jornal Estado de Minas. Sua carreira literária desenvolveu-se a partir da década de 1980, pela qual recebeu diversos prêmios. Carlos Herculano Lopes tem livros traduzidos na Itália, textos em antologias na Argentina e Canadá, além de obras adaptadas para televisão e cinema. Este escritor está doando seu acervo à UFMG há alguns anos, e sua consulta e visitação foram inauguradas em outubro de 2011, junto às coleções de outros escritores. Dentre os materiais doados, estão 1326 livros, 20 periódicos e 1177 documentos, dos quais, cartas, imagens, vídeos, recortes. Há correspondências com Jorge Amado e Lygia Fagundes Telles, e vestígios de sua produção intelectual, sobre os quais o autor foi solicitado, conforme Reinaldo Marques<sup>66</sup>, a guardar para futura doação seus pen drives e discos rígidos.

O escritor Fernando Sabino nasceu em Belo Horizonte, em 1923. Estudou Direito, foi funcionário público e fundou duas editoras. Recebeu prêmios por sua obra. Pertenceu à mesma geração literária de Paulo Mendes Campos, Otto Lara Resende e Hélio Pellegrino. Fernando Sabino foi adido cultural do Brasil em Londres. Produziu e dirigiu documentários além de ter títulos de sua obra adaptados ao cinema. Faleceu em 2004. O escritor também teve seu acervo doado ao AEM recentemente por sua família, com seu acesso inaugurado em 2011. A coleção compõe-se de 4000 livros (uma das maiores bibliotecas do Acervo), 274 documentos, dentre cadernetas (cerca de 60, com anotações em estudo pela equipe do AEM), agendas, fotografias, móveis, instrumento musical (bateria), objetos pessoais. A publicação da correspondência de Sabino com outros escritores tem contribuído para os estudos literários. Há, ainda cópias de datiloscritos de Hélio Pellegrino e cópias de filmes.

A escritora Lúcia Machado de Almeida pertence à mesma família dos escritores Aníbal Machado e Maria Clara Machado. Ela nasceu em São José da Lapa em 1910. A mineira tornou-se conhecida por produzir literatura infanto-juvenil, como *O caso da borboleta Atíria* e *O escaravelho do diabo*, da famosa Série Vaga-Lume da Editora Ática, e por dedicar-se a estudos sobre cultura e arte brasileira. Editou o Suplemento Literário do

---

<sup>66</sup> Fonte: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/021468.shtml>

Minas Gerais. A escritora morreu em 2005, vítima de uma pneumonia. Sua coleção, doada ao AEM por sua família e aberta ao público em 2011, inclui 40 livros, 3 periódicos e 315 documentos, com cartas, iconografia, móveis, recortes de jornais e revistas, e objetos pessoais. Destaca-se o piano Pleyel da década de 1900.

Octávio Dias Leite nasceu em 1914, em Belo Horizonte, e morreu em 1970. Foi advogado. É referência no cenário intelectual e cultural, e na crítica literária nas décadas de 1930 a 1960. Editou o jornal Horizonte e a revista Livros & Fatos. Colaborou no jornal Diário de Minas. Sua coleção, doada ao AEM por Valmiki Vilela Guimarães, já que pertencente ao seu pai, Gastão Machado Guimarães, foi inaugurada também em 2011, e consta de 1246 livros, 62 periódicos, 350 documentos, que são cartas, produção intelectual, recortes, discos, quadros, móveis. Parte de sua correspondência foi doada, conforme o site do Acervo, pelo escritor Mario Garcia de Paiva. Há cartas de Graciliano Ramos, desenhos de Antônio Bandeira, e uma biblioteca com livros raros.

Wander Piroli (1931-2006) foi um jornalista e contista mineiro que atuou na segunda metade do século XX. Escritor de temática urbana e grande conhecedor de Belo Horizonte, formou-se em Direito, ocupou os cargos públicos de editor do Suplemento Literário e diretor da Rádio Inconfidência. Foi premiado por sua obra. Sua coleção, doada pela família e também inaugurada no AEM em outubro de 2011, constitui-se por 1766 livros, 86 periódicos, 3298 documentos, dentre os quais cartas, iconografia, originais, recortes, discos, objetos pessoais.

Frei Betto nasceu em Belo Horizonte em 1944. Professou na ordem dominicana em 1966, atuou no Movimento Estudantil e na Ação Católica. Foi um dos integrantes da Teologia da Libertação. Foi assessor especial da presidência da República brasileira entre 2003 e 2004. É autor de 53 livros, editados no Brasil e no exterior. Foi premiado por sua obra, e tem um título, a saber, *Batismo de Sangue*, adaptado para o cinema. O escritor mineiro está doando seu acervo ao AEM, principalmente aquele relacionado à sua criação literária, mas há também um retrato pintado, recortes, originais, objetos de sua mãe, Maria Stella Libânio Christo, objetos pessoais.

Nas coleções especiais, Adão Ventura nasceu em Santo Antônio do Itambé (Serro) em 1946. Formou-se em Direito e lecionou Literatura Brasileira na Universidade do Novo México. Criou, junto a Murilo Rubião e Affonso Ávila, o Suplemento Literário do Minas Gerais. Foi premiado por sua obra, e traduzido para o inglês, alemão e húngaro. Faleceu aos 58 anos, em 2004. Sua coleção foi doada ao AEM por amigos em 2010, e



compõe-se de 66 livros, 25 periódicos, 387 documentos, entre cartas, produção intelectual, recortes, discos e objetos.

Alexandre Eulálio nasceu em 1932 no Rio de Janeiro e naturalizou-se, na maioria, cidadão diamantinense. Formou-se em filosofia, foi professor, escritor e crítico cultural, além de atuar na imprensa. Dirigiu, entre 1956 e 1965, a Revista do Livro. Foi premiado por sua obra. Sua coleção, doada ao Acervo em 1995 pela escritora Lélia Coelho Frota, é relativa à correspondência que ela recebeu do titular entre maio de 1958 e março de 1959. São 25 documentos.

Ana Hatherly nasceu no Porto em 1929. Foi professora de Literatura Portuguesa em Lisboa. Participou do grupo de vanguarda de Poesia Experimental nas décadas de 1960 e 1970. Sua literatura está associada à intervenção plástica e visual, principalmente com desenho, pintura e colagem. Sua coleção foi doada ao AEM por ela mesma em 1995, e compõe-se de cartas de poetas e ficcionistas mineiros endereçadas a ela. São 35 documentos.

Aníbal Machado nasceu em Sabará em 1884. Formou-se em Direito, foi professor, jornalista, crítico, tradutor, teatrólogo. Conviveu com o grupo modernista mineiro da segunda geração, participou da segunda fase da *Antropofagia*. Foi presidente da Associação Brasileira de Escritores. Faleceu em 1964. Sua coleção foi doada ao AEM por Francisco Aníbal Machado Gontijo em 1996, e é composta por cerca de 100 documentos, entre manuscritos, fotografias, livros, cartas, originais avulsos.

Achilles Vivacqua nasceu em 1900, em Rio Pardo, no Espírito Santo. Em 1920 veio com sua irmã para Belo Horizonte, tratar-se de tuberculose. Posteriormente, toda a sua família veio também. Formou-se em Direito. Iniciou sua carreira literária sob o pseudônimo de Roberto Theodoro. Participou do movimento modernista mineiro e do grupo da revista *Verde*, de Cataguases. Foi redator das revistas *Cidade Vergel* e *Semana Ilustrada*. Funda o periódico *Leite Crioulo*. Produziu poesia, conto, novela, ensaios. O escritor morreu em 1942. Sua coleção no AEM, doada pela família em 2009 e inaugurada em 2011, compõe-se de 780 documentos, entre livros, caricaturas, desenhos, cartas, recortes, objetos, documentos relativos ao Salão Vivacqua.

Eugênio Rubião nasceu em Silvestre Ferraz (atual Carmo de Minas) em 1884 e faleceu em 1949. Foi filólogo e professor de português em Belo Horizonte. Membro da Academia Mineira de Letras. Pai do contista Murilo Rubião. Publicou dois livros de poesia e um de prosa, além das obras didáticas. Sua coleção foi doada ao AEM por sua família, e é composta por 9 exemplares de livros do titular, 1 manuscrito e 148 periódicos.

Genevieve Naylor nasceu nos Estados Unidos, estudou pintura e fez seus primeiros trabalhos fotográficos para a Associated Press e as revistas *Time* e *Fortune*. Ela integrou o corpo artístico da divisão brasileira do Office of Iner-American Affairs, morando no Brasil entre 1940 e 1942, quando fez mais de mil fotografias do nosso país. Essas imagens foram expostas no Museum of Modern Art (MoMA) e em outros museus nos EUA. Sua coleção passou a integrar o Acervo dos Escritores Mineiros em 2001 pela doação da própria Universidade, e tem 81 fotografias realizadas nesse período da década de 1940.

Graciliano Ramos nasceu em 1892 em Quebrângulo (Alagoas) e morreu em 1953. Foi escritor, jornalista e político. Prefeito de Palmeira dos Índios em 1927, diretor da Imprensa Oficial em Maceió entre 1930 e 1936, professor e diretor de Instrução Pública, inspetor federal de ensino no Rio de Janeiro em 1939. Foi acusado de participação na Intentona Comunista. Foi presidente da Associação Brasileira de Escritores. Sua obra é premiada. Sua coleção no AEM, doada pela família, compõe-se de 14 livros e 106 documentos, dos quais cartas, manuscritos, produção intelectual de terceiros e homenagem<sup>67</sup>.

José Maria Cançado nasceu em 1952, em Belo Horizonte. Tornou-se conhecido como crítico literário e ensaísta, e colaborador de diversos jornais pelo país. Na política, participa da campanha pela Diretas, na construção do Partido dos Trabalhadores e na Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte. Em 2004 publicou o livro de poemas *O transplante é um baião de dois*, depois de sofrer uma cirurgia cardíaca. Por complicações dessa natureza, faleceu em 2006. Sua coleção no Acervo tem 832 livros, 39 periódicos, 61 documentos, entre produção intelectual, recortes, móveis, objetos pessoais, e foi doada por sua família. Havia, também, dois livros inéditos de poemas e diários. O acervo foi inaugurado em 2011.

José Oswaldo de Araújo nasceu em Dores do Indaiá, em 1887 e morreu em 1975. Formou-se em Direito, foi poeta, jornalista, professor, empresário. Foi redator e diretor do Diário de Minas e publicou crônicas de Alphonsus de Guimaraens e os primeiros poemas de Carlos Drummond de Andrade. Foi prefeito de Belo Horizonte, e membro da Academia Mineira de Letras, além de seu presidente. Sua coleção foi doada ao AEM em 1999 por Ângelo Oswaldo de Araújo, e é composta por 56 livros e periódicos.

Leopoldo da Silva Pereira nasceu no Serro em 1868 e morreu em 1932. Foi professor de português, francês, latim, história e geografia. Escritor, tradutor e jornalista. Foi

---

<sup>67</sup> Contar com a coleção de Graciliano Ramos, escritor não mineiro, pode ser um indicativo, como disse o professor Marcus Vinícius de Freitas em entrevista, da mudança, tanto do nome quanto de abrangência do AEM, em que o alcance do Acervo começa a romper fronteiras em direção à preservação da cultura brasileira, e não numa perspectiva regionalista.

presidente da Câmara Municipal em Araçuaí. Sua coleção, doada ao AEM em 2010 por sua família, é composta por 3 fotografias, 8 livros do titular e traduções, 1 trabalho acadêmico sobre o escritor.

Valmiki Vilela Guimarães integra a geração da Revista Complemento, onde publica seus poemas entre 1956 e 1958. Formou-se em Letras em 1966 e em 1969 ingressa na UFMG como professor, onde leciona História da Literatura. Sua coleção foi doada em 1995 por sua família ao AEM, e nela constam 56 livros, 11 periódicos, 43 cartas e cartões enviados a Octávio Dias Leite por diversos escritores.

## APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista – Categoria A:

### Pesquisadores/Fundadores

- Sabe-se que a Senhora esteve presente no momento da fundação do Acervo dos Escritores Mineiros. Qual a sua colaboração nesse projeto? A senhora ainda exerce alguma função no AEM?
  
- A pesquisadora do CPDOC Luciana Heymann em seu livro *O lugar do arquivo*, de 2012, afirma que o interesse sobre os arquivos pessoais é bastante recente, segundo ela remete aos anos de 1990. Qual é o seu interesse pelos arquivos pessoais, e qual a sua motivação em relação aos estudos sobre os mesmos e ao AEM?
  
- Pierre Nora diz que se fala tanto de memória pelo fato de a mesma já não existir mais. Ela se trata, portanto, de uma representação por cuja salvaguarda são responsáveis os chamados “lugares de memória”. Nessa perspectiva, você concorda que o AEM pode ser visto como “lugar de memória”?
  
- Continuando, alguns pensadores, dentre eles Foucault e Derrida, consideram os arquivos como criações, *locus* de construção de poder. A senhora considera que um espaço como o AEM possa participar da construção da imagem desses escritores e, reciprocamente, que a presença dos escritores ali conservados contribui para a construção de uma determinada imagem desse lugar?
  
- Sobre a recolha dos documentos por parte do titular, ainda no âmbito privado, o pesquisador Philippe Artières (1998) atribuiu às práticas de arquivamento do eu uma intenção autobiográfica, que é a construção do sujeito por ele mesmo, a partir da manipulação e seleção de seus documentos. A senhora acredita que essas práticas existem, e que elas estiveram e estão presentes, de maneira geral, na construção de cada um dos arquivos pessoais do AEM?
  
- A senhora tinha, no momento da fundação do AEM, alguma relação com os familiares ou com os próprios “arquivados”? O que motivou a criação do AEM e a escolha dos primeiros “arquivados”?

- Tendo em vista que o AEM abriga uma grande variedade de objetos organizados em três interfaces – arquivo, biblioteca e museu –, quais foram os meios utilizados e as diretrizes para a recolha da diversidade material referente aos arquivos?

- Sabe-se que a criação do AEM está ligada à criação do Centro de Estudos Literários, hoje Centro de Estudos Literários e Culturais da FALE/UFMG. Qual é a importância do CEL/CELC na efetiva institucionalização do Acervo?

- A institucionalização dos arquivos pessoais não se dá de maneira natural como parece ser o caso dos arquivos públicos. Essa institucionalização acontece, na maioria das vezes, com o apoio de outros tipos de instituições, como Universidades. Qual é o papel da UFMG na constituição do CEL e do AEM na sua fundação?

- Luciana Heymann aproxima os projetos institucionais dos arquivos pessoais de uma noção mais “alongada” de memória. Segundo a pesquisadora, o senso comum aproxima a documentação pessoal de uma ideia de memória individual. No entanto, a autora acredita que esses projetos institucionais tem uma relevância maior no sentido da construção do legado dos “arquivados” para uma noção de memória nacional. A senhora considera que o AEM represente este ideal institucional ao qual se refere Heymann? Por quê? O próprio nome da instituição já carrega em si uma carga simbólica, onde é possível inferir essa possibilidade de visão em nível regional. A senhora acredita que esse fato seja relevante na criação desse lugar onde estão representados escritores mineiros?

- A senhora gostaria de acrescentar algo a essa entrevista?

## APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista – Categoria B:

### Diretores/Administradores

- Ingresso no AEM; função ou cargo exercido no AEM. Em qual período o senhor foi diretor do Acervo dos Escritores Mineiros.

- A pesquisadora do CPDOC Luciana Heymann em seu livro *O lugar do arquivo* de 2012 afirma que o interesse sobre os arquivos pessoais é bastante recente, segundo ela dos anos de 1990. Qual é o seu interesse pelos arquivos pessoais, e qual a sua motivação em relação aos estudos sobre os mesmos e ao AEM?

- Pierre Nora diz que se fala tanto de memória pelo fato de a mesma já não existir mais. Ela se trata, portanto, de uma representação por cuja salvaguarda são responsáveis os chamados “lugares de memória”. Nessa perspectiva, o senhor concorda que o AEM pode ser visto como “lugar de memória”?

- Continuando, alguns pensadores, dentre eles Foucault e Derrida, consideram os arquivos como criações, *locus* de construção de poder. O senhor considera que um espaço como o AEM possa participar da construção da imagem desses escritores e, reciprocamente, que a presença dos escritores ali conservados contribui para a construção de uma determinada imagem desse lugar?

- Sobre a recolha dos documentos por parte do titular, ainda no âmbito privado, o pesquisador Philippe Artières (1998) atribuiu às práticas de arquivamento do eu uma intenção autobiográfica, que é a construção do sujeito por ele mesmo, a partir da manipulação e seleção de seus documentos. O senhor acredita que essas práticas existem, e que elas estiveram e estão presentes, de maneira geral, na construção de cada um dos arquivos pessoais do AEM?

- Tradicionalmente o arquivo é pensado como aquilo que preserva o passado. Partindo desse princípio, e da questão da construção imagética do espaço e dos “arquivados”, os documentos preservados no AEM representam o que os escritores foram? E como é a relação desses escritores, sobretudo aqueles que estão vivos e/ou que doaram seu acervo em vida, e do AEM com o presente?

- Como as pesquisas com arquivos pessoais tem revigorado as pesquisas dos estudos literários? (Relação entre a fonte primária e estudos literários).
- Existe no AEM alguma restrição ou especificidade para a recolha e preservação dos “arquivados”, tanto em relação aos acervos antigos quanto àqueles que se incorporam atualmente? Já houve a recusa de algum acervo?
- Recentemente o AEM incorporou os arquivos de alguns escritores, dentre eles Carlos Herculano Lopes e Fernando Sabino. Como o AEM recebe as especificidades propostas pelos próprios doadores, sejam eles os “arquivados” ou seus familiares?
- Qual é a importância atual para o AEM da mudança do Centro de Estudos Literários para Centro de Estudos Literários e Culturais? Que modificação houve na abrangência do CELC e, por conseguinte, do AEM?
- Luciana Heymann aproxima os projetos institucionais dos arquivos pessoais de uma noção mais “alongada” de memória. Segundo a pesquisadora, o senso comum aproxima a documentação pessoal de uma ideia de memória individual. No entanto, a autora acredita que esses projetos institucionais tem uma relevância maior no sentido da construção do legado dos “arquivados” para uma noção de memória nacional. O senhor considera que o AEM represente este ideal institucional ao qual se refere Heymann? Por quê? O próprio nome da instituição já carrega em si uma carga simbólica, onde é possível inferir essa possibilidade de visão em nível regional. O senhor acredita que esse fato seja relevante na criação desse lugar onde estão representados escritores mineiros?
- O senhor considera que a maior visibilidade do AEM na atualidade contribui para que novos escritores queiram doar seus arquivos a essa instituição? Se isso acontece, o AEM tem capacidade para abrigar todos esses documentos? Isso tem mudado de alguma forma a maneira com que os novos arquivos são incorporados ao AEM?
- Que tipo de suporte a UFMG dá ao AEM?

## APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista – Categoria C: Servidores

- Apresentação do entrevistado: nome completo; formação acadêmica; ingresso no AEM; função ou cargo exercido no AEM.
  
- Durante o tempo em que você está no AEM, como você percebeu a mudança de diretrizes e políticas no Acervo ao longo do tempo? Qual é o seu interesse pelos arquivos pessoais, e qual a sua motivação em relação aos estudos sobre os mesmos e ao AEM?
  
- Pierre Nora diz que se fala tanto de memória pelo fato de a mesma já não existir mais. Ela se trata, portanto, de uma representação por cuja salvaguarda são responsáveis os chamados “lugares de memória”. Nessa perspectiva, você concorda que o AEM pode ser visto como “lugar de memória”?
  
- Continuando, alguns pensadores, dentre eles Foucault e Derrida, consideram os arquivos como criações, *locus* de construção de poder. Você considera que um espaço como o AEM possa participar da construção da imagem desses escritores e, reciprocamente, que a presença dos escritores ali conservados contribui para a construção de uma determinada imagem desse lugar?
  
- Sobre a recolha dos documentos por parte do titular, ainda no âmbito privado, o pesquisador Philippe Artières (1998) atribuiu às práticas de arquivamento do eu uma intenção autobiográfica, que é a construção do sujeito por ele mesmo, a partir da manipulação e seleção de seus documentos. Você acredita que essas práticas existem, e que elas estiveram e estão presentes, de maneira geral, na construção de cada um dos arquivos pessoais do AEM?
  
- Comumente o arquivo é pensado como aquilo que mostra o passado. Partindo desse princípio, e da questão da construção imagética do espaço e dos “arquivados”, os documentos ali guardados representam o que esses escritores foram? E como é a relação desses escritores, sobretudo aqueles que estão vivos e/ou que doaram seu acervo em vida, e do AEM com o presente? Qual é o lugar da pesquisa nos arquivos pessoais?



- Você conhece quais foram e são os meios utilizados e as diretrizes para a recolha da diversidade material referente aos arquivos? Ainda hoje o AEM recebe todo tipo de material, como, por exemplo, o mobiliário?
  
- Existe no AEM alguma restrição ou especificidade para a guarda dos “arquivados”, tanto em relação aos acervos antigos quanto àqueles que se incorporam atualmente? Você participa dessa avaliação e ou das tomadas de decisão?
  
- Recentemente o AEM incorporou os arquivos de alguns escritores, dentre eles Carlos Herculano Lopes e Fernando Sabino. Como o AEM recebe as especificidades propostas pelos próprios doadores, sejam eles os “arquivados” ou seus familiares?
  
- Qual é a importância atual para o AEM da mudança do Centro de Estudos Literários para Centro de Estudos Literários e Culturais? Que modificação houve na abrangência do CELC e, por conseguinte, do AEM?
  
- Luciana Heymann aproxima os projetos institucionais dos arquivos pessoais de uma noção mais “alongada” de memória. Segundo a pesquisadora, o senso comum aproxima a documentação pessoal de uma ideia de memória individual, no entanto, a autora acredita que esses projetos institucionais tem uma relevância maior no sentido da construção do legado dos “arquivados” para uma noção de memória nacional. Você acredita que o AEM represente este ideal institucional ao qual se refere Heymann? Por quê? O próprio nome da instituição já carrega em si uma carga simbólica, onde é possível inferir essa possibilidade de visão em nível regional. Você acredita que esse fato seja relevante na criação desse lugar onde estão representados escritores mineiros?
  
- Você considera que a maior visibilidade do AEM na atualidade contribui para que novos escritores queiram doar seus arquivos a essa instituição? Se isso acontece, o AEM tem capacidade para abrigar todos esses documentos? Isso tem mudado de alguma forma a maneira com que os novos arquivos são incorporados ao AEM?
  
- Sabe-se que você apresentou recentemente a dissertação de mestrado intitulada “*Arquivos literários, lugares da memória: o caso do Acervo de Escritores Mineiros da UFMG*”. Nessa

pesquisa você aborda o AEM principalmente do ponto de vista museográfico, você poderia falar brevemente do porquê da escolha dessa perspectiva?

- Você acha que os recursos humanos são suficientes para as demandas do AEM?

## APÊNDICE E – Roteiro de Entrevista – Categoria D:

### Arquivados/Escritores

- Sabendo da doação de seu arquivo pessoal ao Acervo dos Escritores Mineiros do Centro de Estudos Literários e Culturais da UFMG (AEM), inicio esta entrevista perguntando se o senhor já conhecia o AEM antes de decidir fazer essa doação.
  
- Qual a sua motivação para doar parte ou a integralidade do seu acervo ao AEM?
  
- O AEM apresenta uma enorme diversidade de materiais guardados, como bibliotecas, mobiliário, correspondências, instrumentos musicais, fotografias, e outros. O seu acervo doado a esta instituição é também tão diverso?
  
- O senhor já pensou que a doação de seu arquivo pessoal ao AEM e seu acesso público, seja imediato ou posteriormente, poderá suscitar leituras diversas de sua obra e, conseqüentemente, de sua imagem pública? O que o senhor pensa a esse respeito?
  
- Sobre a recolha dos documentos por parte do titular (nesse caso, o escritor), ainda no âmbito privado, o pesquisador Philippe Artières (1998) atribuiu às práticas de arquivamento do eu uma intenção autobiográfica, que é a construção do sujeito por ele mesmo, a partir da manipulação e seleção de seus documentos. O senhor acredita que essa construção autobiográfica pode estar presente na construção de seu arquivo pessoal?
  
- Comumente o arquivo é pensado como aquilo que preserva o passado. Partindo desse princípio, e da questão da construção imagética dos sujeitos a partir de seus arquivos pessoais, os seus documentos guardados no AEM representam o seu passado, ou seja, eles são o que Frei Betto foi? Como o seu arquivo pessoal fala sobre o seu presente?
  
- O senhor considera que a doação de seu acervo pessoal para o AEM, uma instituição ligada à Universidade Federal de Minas Gerais, pode dar uma maior visibilidade à sua obra?

- A pesquisadora Luciana Heymann aproxima os projetos institucionais dos arquivos pessoais (a passagem dos documentos do âmbito privado ao público) de uma noção mais “alongada” de memória. Segundo ela, o senso comum aproxima a documentação pessoal de uma ideia de memória individual. No entanto, a autora acredita que esses projetos institucionais tem uma relevância maior no sentido da construção do legado dos “arquivados” para uma noção de memória nacional. Sabe-se que o senhor teve uma significativa participação em vários momentos relevantes da história recente do Brasil. O senhor acredita que o seu arquivo é fonte do ponto de vista de uma memória nacional? Por quê?

- O senhor gostaria de acrescentar algo a essa entrevista?